PREGÃO ELETRÔNICO 033/2026

Protocolo 2887/2026

Objeto: Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

Prefeitura Municipal de Piên - Rua Amazonas, 373 - Centro - Cep: 83860-000 – Telefone 41- 3632-1136

PIÊN PREFEITURA

355 - Prefeitura Municipal de Piên

02

PROTOCOLO

Equipano

Processo: 2887 / 2026

Requerente: Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

Contato: Centro de Referência de Assistência Social (Cras) - Tel: 4136321137 - cras.assistenciasocial@pien.pr.gov.br

Assunto: Protocolo Geral

Descrição: Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

17 de abril de 2026.

anderleia diana cardoso das neves
Protocolista

500.06v rptProcessoProtocolo

anderleia diana cardoso das neves 17/04/2026 10:13:08

PIÊN PREFEITURA

355 - Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Equipano

Processo: 2887 / 2026

Requerente: Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

Contato: Centro de Referência de Assistência Social (Cras) - Tel: 4136321137 - cras.assistenciasocial@pien.pr.gov.br

Assunto: Protocolo Geral

Descrição: Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

17 de abril de 2026.

Centro de Referência de Assistência Social
Requerente

500.06v rptProcessoProtocolo

anderleia diana cardoso das neves 17/04/2026 10:13:08

Prefeitura de
PIÊN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil

03

Órgão requisitante:	**Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil**
Nº requerimento:	**024/2026**
Data:	**02/04/2026**

Descrição do objeto a ser comprado/contratado (Especificações técnicas - quantidades, tamanhos, cores, metragem, peso, capacidade, modelo, demais características):

1.1. Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

1.2.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên. - As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada. - A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.	HORA AULA	300	R$ 67,32	R$ 20.196,00

Descrever a justificativa/motivação (apresentar as razões de interesse público que justificam a compra/contratação pretendida, apontando explicitamente a finalidade pública a ser alcançada com a licitação):

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? ( ) Sim (X) Não

Em caso afirmativo descrever qual:

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005) explicitam as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e de responsabilidade do Estado. Nesse contexto, a Secretaria de Assistência Social e Defesa civil realiza a gestão da Política de Assistência Social no Município de Piên, sendo responsável por prover serviços, programas, projetos e benefícios, através dos dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidades) para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem.

A Proteção Social Básica apresenta caráter preventivo, tendo como objetivo prevenir situações de riscos através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares

e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, assim como fragilizações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras. (PNAS, 2004, p.27). Os serviços da proteção social básica são ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), principal porta de entrada do SUAS. As famílias são acompanhadas nos CRAS através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) estabelece diversos grupos que devem ser priorizados nos SCFV, como indivíduos pertencentes à famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, pessoas com deficiência, indivíduos atendidos pelos programas socioassistenciais do municípios. Bem como estabelece a organização dos grupos de atendimento conforme faixas etárias, estabelecendo objetivos e temas a serem trabalhados em cada ciclo da vida. Para atender as especificações dos serviços a serem desenvolvidos no contexto da proteção social básica, objetivamos através desta contratação oferecer as crianças e adolescentes oficinas socioeducativas.

As oficinas constituem-se em importante instrumento para o desenvolvimento dos objetivos propostos em cada programa e serviço. Com atividades culturais e pedagógicas, as oficinas caracterizam-se como espaços coletivos nos quais, de forma lúdica, os participantes podem refletir, compartilhar experiências e saberes, constituindo-se como contextos para novas vivências e para contato com as mais diversas formas de expressão. O objetivo das oficinas é promover processos que oportunizem, estimulem e incrementem a participação social. Dessa forma, representam um meio para ampliar o universo pessoal e cultural, desenvolver a sociabilidade, a expressão artística, fazeres, valores e habilidades exigidos na vida cotidiana.

Assim sendo, objetivamos, através da contratação de empresa especializada, oferecer a Oficina para o SCFV, pois as intervenções realizadas pela Proteção Social Básica devem ser pautadas em experiências lúdicas e culturais, bem como, em ações em diferentes áreas, para ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências aos usuários dos serviços socioassistenciais, restando evidente que a realização desta ação corrobora com o interesse público e é de importante relevância às ações voltadas à Política da Assistência Social.

Compra/Contratação exige solicitação de documentos/laudos específicos? ( ) Sim (x) Não
Em caso afirmativo descrever quais as exigências:

Dotação Orçamentária:

10.003.08.245.0012.2044-33.90.39.00.00 – Fonte de Recurso 934 e 834

Recursos ( ) Próprios (x) Federais (x)Estaduais
Caso os recursos sejam oriundos de repasses Federais ou Estaduais descrever quais e anexar a esta requisição os documentos pertinentes ao repasse.
Repasse Federal – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS – Fonte 934
Repasse estadual – Piso Único da Assistência Social – Fonte 834

Prefeitura de
PIÊN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil

05

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:	**Horários:**	**Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:**
CRAS – Rua Campo Grande, 36. Avencal – Piên/PR	Conforme cronograma estabelecido pelo CRAS	Imediato

Indicação do responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:

Letícia Inez Schroth Gabardo

Há licitação em curso para o objeto pretendido? **( ) Sim** **(X) Não**

Em caso afirmativo informar:

a) **Nº do processo licitatório** _____
b) **Nº do contrato/ata de registro de preços vigente**_____
c) **Data de vencimento do contrato/ata de registro de preços**_____

OBS: A informação acima pode ser verificada no Cronograma de Renovação de Licitações disponibilizado pelo Depto. de Licitações e Compras.

Responsável pela elaboração
Anderleia Diana Cardoso das Neves
Auxiliar Administrativo – Matrícula 4766039

Secretária Municipal de Assist. Social e Defesa Civil
Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
Decreto nº 143/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005) explicitam as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e de responsabilidade do Estado. Nesse contexto, a Secretaria de Assistência Social e Defesa civil realiza a gestão da Política de Assistência Social no Município de Piên, sendo responsável por prover serviços, programas, projetos e benefícios, através dos dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidades) para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem.

A Proteção Social Básica apresenta caráter preventivo, tendo como objetivo prevenir situações de riscos através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, assim como fragilizações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras. (PNAS, 2004, p.27). Os serviços da proteção social básica são ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), principal porta de entrada do SUAS. As famílias são acompanhadas nos CRAS através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) estabelece diversos grupos que devem ser priorizados nos SCFV, como indivíduos pertencentes à famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, pessoas com deficiência, indivíduos atendidos pelos programas socioassistenciais do municípios. Bem como estabelece a organização dos grupos de atendimento conforme faixas etárias, estabelecendo objetivos e temas a serem trabalhados em cada ciclo da vida. Para atender as especificações dos serviços a serem desenvolvidos no contexto da proteção social básica, objetivamos através desta contratação oferecer as crianças e adolescentes oficinas socioeducativas.

As oficinas constituem-se em importante instrumento para o desenvolvimento dos objetivos propostos em cada programa e serviço. Com atividades culturais e pedagógicas, as oficinas caracterizam-se como espaços coletivos nos quais, de forma lúdica, os participantes podem refletir, compartilhar experiências e saberes, constituindo-se como contextos para novas vivências e para contato com as mais diversas formas de expressão. O objetivo das oficinas é promover processos que oportunizem, estimulem e incrementem a participação social. Dessa forma, representam um meio para ampliar o universo pessoal e cultural, desenvolver a sociabilidade, a expressão artística, fazeres, valores e habilidades exigidos na vida cotidiana.

Assim sendo, objetivamos, através da contratação de empresa especializada, oferecer a Oficina para o SCFV, pois as intervenções realizadas pela Proteção Social Básica devem ser pautadas em experiências lúdicas e culturais, bem como, em ações em diferentes áreas, para ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências aos usuários dos serviços socioassistenciais, restando evidente que a realização desta ação corrobora com o interesse público e é de importante relevância às ações voltadas à Política da Assistência Social.

2 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para estimativa da quantidade de oficinas a ser contratada, considerou-se o numero de crianças e adolecentes acompanhados pelo CRAS nos demais serviços.

3 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R$ 20.196,00 (vinte mil, cento e noventa e seis reais), considerando a média simples das cotações realizadas, conforme tabela abaixo.

MAPA DE COTAÇÃO				
Fornecedor	**Valor Unitário**	**Unidade**	**QUANT**	**Valor Total**
Instituto Makro Marketing Cursos e Treinamentos Eireli EPP CNPJ: 05.501.153/0001-36	R$ 130,00	Hora aula	300	R$ 39.000,00
JR Cursos Consultorias e Treinamento LTDA CNPJ: 11.392.410/0001-41	R$ 65,00			R$ 19.500,00
OBH Pereira e CIA LTDA CNPJ:32.953.837/00012-41	R$ 125,00			R$ 37.500,00
Arte Mãe e Filha CNPJ:43.191.416/0001-47	R$ 50,00			R$ 15.000,00
Contrato nº 83/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Lúcia - PR	R$ 52,23			R$ 15.669,00
Contrato nº 148/2026 da Prefeitura Municipal de Itajaí - SC	R$ 51,67			R$ 15.501,00

ARP nº 364/2025 da Prefeitura Municipal de Condói - PR	R$ 35,00		R$ 10.500,00
ARP nº 50/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Helena - SC	R$ 62,00		R$ 18.600,00
Contrato nº 227/2025 da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais - PR	R$ 35,00		R$ 10.500,00
CUSTO MÉDIO	R$ 67,32		R$ 20.196,00

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos para a contratação da empresa que ira desenvolver as oficina são delineados com o intuito de garantir a excelência na execução das atividades educativas e culturais oferecidas aos usuários do CRAS. Nesse sentido, os interessados deverão atender a critérios rigorosos de qualificação e experiência, de modo a assegurar sua capacidade de desempenhar as responsabilidades inerentes ao serviço.

A interessada na prestação de serviços de oficineiro/instrutor, deve apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como comprovar atuação na área específica para a qual pretende prestar serviço.

O proficional/oficineriro deve possuir formação compatível com a área de atuação quando assim for exigida, experiência prévia como professor de oficina, ministrando aulas ou atividades similares. Além disso, deve demonstrar domínio das técnicas e conceitos pertinentes à sua área de atuação, bem como habilidades para planejar e conduzir atividades educativas, culturais e artesanais de forma criativa e eficaz. Conhecimentos específicos em métodos pedagógicos, técnicas de ensino-aprendizagem e gestão de grupos serão valorizados. É essencial que o proficional possua habilidades de comunicação eficaz e capacidade de trabalhar em equipe, colaborando com outros professores, gestores e membros da comunidade, capacidade de adaptação a diferentes perfis de público, bem como sensibilidade para lidar com questões de diversidade e inclusão, são características desejáveis.

Ressalta-se que a atuação do oficineiro junto ao público do SCFV requer não apenas habilidades práticas em técnicas de artesanato, mas também sensibilidade social e preparo técnico para lidar com as especificidades deste público. Por isso, é fundamental que o profissional designado para a execução dos serviços possua formação compatível com as atividades, de modo a assegurar uma abordagem pedagógica adequada, respeitosa e alinhada aos princípios da assistência social.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a necessidade do CRAS em oferecer as oficinas de artesanato e a especificidades da realização deste serviço, foi concluído que existe apenas uma possibilidade de executar o objeto, através de prestação de serviço indireta.

A execução indireta ocorre quando a oficina de artesanato é realizada por meio de parcerias com entidades da sociedade civil, organizações não governamentais, associações comunitárias ou profissionais terceirizados, formalizadas por instrumentos legais como termos de colaboração, termos de fomento ou contratos administrativos.

A contratação de empresa terceirizada para a execução da oficina justifica-se pela natureza específica da atividade, a qual não possui público previamente definido ou efetivo, estando sua participação condicionada ao interesse espontâneo dos usuários vinculados ao CRAS, conforme os princípios da Política Nacional de Assistência Social.

Trata-se de uma ação socioeducativa de caráter flexível e intermitente, cujas demandas variam de acordo com a adesão voluntária dos usuários. Dessa forma, não há previsibilidade quanto ao número de participantes, nem garantia de público contínuo que justifique a alocação permanente de servidores do quadro próprio para a execução da oficina.

A terceirização possibilita ao município maior eficiência administrativa e otimização de recursos públicos, uma vez que permite a contratação do serviço conforme a demanda real, evitando custos fixos desnecessários. A empresa contratada será responsável por disponibilizar profissional qualificado, com experiência técnica compatível com a oficina proposta, assegurando a qualidade da execução e o cumprimento dos objetivos socioassistenciais.

Além disso, a contratação por meio de empresa especializada garante flexibilidade na execução, permitindo adequações de carga horária, metodologia e cronograma, conforme o nível de interesse e participação dos usuários do CRAS, respeitando as diretrizes do SUAS e fortalecendo ações de convivência, fortalecimento de vínculos e inclusão social.

Dessa forma, a contratação de empresa terceirizada mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e alinhada aos princípios da administração pública, assegurando a continuidade da oferta de serviços socioassistenciais de forma eficiente e conforme a demanda apresenta.

Por outro lado, do ponto de vista técnico e normativo, a execução indireta demanda rigoroso acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da gestão pública, a fim de assegurar que a atividade mantenha caráter socioassistencial, não se desvirtue para fins meramente produtivos e esteja em consonância com os princípios da política pública de Assistência Social.

Em virtude da natureza do objeto que se pretende contratar, bem como a imprevisibilidade da demanda, em virtude do objeto não possui público previamente

definido ou efetivo, justifica-se a adoção da modalidade Pregão, conforme previsto no Decreto municipal 312/2023 para contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O Objeto a ser contratado tratar-se serviço comum, que possui características padronizadas e pode ter seus requisitos de desempenho e qualidade definidos de forma objetiva no Termo de Referência. Dessa forma, enquadra-se no conceito legal de serviço comum, apto a ser contratado por meio de pregão.

A modalidade pregão possibilita maior competitividade, permitindo a participação de diversos interessados, incluindo pessoas jurídicas, microempreendedores individuais (MEI) e profissionais especializados na condução de oficinas de artesanato, o que amplia a disputa e contribui para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância ao princípio da isonomia.

Destaca-se também a objetividade no julgamento das propostas, uma vez que o pregão adota, como regra, o critério do menor preço, reduzindo a subjetividade na escolha do contratado, aumentando a transparência do procedimento e mitigando riscos de questionamentos pelos órgãos de controle.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução consiste na contratação direta, por pregão eletrônico, de pessoa jurídica especializada para fornecimento de oficineiro de artesanato em regime de execução e pagamento por hora aula efetivamente realizada.

Forma de execução das oficinas:

- As aulas serão de acordo com o Cronograma elaborado pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS a partir do número de inscritos para a oficina, que compreenderão o turno matutino e vespertino, de segunda a sexta feira, visando contemplar o maior número de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos interessadas em participar.

- As aulas serão ministradas na sede do CRAS, localizado na Rua Campo Grande, 36. Avencal – Piên/PR.

- No valor da contratação estão inclusas as despesas com transporte, alimentação e hospedagem dos profissionais que prestarão os serviços.

- Os serviços deverão ser exercidos por profissional com comprovada habilitação, experiência e aptidão, executado pelo próprio licitante que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades da Secretaria.

- Serão consideradas apenas as horas trabalhadas nos locais das oficinas, desde o início até o final, não sendo considerados os deslocamentos até o local.

- A carga horaria semanal da oficina será de 2 (duas) horas, para cada turma, sendo previstas no mínimo 2 (duas) turmas por semana, incluindo turnos matutinos e vespertinos, de segunda a sexta-feira.

- A carga horaria semanal das oficinas poderá sofrer alterações para adapta-se as necessidades do CRAS, em virtude do número de inscritos.

- A contratada deverá entregar relatórios mensais contendo registro das atividades realizadas, número de participantes, frequência, técnicas aplicadas e avaliação do andamento das oficinas. - O oficineiro deverá manter postura ética, respeitosa e profissional, adotando abordagem adequada ao público do SCFV, com empatia, paciência e sensibilidade social.

- A execução dos serviços estará sujeita ao acompanhamento e fiscalização da equipe técnica da Secretaria, que poderá solicitar ajustes e avaliar o desempenho da contratada ao longo do período contratual.

- A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar troca do profissional, mediante apresentação de justificativa, caso o mesmo não esteja adequado a execução do objeto.

7 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nesta ação, o parcelamento não se demonstra técnica e economicamente vantajoso para a Administração, devido a natureza da despesa a ser executada.

8 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADO PRETENDIDOS

A oferta de oficinas de artesanato no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) constitui-se como ação integrante da Proteção Social Básica, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), objetivando prevenir situações de risco social por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso a direitos.

Em consonância com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, as oficinas de artesanato se inserem no escopo das atividades complementares ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), não possuindo caráter profissionalizante ou de geração direta de renda, mas assumindo função socioeducativa, preventiva e de apoio ao desenvolvimento social dos usuários.

De modo geral as oficinas irão contribuir para o fortalecimento da função protetiva das famílias, por meio do desenvolvimento de atividades coletivas que promovam a convivência, a socialização e a participação dos usuários do CRAS, conforme os princípios da proteção social básica definidos na PNAS.

Os objetivos específicos da realização das oficinas de artesanato são:

- Fortalecer vínculos familiares e comunitários, ao propiciar espaços de convivência coletiva que incentivem a interação, o apoio mútuo e a construção de vínculos solidários entre os usuários, prevenindo situações de isolamento social e fragilização das relações.

- Promover a inclusão social e o acesso a direitos, garantindo a participação de famílias em situação de vulnerabilidade social nas atividades ofertadas pelo CRAS.

- Estimular o protagonismo e a autonomia dos usuários, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, conforme orienta a PNAS, por meio da valorização de saberes, da participação ativa nas oficinas e do fortalecimento da autoestima e da identidade social.

- Desenvolver habilidades manuais, expressivas e socioeducativas, utilizando o artesanato como instrumento pedagógico e de expressão, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social dos usuários, respeitando suas potencialidades e limites, em consonância com a função preventiva da Proteção Social Básica.

- Prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio da oferta regular de atividades que favoreçam a convivência, a construção de redes de apoio e a ocupação qualificada do tempo.

- Complementar as ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), integrando as oficinas ao acompanhamento familiar, ao diagnóstico socioterritorial e às demais ações desenvolvidas pela equipe técnica do CRAS, assegurando a articulação entre serviços, programas e benefícios da política de assistência social.

As oficinas de artesanato, enquanto ações da Proteção Social Básica, devem manter seu caráter socioassistencial, não se configurando como cursos profissionalizantes ou atividades de cunho mercadológico, conforme orientações da Tipificação Nacional. Sua execução deve respeitar os princípios, diretrizes e objetivos da PNAS, fortalecendo a centralidade na família e a atuação territorial do CRAS.

9 - PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

Não há necessidade de providências preliminares para execução do objeto.

10- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

Não haverá contratações correlatas e interdependentes.

11 - IMPACTOS AMBIENTAIS DA CONTRATAÇÃO

Considerando a natureza do objeto que se pretende contratar, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário somente que o licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores de sua atividade.

PIÊN PREFEITURA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

12 - PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Há previsão da contratação no plano anual de contratações.

13 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando que os requisitos da contratação foram objetivamente definidos e a solução encontrada mostra-se adequada para o atendimento da necessidade, resta demonstrada a viabilidade da contratação na forma identificada neste instrumento.

Piên 02 de abril de 2026

Responsável pela elaboração
Anderlela Diana Cardoso das Neves
Auxiliar Administrativo – Matrícula 4766039

Secretária Municipal de Assist. Social e Defesa Civil
Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
Decreto nº 143/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

SÚMARIO

1. **Objeto**
2. **Especificações**
3. **Estimativa do Valor da Contratação**
4. **Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor**
5. **Justificativa**
6. **Fonte Orçamentária**
7. **Local e Período de execução**
8. **Modelo de Execução do Objeto**
9. **Modelo de Gestão do Contrato**
10. **Obrigações da contratada**
11. **Obrigações da Contratante**
12. **Legislação Aplicada**
13. **Vigência do Contrato**
14. **Fontes de Pesquisa**

1. OBJETO

1.1. Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Pièn.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Pièn. - As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada. - A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.	HORA AULA	300	R$ 67,32	R$ 20.196,00

2.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 20.196,00 (vinte mil, cento e noventa e seis reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

3.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

3.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

3.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

3.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

3.3.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005) explicitam as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e de responsabilidade do Estado. Nesse contexto, a Secretaria de Assistência Social e Defesa civil realiza a gestão da Política de Assistência Social no Município de Piên, sendo responsável por prover serviços, programas, projetos e benefícios, através dos dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidades) para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem.

A Proteção Social Básica apresenta caráter preventivo, tendo como objetivo prevenir situações de riscos através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, assim como fragilizações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras. (PNAS, 2004, p.27). Os serviços da proteção social básica são ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), principal porta de entrada do SUAS. As famílias são acompanhadas nos CRAS através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) estabelece diversos grupos que devem ser priorizados nos SCFV, como indivíduos pertencentes à famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, pessoas com deficiência, indivíduos atendidos pelos programas socioassistenciais do municípios. Bem como estabelece a organização dos grupos de atendimento conforme faixas etárias, estabelecendo objetivos e temas a serem trabalhados em cada ciclo da vida. Para atender as especificações dos serviços a serem desenvolvidos no contexto da proteção social básica, objetivamos através desta contratação oferecer as crianças e adolescentes oficinas socioeducativas.

As oficinas constituem-se em importante instrumento para o desenvolvimento dos objetivos propostos em cada programa e serviço. Com atividades culturais e pedagógicas, as oficinas caracterizam-se como espaços coletivos nos quais, de forma lúdica, os participantes podem refletir, compartilhar experiências e saberes, constituindo-se como contextos para novas vivências e para contato com as mais diversas formas de expressão. O objetivo das oficinas é promover processos que oportunizem, estimulem e incrementem a participação social. Dessa forma, representam um meio para ampliar o universo pessoal e cultural, desenvolver a sociabilidade, a expressão artística, fazeres, valores e habilidades exigidos na vida cotidiana.

Assim sendo, objetivamos, através da contratação de empresa especializada, oferecer a Oficina para o SCFV, pois as intervenções realizadas pela Proteção Social Básica devem ser pautadas em experiências lúdicas e culturais, bem como, em ações em diferentes áreas, para ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências aos usuários dos serviços socioassistenciais, restando evidente que a realização desta ação corrobora com o interesse público e é de importante relevância às ações voltadas à Política da Assistência Social.

6. FONTE ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.

6.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

10.003.08.245.0012.2044-33.90.39.00.00 – Fonte 834 e Fonte 934.

6.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação dos interessados em participar da presente licitação ocorrerá nos exatos termos do seu edital.

7.2. A interessada devera comprovar atuar na área específica para a qual pretende prestar serviço;

7.2.1. Comprovação de experiência com turmas/oficina para crianças e adolescentes na faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos.

8. LOCAL E PERÍODO DE EXECUÇÃO

8.1. LOCAL: Rua Campo Grande, nº 36 – Avencal – Piên/PR (Prédio do CRAS de Piên, ao lado do Ginásio de Esportes Cláudio de Oliveira Mendes)

8.2. PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, com início após a assinatura do contrato, conforme cronograma a ser estabelecido pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. As oficinas serão ministradas na sede do CRAS;

9.2. Os serviços serão prestados conforme cronograma, e de acordo com as instruções, e outras determinações emanadas pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS de Piên;

9.2.1. O cronograma das oficinas será definido assim que o contrato/ata for assinado e poderá sofrer alterações em decorrência das demandas do CRAS

9.2.2. As datas e horários em que a oficina acontecerá vai ser determinado pelo CRAS em acordo com a contratada, priorizando as necessidades dos usuários do SCFV;

9.3. Os serviços serão contratados de acordo com cada demanda específica e necessidade do CRAS de Piên, pelo tempo que durar os respectivos prazos definidos no contrato, caso em que serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas, não sendo computados os dias de recesso, ponto facultativo e férias.

9.4. Carga horaria semanal de cada oficina será de (duas) horas, para cada turma, sendo previstas no mínimo 2 (duas) turmas por semana, com carga horário de duas horas cada.

9.4.2.1 Cada turma da oficina poderá ter no máximo 20 (vinte) alunos.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato/ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.6.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

10.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada obriga-se a:

11.1.1. Executar o objeto para o qual for contratado de acordo com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital e no contrato a ser firmado com o Município;

11.1.2. Comparecer com pontualidade de horários para ministrar a oficina, de modo que atrasos injustificados ou cumprimento da carga horária em quantidade inferior à contratada serão descontados do valor mensal a ser pago ao Contratado;

11.1.3. Comparecer às reuniões junto ao CRAS de Piên e à Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil quando solicitado;

11.1.4. Prever e solicitar ao CRAS de Piên, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, materiais necessários ao desenvolvimento da oficina;

11.1.5. Ter disponibilidade para acompanhar e orientar os alunos em dias/horários extras, a serem previamente combinados com a equipe do CRAS de Piên, assim como ter disponibilidade para participar de apresentações ou eventos referentes a oficina ao qual foi contratado quando necessário, sem custos extras para o Município;

11.1.6. Seguir as orientações do CRAS de Piên quanto aos temas, músicas e demais especificações da oficina a serem ensinadas aos alunos, não podendo o contratado decidir por uma sem a expressa autorização do CRAS de Piên.

11.1.7. Manter lista de presença atualizada de todos os alunos da oficina, comunicando a desistência ou faltas consecutivas a coordenação do CRAS de Piên;

11.1.8. A Entregar um relatório mensal das atividades desenvolvidas, bem como com as listas de presenças de todos os encontros realizados, sendo este um dos critérios para ser o serviço considerado como plenamente executado e o pagamento pelos serviços ser efetuado.

11.1.8.1. Caso o relatório mensal das atividades não for entregues nas datas estipuladas pela coordenação do CRAS de Piên, as notas fiscais referentes aos serviços naquele período não serão enviadas para pagamento.

11.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;

11.1.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11.1.12. Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.

11.1.12.1 No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A Contratante obriga-se a:

12.1.1. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para que o Contratado possa desempenhar bem suas funções;

12.1.2. Disponibilizar local, com data e horário definidos, para realização das oficinas;

12.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando minuciosamente a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da Proposta apresentada pelo contratado, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

12.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta apresentada pelo contratado;

12.1.5. Notificar, por escrito, a empresa contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços prestados ou outras irregularidades constatadas durante a execução do Contrato;

12.1.6. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições e preços pactuados no Contrato.

13. LEGISLAÇÃO APLICADA

13.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. A vigência do contrato/ata será de 12 (doze) meses.

15. FONTES DE PESQUISA

15.1 JH CURSOS E TREINAME. CNPJ: 11.392.410/0001-41

INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS EIRELI EPP. CNPJ: 05.501.153/0001-36

OBH PEREIRA E CIA LTDA. CNPJ:32.953.837/00012-41

ARTE MÃE E FILHA. CNPJ:43.191.416/0001-47

CONTRATO N° 83/2025 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA – PR

CONTRATO N° 148/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SC

CONTRATO N° 227/2025 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR

ARP N° 364/2025 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDÓI – PR

ARP N° 50/2025 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - SC

Elaborado em 02 de abril de 2025.

ANDERLEIA DIANA CARDOSO DAS NEVES
Auxiliar Administrativo – Matrícula 4766039
Responsável pela Elaboração

LETICIA INEZ SCHROTH GABARDO
assessora de área iii - Matrícula 4765780
Fiscal do contrato

KÁTIA R. R. CAVALHEIRO FRAGOSO
Secretária de Assistência Social e Defesa Civil
Decreto nº 05/2021

Relatório Pesquisa de Preços

1 – Requerente: Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil

2 – Agente Responsável pela Cotação: Anderleia Diana Cardoso das Neves - Matrícula

3 – Descrição do Objeto a ser contratado: Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

4 – Fontes Consultadas: A pesquisa de preços foi realizada utilizando-se dos seguintes parâmetros para a formação do preço de referência:

☐ Contratações similares, no âmbito da Administração Pública do Município de Piên, homologadas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da pesquisa de preços, corrigidas pelo INPC acumulado no período;

☒ Contratações similares de outros entes públicos, homologadas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da pesquisa de preços, corrigidas pelo INPC acumulado no período;

☐ Painel de Preços disponível no endereço eletrônico http://paineldeprecos.planejamento.gov.br;

☐ Consulta ao aplicativo Menor Preço, ou ainda ao site https://menorpreco.notaparana.pr.gov.br desenvolvidos pelo Governo de Estado do Paraná, devendo-se selecionar o município como cidade de pesquisa, não encontrando a região e após o estado;

☐ Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal ou Estadual, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

☐ Pesquisa de preços em sites de lojas virtuais, observando a necessidade de juntar-se ao processo a impressão da página pesquisa, contendo nome e CNPJ da empresa, a descrição do produto, o preço, bem como data e hora de acesso;

☒Pesquisa de preços realizada pelo(a) próprio(a) Secretário(a) do órgão solicitador da aquisição/contração ou servidor designado para o ato, preferencialmente via e-mail ou correspondência eletrônica, devendo constar dados da empresa consultada (nome, cnpj, endereço e telefone), nome e CPF do atendente da empresa, dentre outras informações relevantes a identificação;

☒ Pesquisa com fornecedores ou prestadores de serviços, através de no mínimo 03 (três) orçamentos, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 90 (noventa) dias, como também que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 120 (cento e vinte) dias de antecedência da data de divulgação do edital;

☐ Consulta a bancos de dados especializados se dará em razão do objeto a ser adquirido demonstrado no processo administrativo, devendo ser utilizados, dentre outros o BPS - Banco de Preços em Saúde do Ministério da Saúde, Cotação de Diária de Preços da CEASA/PR Centrais de Abastecimento do Paraná, SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, SLP - Sistema de Levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

☐ Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas decorrentes de contratações públicas similares.

5 – Método Aplicado: Média

6 – Preços de Referência:

6.1 – Após análise detalhada dos preços obtidos chegou-se aos seguintes preços de Referência:

6.1.1 – Item 1: Valor unitário de R$ 67,32 (sessenta e sete reaise trinta e dois centavos), custo médio da contratação R4 20.196,00 (vinte mil, cento e noventa e seis reais).

7 – Os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados foram desconsiderados?

☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO EXISTIA PREÇO A SER DESCONSIDERADO

8 – Houve pesquisa com menos de três preços?

☐ SIM ☒ NÃO

Justificativa:

_____

_____

_____

_____

Caso tenha marcado sim, inserir justificativa fundamentada do secretário municipal e assinatura dele no documento, nos termos do parágrafo 2.º do decreto municipal de n.º 314/2023.

9 – Os seguintes fornecedores foram consultados e não enviaram.

9.1 – Lucca e Lucca Educação e Treinamento LTDA – uninteralexsandro@gmail.com
9.2 – Novo Saber Cursos e Treinamentos LTDA – luana@novosabercursos.com
9.4 – Exito Cursos e Serviços – escritorioexito10@outlook.com
9.5 – A C S Cursos e Treinamentos – acscursosetreinamentos@hotmail.com

10 - Data do início da pesquisa de preços: 26/03/2026

11 - Data de conclusão da pesquisa de preços: 01/04/2026

12 – Declaro para os devidos fins que, em atendimento ao inciso IV do art. 5.º do Decreto Municipal de n.º 314/2023, segue em anexo quadro comparativo próprio com a serie dos preços coletados.

13 – Declaro para os devidos fins que, em atendimento ao inciso I, do parágrafo 4.º do art. 8.º do Decreto Municipal de n.º 314/2023, segue em anexo os comprovantes de envio/encaminhamento da cotação de preços dos fornecedores.

14 – Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 7.º do Decreto Municipal de n.º 314/2023, que os preços fixados no processo estão de acordo com os praticados no mercado.

Piên, 01 de abril de 2026

ANDERLEIA DIANA CARDOSO DAS NEVES
Auxiliar Administrativo – Matrícula 4766039
Responsável pela Elaboração

KÁTIA REGINA RUDNICK CAVALHEIRO FRAGOSO
Secretaria Municipal De Assist. Social E Defesa Civil
Decreto nº 143/2025

	MAPA DE COTAÇÃO			
	Obleto: Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.			
Fornecedor	**Valor Unitário**	**Unidade**	**QUANT.**	**Valor Total**
Instituto Makro Marketing Cursos e Treinamentos Eireli EPP CNPJ: 05.501.153/0001-36	R$ 130,00	Hora aula	300	R$ 39.000,00
JR Cursos Consultorias e Treinamento LTDA CNPJ: 11.392.410/0001-41	R$ 65,00			R$ 19.500,00
OBH Pereira e CIA LTDA CNPJ:32.953.837/00012-41	R$ 125,00			R$ 37.500,00
Arte Mãe e Filha CNPJ:43.191.416/0001-47	R$ 50,00			R$ 15.000,00
Contrato nº 83/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Lúcia - PR	R$ 52,23			R$ 15.669,00
Contrato nº 148/2026 da Prefeitura Municipal de Itajaí - SC	R$ 51,67			R$ 15.501,00
ARP nº 364/2025 da Prefeitura Municipal de Condói - PR	R$ 35,00			R$ 10.500,00
ARP nº 50/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Helena - SC	R$ 62,00			R$ 18.600,00
Contrato nº 227/2025 da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais - PR	R$ 35,00			R$ 10.500,00
CUSTO MÉDIO	R$ 67,32		R$ 20.196,00	

Outlook

28

Cotação de serviço - Oficina de artesanato

De Anderleia Diana Cardoso das Neves <anderleia.neves@pien.pr.gov.br>
Data Sex, 27/03/2026 14:03
Para acs-cursosetreinamentos@hotmail.com <acs-cursosetreinamentos@hotmail.com>

1 anexo (106 KB)
Cotação - Oficina de artesanato.docx;

Prezado (a) Sr. (a),

Convidamos Vossa Senhoria a apresentar cotação de preços, conforme modelo anexo, para os bens/serviços abaixo discriminados:

a) – Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

- As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada.

- A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.

Por gentileza, atentar-se para o fato de que a proposta deverá conter: preço; prazo de validade do orçamento e assinatura do responsável pelo orçamento.

Em caso de dúvida favor saná-las através do presente e-mail ou pelo telefone 41 9954 4437

Atenciosamente,

Anderleia Cardoso

Cotação de serviço - Oficina de artesanato

De Anderleia Diana Cardoso das Neves <anderleia.neves@pien.pr.gov.br>
Data Sex, 27/03/2026 14:05
Para uninteralexsandro@gmail.com <uninteralexsandro@gmail.com>

1 anexo (106 KB)
Cotação - Oficina de artesanato.docx;

Prezado (a) Sr. (a),

Convidamos Vossa Senhoria a apresentar cotação de preços, conforme modelo anexo, para os bens/serviços abaixo discriminados:

a) – Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

- As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada.

- A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.

Por gentileza, atentar-se para o fato de que a proposta deverá conter: preço; prazo de validade do orçamento e assinatura do responsável pelo orçamento.

Em caso de dúvida favor saná-las através do presente e-mail ou pelo telefone 41 9954 4437

Atenciosamente,

Anderleia Cardoso

Outlook

30

Cotação de serviço - Oficina de artesanato

De Anderleia Diana Cardoso das Neves <anderleia.neves@pien.pr.gov.br>
Data Sex, 27/03/2026 14:08
Para luana@novosabercursos.com <luana@novosabercursos.com>

1 anexo (106 KB)
Cotação - Oficina de artesanato.docx;

Prezado (a) Sr. (a),

Convidamos Vossa Senhoria a apresentar cotação de preços, conforme modelo anexo, para os bens/serviços abaixo discriminados:

a) – Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

- As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada.

- A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.

Por gentileza, atentar-se para o fato de que a proposta deverá conter: preço; prazo de validade do orçamento e assinatura do responsável pelo orçamento.

Em caso de dúvida favor saná-las através do presente e-mail ou pelo telefone 41 9954 4437

Atenciosamente,

Anderleia Cardoso

Outlook

31

Cotação de serviço - Oficina de artesanato

De Anderleia Diana Cardoso das Neves <anderleia.neves@pien.pr.gov.br>
Data Sex, 27/03/2026 14:13
Para lcca.pr@gmail.com <lcca.pr@gmail.com>

1 anexo (106 KB)
Cotação - Oficina de artesanato.docx;

Prezado (a) Sr. (a),

Convidamos Vossa Senhoria a apresentar cotação de preços, conforme modelo anexo, para os bens/serviços abaixo discriminados:

a) – Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

- As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada.

- A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.

Por gentileza, atentar-se para o fato de que a proposta deverá conter: preço; prazo de validade do orçamento e assinatura do responsável pelo orçamento.

Em caso de dúvida favor saná-las através do presente e-mail ou pelo telefone 41 9954 4437

Atenciosamente,

Anderleia Cardoso

Cotação de serviço - Oficina de artesanato

De Anderleia Diana Cardoso das Neves <anderleia.neves@pien.pr.gov.br>
Data Sex, 27/03/2026 14:10
Para escritorioexito10@outlook.com <escritorioexito10@outlook.com>

1 anexo (106 KB)
Cotação - Oficina de artesanato.docx;

Prezado (a) Sr. (a),

Convidamos Vossa Senhoria a apresentar cotação de preços, conforme modelo anexo, para os bens/serviços abaixo discriminados:

a) – Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

- As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada.

- A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.

Por gentileza, atentar-se para o fato de que a proposta deverá conter: preço; prazo de validade do orçamento e assinatura do responsável pelo orçamento.

Em caso de dúvida favor saná-las através do presente e-mail ou pelo telefone 41 9954 4437

Atenciosamente,

Anderleia Cardoso

ORÇAMENTO

33

Segue orçamento solicitado

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: JH CURSOS
NOME FANTASIA: JH CURSOS CONSULTORIAS E TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 11.392.410/0001-41
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 3333 **EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES: (X) SIM () NÃO**
ENDEREÇO COMPLETO: RUA PADRE FRANCISCO STARZYBSKI, 445, CENTRO, QUITANDINHA/PR
E-MAIL: andverissimo@gmail.com
TELEFONE: (41) 3540-0555 / (41) 99259-7941

DADOS DO SOCIOADMINISTRADOR

NOME: ANDERSON VERISSIMO DA SILVA
CARGO: SÓCIO ADMINISTRADOR
ESTADO CIVIL: CASADO
RG: 25.648.376-0 SSP/SP
CPF: 257.686.988-25
ENDEREÇO COMPLETO: RUA PADRE FRANCISCO STARZYBSKI, 445, CENTRO, QUITANDINHA/PR
E-MAIL: andverissimo@gmail.com
TELEFONE: (41) 3540-0555 / (41) 99259-7941

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Pièn. - As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada. - A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decopagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros,	Hora aula	300	R$ 65,00	R$ 19.500,00

Validade do orçamento: 60 dias

Nos preços propostos estão inclusos todas as despesas para prestação de serviços como: combustível, tributos e demais custos necessários para a entrega do objeto.

Quitandinha, 27 de MARÇO de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDERSON VERISSIMO DA SILVA
Data: 27/03/2026 13:34:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ANDERSON VERISSIMO DA SILVA
SOCIO ADMINISTRADOR
RG: 25.648.376.0 SSP/SP
CPF: 257.686.988-25
JH CURSOS CONSULTORIAS E TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 11.392.410/0001-41

ORÇAMENTO

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Assistência Social de Piên - PR

FORNECEDOR:
RAZÃO SOCIAL: Instituto Makro Marketing Cursos e Treinamentos Eireli EPP
CNPJ: 05.501.153/0001-36
INSCRIÇÃO ESTADUAL: isento **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 10768
ENDEREÇO COMERCIAL: Rua Rocha Pombo, 1335 – Centro – 87.300-450 – Campo Mourão – PR
TELEFONE/FAX: (44) 3016 7106 **E-MAIL:** instituto@institutomakro.com.br

Representada por:
NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE: Gabriela Beloti
CARGO: Administradora
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 9.084.358-3 SSP/PR **CPF:** 270.966.158-65

Apresenta a pedido orçamento para contratação de empresa para prestação de serviços, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên. - As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada. - A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decopagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.	Hora aula	300	130,00	39.000,00

Observações:

- Os serviços descritos acima, tem a marca e a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Makro.
- O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento de profissionais, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.
- Fornecimento de certificados de conclusão de cursos para os alunos que tiveram no mínimo 75% de freqüência no curso/oficina.

- Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.
- Prazo de entrega: após solicitação de departamento responsável.
- Pagamento em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal, referente as horas realizadas.

Campo Mourão, 01 de abril de 2026.

GABRIELA BELOTI:27096615865

Assinado de forma digital por GABRIELA BELOTI:27096615865
Dados: 2026.04.01 14:09:22 -03'00'

Gabriela Beloti
Administradora

05501153/0001-36
Instituto Makro Marketing Cursos e Treinamentos Eireli - EPP
RUA ROCHA POMBO, 1335 - SALA 01
CENTRO - CEP 87300-450
CAMPO MOURÃO - PR

O.B.H PERERIA & CIA LTDA
CNPJ: 32.953.837/0001-41 – Inscr Est: 90.806.917-07
Endereço: Avenida Curitiba, 321 – Centro – Sala 2
São João do Ivaí – PR – CEP: 86.930-000
E-mail: obhpereira@gmail.com - **Telefone: (43) 99825-7105**

COTAÇÃO

Empresa: O. B. H. PEREIRA & CIA LTDA	CNPJ: 32.953.837/0001-41
E-mail: OBHPEREIRA@GMAIL.COM	Contato: OSNI RODRIGUES PEREIRA
Fone: (43) 99825-7105	Data: 31/03/2026

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên. - As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada. - A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decopagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros,	Hora aula	300	125,00	37.500,00

Valor total deste orçamento R$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais)

Validade do orçamento: 60 dias

São João do Ivaí, 31 de março de 2026

32.953.837/0001-41
O.B.H. PEREIRA & CIA LTDA
Av. Curitiba, 321 - Sala 2 - Centro
CEP: 86930-000
São João do Ivaí - PR

OSNI BEN HUR CORDEIRO PEREIRA
REPRESENTANTE LEGAL
O.B.H PEREIRA & CIA LTDA
32.953.837/0001-41
RG nº 14.987.369-4
CPF nº 099.087.649-77

OSNI RODRIGUES PEREIRA:74886398987
Assinado digitalmente por OSNI RODRIGUES PEREIRA:74886398987
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=14259348000102, OU=Presencial, OU=Certificado PF A1, CN=OSNI RODRIGUES PEREIRA:74886398987
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.03.31 16:43:45-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

OSNI RODRIGUES PEREIRA
PROCURADOR
O.B.H PEREIRA & CIA LTDA
32.953.837/0001-41
RG nº 4.435.376-8
CPF nº 748.863.989-87

Prefeitura de
PIÊN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil

Piên 27 de março de 2026

Empresa: ARTES MÃE E FILHA	CNPJ: 43191416000147
E-mail: rosemerib.kruczkiewicz@gmail.com	Contato: (41) 98867-8733
Fone: (41) 98867-8733	Data: 30/03/2026

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên. - As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada. - A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decopagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.	Hora aula	192	R$50,00	R$9.600,00

OBS: A cotação deverá conter o carimbo da empresa e assinatura do responsável pelo orçamento

Validade do orçamento: 60 dias

43.191.416/0001-47
Sergio Kruczkiewicz
ARTES MÃE E FILHA
Rua:João Hanusch, 164, Trigolândia
CEP: 83.860-971
Piên PR

CONTRATO Nº 148/2026
Processo SIPE nº 75793/2026

40

O **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Alberto Werner, nº 100, Vila Operária, cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.102.277/0001-52, neste ato representado por seus Secretários infra-assinados, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **REGINA WERNER DE SOUZA**, Rua Odilio Garcia, nº 312, Itajaí/SC, CNPJ 49.385.291/0001-72, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos moldes da Lei 14.133/2021, assim como pelas condições no edital de Credenciamento 006/2025, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto **CREDENCIAMENTO DE OFICINEIRO (A) /INSTRUTOR (A), PARA ORGANIZAR E EXECUTAR OFICINAS DE ARTESANATO.**

O valor estimado deste contrato é de R$ 49.603,20 (quarenta e nove mil, seiscentos e três reais e vinte centavos), considerando o quantitativo estimado de 960 horas a R$ 51,67 cada hora.

Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital de **Credenciamento 006/2025,** juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

1.1. Prazo de execução
Os serviços previstos terão início a contar da assinatura da ordem de serviço e serão realizados nas unidades conforme demanda e solicitação da Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

1.2. Local da prestação dos serviços:
Os serviços serão realizados nas unidades descentralizadas de atendimento descritas no Termo de Referência conforme agenda de locais e horários, estabelecida pela Diretoria de Promoção da Cidadania.

CLÁUSULA SEGUNDA – Por hora aula efetivamente realizada será pago o valor de R$ 51,67 (cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, mensalmente, mediante a apresentação do relatório de prestação de serviços assinado pelo responsável CREDENCIADO(A) / GERENTE da unidade descentralizada, na qual o (a) CONTRATADO (A) a prestar o serviço, e pelo Fiscal Designado, assim como das Certidões Negativas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA - A **CONTRATADA** é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada às especificações de cada item;

b) à execução do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

Secretaria de Governo
Rua Alberto Werner • 100 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6029
www.itajai.sc.gov.br
licitacoes@itajai.sc.gov.br

41

c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência na execução do objeto;

d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;

e) manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;

f) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

g) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

h) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

i) Respeitar rigorosamente os horários de trabalho imputados pela Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania, assim como das unidades descentralizadas de atendimento;

j) Realizar planejamento das oficinas apresentando a coordenação os projetos a desenvolver integralmente com os conteúdos e relatórios das atividades conforme planejamento;

k) Acompanhar o desenvolvimento das atividades ministradas;

l) Participar de reuniões com a coordenação;

m) Participar das atividades de capacitação

n) Atuar com ética e profissionalismo;

o) Participar dos eventos da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania

A **CONTRATANTE** é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto;

b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada no credenciamento e no Contrato;

c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

Secretaria de Governo
Rua Alberto Werner • 100 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6029
www.itajai.sc.gov.br
licitacoes@itajai.sc.gov.br

d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado pela Contratada fora das especificações do contrato;

42

e) observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

g) prestar à CONTRATADA/CREDENCIADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.

h) acompanhar a execução do objeto conforme contratado, a fim de verificar o cumprimento das exigências estabelecidas no instrumento convocatório, notificando a Contratada se assim necessário for.

CLÁUSULA QUINTA – REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO:

Para a seleção e o credenciamento, a PROPONENTE deverá possuir os seguintes requisitos mínimos.
Área Artesanato – Todas as Categorias: Ensino Fundamental completo, experiência de atuação na categoria selecionada ou a qualificação comprovada através de atestados, certificados ou declarações emitidos por pessoa jurídica.
Área Recreação – Categoria Atividade Física: Ensino superior completo, registro no Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), experiência de atuação na categoria ou a qualificação comprovada através de atestados, certificados ou declarações emitidos por pessoa jurídica.
Área Recreação – Categoria Dança: Ensino médio completo, experiência de atuação na categoria ou a qualificação comprovada através de atestados, certificados ou declarações emitidos por pessoa jurídica.
Área Tecnologia de Informática – Categoria Monitor: Ensino médio completo, experiência de atuação na categoria ou a qualificação comprovada através de atestados, certificados ou declarações emitidos por pessoa jurídica.
Área Beleza e Bem Estar – Todas as Categorias: Ensino Fundamental completo, experiência de atuação na categoria selecionada ou a qualificação comprovada através de atestados, certificados ou declarações emitidos por pessoa jurídica.

5.1. Condições de contratação
A PROPONENTE selecionada e credenciada será contratada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania, levando em consideração também a disponibilidade orçamentária e financeira do Município de Itajaí.
A contratação ocorrerá por demanda, ou seja, os proponentes aprovados serão incluídos em um cadastro de reserva de oficineiros credenciados. Ressalta-se que o credenciamento não garante contratação imediata, mas permite que o profissional seja chamado conforme a necessidade do município. A escolha do credenciado ocorrerá por ordem de credenciamento e habilitação nas respectivas oficinas.
É vedada a subcontratação dos serviços.

CLAUSULA SEXTA - INEXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA terá o limite de 1 (uma) falta injustificada durante todo o período de vigência contratual.

A CONTRATADA terá o limite de 2 (duas) faltas justificadas, excetuando-se aquelas de motivo de força maior (doença, acidente, morte em família, gravidez) durante todo o período de vigência contratual.

Secretaria de Governo
Rua Alberto Werner • 100 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6029
www.itajai.sc.gov.br
licitacoes@itajai.sc.gov.br

Será considerado falta injustificada o descumprimento dos horários estabelecidos, contando-se o período de 10 (dez) dias consecutivos ou 20 (vinte) alternados, nos quais ocorrerem.

43

CLAUSULA SÉTIMA - SANÇÕES

1. O licitante vencedor ficará passível da aplicação das sanções e penalidades previstas na Lei 14.133/2021, nas seguintes situações:

2. Pela não apresentação da documentação de habilitação, proposta de preços e amostras (se solicitadas), pela apresentação de documentação falsa ou pela não manutenção da proposta, por parte do licitante detentor da melhor oferta:

I - Advertência;
II - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta;
III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

3. Pela oferta de produto e/ou serviço em desacordo com as especificações constantes no Edital:

I - Advertência;
II - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do item ofertado em desacordo.

4. Pela recusa na entrega do objeto e/ou execução dos serviços, dentro no prazo previsto no Edital:

I - Advertência;
II - Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens recusados;
III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

5. Pelo atraso na entrega do objeto e/ou execução dos serviços, além do prazo previsto no Edital:

I - Advertência;
II - Multa diária na razão de 1% (um por cento) sobre o valor total dos itens não entregues, por dia de atraso, a contar do primeiro dia após o término do prazo previsto para entrega do objeto;
III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02(dois) anos.

6. Pela entrega do objeto e/ou execução dos serviços em desacordo com o solicitado no Edital:

I - Advertência;
II - Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens entregues em desacordo, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a efetiva adequação;
III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

7. Por causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual:

I - Advertência;
II - Ressarcimento ao erário;
III - Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta;

Secretaria de Governo
Rua Alberto Werner • 100 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6029
www.itajai.sc.gov.br
licitacoes@itajai.sc.gov.br

IV - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Itajaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

44

8. O licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com o Município de Itajaí e ter cancelado o Registro Cadastral de Fornecedores junto ao Município de Itajaí, nos casos de:

a) não assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;
b) não entregar a documentação exigida no Edital;
c) apresentar documentação falsa;
d) causar o atraso na execução do objeto;
e) não mantiver a proposta;
f) falhar na execução do Contrato;
g) fraudar a execução do Contrato;
h) comportar-se de modo inidôneo;
i) declarar informações falsas; e
j) cometer fraude fiscal.

9. Na aplicação das penalidades previstas neste instrumento, o Município de Itajaí considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada.

10. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na legislação vigente, garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.

11. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12. Hipóteses de descredenciamento:

12.1 Infrações à legislação vigente, com o descumprimento das normas que regulam a atividade;

12.2 Conduta irregular, com manipulação de lances ou fraude na adjudicação de bens;

12.3 Falta de idoneidade moral, envolvendo crimes ou atos que comprometam a confiança pública;

12.4 Ausência de capacitação ou formação adequada, em desacordo com os requisitos exigidos pela legislação;

12.5 Descumprimento das obrigações relacionadas à publicação de atos e envio de informações às autoridades competentes;

12.6 Histórico de reclamações reiteradas que sejam comprovadas por meio de procedimento administrativo.

CLÁUSULA OITAVA – O Município de Itajaí ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência dos serviços prestados, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para prestação dos serviços.

Secretaria de Governo
Rua Alberto Werner • 100 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6029
www.itajai.sc.gov.br
licitacoes@itajai.sc.gov.br

CLÁUSULA NONA – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as normas técnicas adequadas, fornecendo os equipamentos, mão-de-obra e demais elementos necessários a sua perfeita execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– Os serviços serão fiscalizados pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Fiscais designados:

- Gestor do contrato: André Leonardo Severino
Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania
Matrícula: 1659804

- Fiscal Administrativo do contrato: Venita Teresinha Beulke
Assessora Executiva
Matrícula: 2014405

- Fiscal Técnico do contrato: Viviane Sandri Ferreira
Diretora de Relações Temáticas
Matrícula: 1682204

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo **CONTRATANTE.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pela **CONTRATANTE:** a) Quando houver modificação dos serviços ou suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; II - Por acordo das partes: a) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; b) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição do **CONTRATANTE** para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, nos limites previstos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA,** o **CONTRATANTE** deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Secretaria de Governo
Rua Alberto Werner • 100 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6029
www.itajai.sc.gov.br
licitacoes@itajai.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em caso de violação à Lei Anticorrupção conforme Decreto Municipal 11.063/17 que regulamenta a Lei Federal 12.846/13.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - As partes elegem o foro da Comarca de Itajaí, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

Aos casos omissos prevalece o disposto em legislação vigente.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, MARÇO DE 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
REGINA WERNER DE SOUZA
Data: 25/03/2026 17:47:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

REGINA WERNER DE SOUZA

ANDRE LEONARDO SEVERINO:06411664943
Assinado de forma digital por ANDRE LEONARDO SEVERINO:06411664943
Dados: 2026.03.25 18:01:31 -03'00'

ANDRÉ LEONARDO SEVERINO

SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Secretaria de Governo
Rua Alberto Werner • 100 • Vila Operária
88304-053 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3341-6029
www.itajai.sc.gov.br
licitacoes@itajai.sc.gov.br

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 227/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E A EMPRESA L. FERNANDO MAZZA CURSOS E TREINAMENTO - ME.

O **Município de São José dos Pinhais**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Passos de Oliveira, n. º 1101, Bairro Centro, CEP 83.030-720 e inscrito no CNPJ sob n.º 76.105.543/0001-35, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Margarida Maria Singer**, portadora da Matrícula Funcional nº 22282-0, empossada a partir de 01° de janeiro de 2025, e pelo Secretário Municipal de Saúde **José Dalmi Dissenha,** portador da Matrícula Funcional nº 18842-02, nomeado pela Portaria nº 2295/2024, de 10 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de 10 de abril de 2024, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **L. FERNANDO MAZZA CURSOS E TREINAMENTO - ME**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 14.379.830/0001-86**, sediada na Rua Elisa Flaquer, 100, Sala 705 – Centro – Santo André/SP, CEP 09020-160, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo empresário individual **Luis Fernando Mazza**, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 577/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 083/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **serviços de Oficinas aos usuários dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II, CAPS AD e CAPS infantil)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição dos serviços	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	OFICINA DE KARATE	Horas	416	35,00	**14.560,00**
2	OFICINA DE ARTES VISUAIS	Horas	416	35,00	**14.560,00**
3	OFICINA DE ARTESANATO	Horas	416	35,00	**14.560,00**
4	OFICINA DE MUSICALIZACAO DE CANTO E REGENCIA DE CORAIS	Horas	832	35,00	**29.120,00**
5	OFICINA DE TEATRO	Horas	832	35,00	**29.120,00**
6	OFICINA DE YOGA	Horas	520	40,00	**20.800,00**
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 122.720,00 (cento e vinte e dois mil, setecentos e vinte reais)					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados da Publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** (Art. º 94 da Lei nº 14.133/2021), sem prejuízo

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

da publicação no Diário Oficial do Município de forma complementar (Art. º 175 da Lei nº 14.133/2021), prorrogável por até 10 anos, respeitando, ainda, os ditames dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital de Pregão Eletronico nº 083/2025, e ainda:

3.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.2.1. INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO: O Núcleo de Saúde Mental informará ao contratado, o qual **deverá iniciar as atividades em até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato ou da emissão do empenho;**
3.2.2. O contratado (pessoa física ou jurídica) deverá executar os conteúdos e carga horária programada em cada oficina
3.2.3. As oficinas deverão ser ministradas nos locais indicados pela Secretaria de Saúde - Núcleo de Saúde Mental;
3.2.4. Os insumos necessários para execução dos cursos serão de responsabilidade do contratado;
3.2.5. Em caso de faltas, a empresa contratada (pessoa jurídica) deverá proceder à substituição de seus instrutores, a qual somente será permitida em casos devidamente justificados previamente ao gestor e autorizados pelo mesmo;

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

3.2.6. O contratado deverá responsabilizar-se pela manutenção, troca e/ou substituição dos materiais/insumos em caso de problemas ou defeitos durante a execução das oficinas, sem ocasionar prejuízo ao andamento das atividades;
3.2.7. A empresa contratada (pessoa jurídica) deverá responsabilizar-se pela emissão de folha ponto dos oficineiros, a ser preenchida nos dias e horários das oficinas, em instrumento próprio, contendo nome e assinatura do instrutor e carga horária, a qual deverá ser encaminhada posteriormente à coordenação do Núcleo de Saúde Mental;
3.2.8. O contratado (pessoa física) deverá responsabilizar-se pela emissão de folha ponto a ser preenchida nos dias e horários das oficinas, contendo nome, assinatura e carga horária sob a supervisão do Núcleo de Saúde Mental
3.2.9. A empresa contratada (pessoa jurídica) deverá substituir os profissionais quando estes não estiverem atendendo aos objetivos propostos;

3.3. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: **Os serviços serão prestados nos Centros de Atenção Psicossocial CAPS do município de São José dos Pinhais:**
3.3.1. CAPS AD Endereço: Rua Gen. Catão Mena Barreto Monclaro, 926 Centro, São José dos Pinhais PR, CEP 83005-050;
3.3.2. CAPS Infantil Endereço: Rua Cel. Luiz Victorino Ordine, 1586 São Pedro, São José dos Pinhais PR, CEP 83005 -040;
3.3.3. CAPS TM Endereço: Rua Quirino Zagonel, 225 Braga, São José dos Pinhais PR, CEP 83020-250;
3.3.4. As oficinas podem ainda ser levadas para outros espaços públicos como Unidades de Saúde, praças, parques, centros de atividades sócio culturais, entre outros.

3.4. HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: As datas e horários das oficinas serão definidas pelo Núcleo de Saúde Mental.
3.4.1. Os dias e horários das atividades serão acordados previamente com a coordenação dos equipamentos, bem como a entrega do cronograma deve ser feita antecipadamente.

3.5. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS: As oficinas devem ter duração de 1h a 1h30 min (incluindo o tempo de organização do ambiente), podendo se estender por no máximo 30 minutos conforme necessidade da turma sempre acordado com antecedência com a coordenação do serviço;
3.5.1. É necessária a presença de um técnico da equipe de saúde durante a realização da oficina;
3.5.2. Nas oficinas de artes, artesanato, teatro e Karatê o contratado deve chegar com 15 minutos de antecedência para preparação do ambiente e organização das atividades sem prejuízo do tempo de permanência no serviço que será de 01h30min;
3.5.3. É de responsabilidade do contratado a organização da sala após o término das atividades;
3.5.4. OFICINA DE KARATÊ – JUSTIFICATIVA: esporte traz muitos benefícios para a saúde das crianças, adolescentes e adultos, beneficiam tanto a saúde física, como também influenciam no desenvolvimento emocional, mental e intelectual. O Karatê é uma arte marcial que além de ser uma ferramenta na defesa pessoal, também é um grande formador de caráter e disciplina, através dos pilares: humildade, respeito e hierarquia. Pode ser considerado um esporte completo, pois além dos benefícios físicos, melhora o comportamento pessoas, tornando-os mais sociáveis e transmitindo noções de respeito e companheirismo. Benefícios aos praticantes do

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

Karatê: Melhora a concentração; Melhora o equilíbrio nervoso; Desenvolve a flexibilidade e a coordenação; Contribui para uma postura corporal adequada. Desenvolve a autoconfiança e o sentimento de segurança. Desenvolve os aspectos motores, cognitivos e afetivos; Desenvolve a coordenação motora, a lateralidade e a orientação de espaço temporal e equilíbrio; Trabalha a disciplina, noções de limite, compreensão e respeito com os outros; Fortalece o desenvolvimento de sentimentos como: amizade, companheirismo e paciência; Melhora o condicionamento físico, estimulando uma vida mais saudável; Auxilia no crescimento.
OBJETIVOS: Proporcionar aos pacientes de saúde mental o acesso a prática do Karatê, através do conhecimento de seus fundamentos e princípios filosóficos e da realização dos movimentos, visando atingir o equilíbrio físico e emocional. Fortalecer suas habilidades e aptidões, trabalhando a psicomotricidade, socialização e integração, estimulando os sentidos de atenção e concentração, ensinando disciplina e respeito com o próximo. Oportunizar o exame da troca de faixas do Karatê.
CONTEÚDO: Origem do Karatê; Técnicas do Karatê; Disciplina do Karatê; Filosofia e Lemas do Karatê (5 lemas): Esforçar-se pela formação do caráter; Criar intuito de esforço; Respeito acima de tudo; Conter espírito de agressão; Fidelidade para o verdadeiro caminho da razão. Exame de Faixa;
METODOLOGIA: Possibilidade de utilização de diferentes estratégias, visando interação, desenvolvimento do trabalho, convivência e aprendizagem das técnicas do Karatê; Apresentação de vídeo (considerando sempre a faixa etária indicativa); Informações relevantes sobre a prática do Karatê e correlação com a realidade atual; Atividades de interação para fortalecimento de vínculos, visando também à sensibilização para a prática do Karatê; Demonstração do Karatê aos colegas; Gincanas interativas com os participantes.

RECURSOS MATERIAIS MÍNIMOS NECESSÁRIOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATADO: Tatames; Aparadores de chutes; Kimono; Faixas; Entrega de Certificados; Exame de Faixa.

NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA: Mínimo de 10 (dez) e no máximo de 20 (vinte) alunos por turma.

3.5.5. OFICINA DE ARTES VISUAIS - JUSTIFICATIVA Os benefícios de Oficinas de Artes Visuais aos usuários dos serviços de Saúde Mental é sabidamente uma forma de auxiliar a saúde psicológica e psicossocial do usuário, sobretudo daqueles que possuem algum As Oficinas de Artes convidam à liberação de emoções, permitem o mergulho na subjetividade e o acesso a conteúdos escondidos que vêm à tona e são expostos no trabalho. Esse contato com a subjetividade permite ao usuário agilizar seu processo de cura e concretizar conteúdos de seu inconsciente. Isto é, pode fazer emergir sentimentos como medo, prazer, depressão, raiva, tristeza, equilíbrio, alívio entre outros que, projetados no trabalho, poderão ser reintegrados à consciência. Pode-se lançar mão de diversas técnicas expressivas como confecção, pintura, desenho, modelagem, colagem, tecelagem, escultura, dentre outras. Baseia-se no princípio de que o processo criativo é terapêutico e fomentador da qualidade de vida. As Oficinas de Artes Visuais estimulam a expressão criativa, auxiliam no desenvolvimento motor, no raciocínio e no relacionamento afetivo. Através da arte é promovida a ressignificação dos conflitos, propiciando a reorganização das próprias percepções, ampliando a percepção do indivíduo sobre si e o mundo. A arte é utilizada no cuidado à saúde com pessoas de todas as idades, por meio da arte, a reflexão é estimulada sobre possibilidades de lidar de forma mais harmônica com o stress e experiências traumáticas.

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

OBJETIVOS: Proporcionar ressignificação de conflitos; Reorganização das próprias percepções e reflexão sobre possibilidades de lidar de forma mais harmônica com o estresse e experiências traumáticas; Expressar sentimentos e pensamentos de forma não verbal; Fomentar processo criativo; Desenvolvimento motor; Convívio com os pares
CONTEÚDO: Técnicas de Traços; Traços Livres; Desenhos; Luz e Sombra; Perspectiva; Pinturas em tela, azulejos, etc; Grafites; Colagem; Cerâmica/Argila; Escultura.
METODOLOGIA: Possibilidade de utilização de diferentes estratégias, visando interação, desenvolvimento do trabalho, convivência e aprendizagem das técnicas e trabalhos das Artes Visuais. Gincanas interativas com os participantes; Exposição Cultural dos Trabalhos;
RECURSOS MATERIAIS MÍNIMOS NECESSÁRIOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATADO: Lápis (diversos); Folhas; Canetinhas; borrachas; Tintas (diversas); Pinceis; Cola Telas, Azulejos, Spray Grafite; Argila; Massa de modelar; Painéis; Quadros; Telas.
NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA: Mínimo de 05 (cinco) e no máximo de 10 (dez) alunos por turma

3.5.6. OFICINA DE ARTESANATO – JUSTIFICATIVA: O artesanato é uma forma de expressão cultural que remonta séculos atrás e desempenha um papel fundamental na preservação da identidade e tradições de um povo. No contexto brasileiro, o artesanato possui uma importância notável, pois representa a diversidade cultural e regional do país. Oferece diversos benefícios para os grupos de todas as idades, dentre alguns exemplos estão: a melhora da memória; estímulo da criatividade e interação social; autonomia e a elevação da autoestima além de ser um importante vetor de desenvolvimento econômico e social, pois muitos artesãos criam produtos e vivem de sua renda criativa. Envolve ainda a criação, planejamento, organização, concentração e colaboração, além de aprendizado de técnicas, arte e história, entre outras abordagens interdisciplinares, o artesanato contribui na educação para a formação de pessoas dinâmicos, flexíveis, perceptivas, habilidosas, zelosas e com boa disposição.

OBJETIVO: Expressar sentimentos e pensamentos de forma não verbal; Fomentar processo criativo; Desenvolvimento cognitivo e motor; Convívio com os pares. Alívio do estresse e ansiedade; Geração de Renda e Concentração.
CONTEÚDO: Artesanatos têxteis, incluindo trabalhos em tecidos, fios e patchwork. Artesanato com materiais reciclados, garrafa pet, tampas, vidros, utilizando resíduos da natureza tais como: galhos, sementes, madeira, folhas e pintura em superfície. Artesanatos em papel, nesse tipo de artesanato incluem papel machê, caligrafia, papel cartão. Artesanato decorativo, na fabricação flores secas, cestas, vasos e brinquedos se enquadram na categoria arranjos de artesanato decorativo.
METODOLOGIA: Possibilidade de utilização de diferentes estratégias, visando interação, desenvolvimento do trabalho, convivência e aprendizagem das técnicas e trabalhos artesanais. Gincanas interativas com os participantes; Exposição Cultural dos Trabalhos.
RECURSOS MATERIAIS MÍNIMOS NECESSÁRIOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATADO: Tecidos, MDF, Cola, tesoura, papelão canetinhas, materiais recicláveis, agulhas de crochê, trico e bordado; Linhas diversas, novelos de lã, biscuit, fitilhos, barbantes, EVA, nylon, miçangas, pincel, tintas em geral, fitas adesivas.
NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA: Mínimo de 10 (dez) e no máximo de 20 (vinte) alunos por turma

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

3.5.7. OFICINA DE MUSICALIZACAO DE CANTO E REGENCIA DE CORAIS – JUSTIFICATIVA: Propõe a integração entre os participantes visando estimular a musicalidade através do canto coral, jogos e dinâmicas musicais, proporcionando ao participante uma vivência prazerosa tanto individual como em grupo. Cantar é uma atividade libertadora. A educação musical estimula áreas do cérebro e desenvolve habilidades importantes, como a coordenação motora, a concentração e a socialização, desenvolve o raciocínio, trabalhando o respeito, a memória e a persistência, também ensina a autodisciplina, paciência e sensibilidade. Outro grande benefício é o desenvolvimento do espírito de equipe. É preciso se ter claro que o trabalho socioeducativo com a música não visa a formação de músicos, mas sobretudo, o contato com elementos que compõe essa arte: ritmo, harmonia e melodia.

OBJETIVOS: A música em suas inúmeras formas quando utilizada, desenvolve diferentes habilidades como: o raciocínio, a criatividade, promove a autodisciplina e desperta a consciência rítmica e estética, além de desenvolver a linguagem oral, a afetividade, a percepção corporal e também promover a socialização.
CONTEÚDO: Oferecer noções básicas da música através das brincadeiras, jogos musicais, despertando senso rítmico, memória, foco, prontidão e reflexo, independência auditiva. Oferecer estudo de canto coral, desenvolvendo a percepção, despertando o interesse e sensibilidade psico-cognitiva, através da apreciação musical e produção vocal. Oferecer aprendizado de instrumentos musicais.
METODOLOGIA: Atividades e dinâmicas musicais em grupo utilizando canções populares, canções do folclore brasileiro, movimentando o corpo e a mente. Estudo do canto estimulando a saúde vocal e auditiva, incentivando a autonomia e desenvoltura. Ensino de instrumentos musicais. Apresentações para os pares e demais locais.
RECURSOS MATERIAIS MÍNIMOS NECESSÁRIOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATADO: Materiais didáticos diversos; Som; Microfone; Partituras; Tripé para partituras.

NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA: Mínimo de 10 (dez) e no máximo de 20 (vinte) alunos por turma.

3.5.8. OFICINA DE TEATRO – JUSTIFICATIVA: Pode-se considerar que o Teatro é a arte de viver momentaneamente aquilo que é fictício, porém com veracidade. O teatro enquanto manifestação artística exige a presença de quem atua de forma completa: corpo, fala e gesto. Enquanto arte possibilita que possamos compreender o processo comunicativo, considerando os múltiplos olhares para onde estamos situados, nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Outros ganhos estão no aspecto de comunicação, tais como melhorias em relações interpessoais, capacidade de se expressar, avanços na capacidade de leitura, interpretação de textos e também o próprio desenvolvimento da oratória. De um modo geral, a mente humana necessita de estímulos para seu desenvolvimento. E o Teatro incentiva a criatividade e imaginação, pois trabalha com o lúdico, ao mesmo tempo em que se pode atrelar a fantasia à realidade. Existem diversos gêneros teatrais que podem ser explorados na Oficina de Teatro, optou-se por DRAMATIZAÇÃO E JOGOS TEATRAIS por entender que explora a relação com o corpo e com o outro, através de atividades de expressão corporal e dramatização, por meio de atividades, trabalhando também a auto-estima. Além deste aspecto tem a intenção de formação para cidadania, na medida em que o indivíduo exercita a construção de sua identidade, favorecendo a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual) atuando na dinâmica social, conhecendo e utilizando o seu espaço.

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná | CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

OBJETIVOS: Melhorar as relações sociais; Incentivar o autoconhecimento e a disciplina; Incentivar o desenvolvimento de ideias e opiniões; Desenvolver a capacidade de atenção, foco e criatividade.
CONTEÚDO: Conversa sobre Arte; Conversa sobre Teatro; Relação da Arte/Teatro com o cotidiano; Discussão sobre tópicos da vivência (viver, trabalhar, desejos, sociedade, entre outros) e sua relação com a Arte/Teatro; Exercícios de sensibilização sensorial e motora que servem para atrair e estimular um ?elenco? de não atores a representar; Aquecimento vocal e corporal; Atividades explorando os sentidos: visão, audição, tato, olfato e o sentido poético, enfim, despertando capacidades criadoras; Experiência coletiva com os grupos de crianças e adolescentes e vivenciando o teatro com o corpo; Jogos diversos para estimular e aguçar os sentidos; Atividades de improvisação cênica com adereços; Atividades para melhorar a capacidade de Argumentação, Oratória, Audição, entre outros; Desenvoltura, capacidade de articulação e disciplina. Para este trabalho sugerimos os autores Viola Spolin e Augusto Boal que possuem obras reconhecidas no campo da arte teatral. Escreveram livros que expõem diversos jogos teatrais.
METODOLOGIA: Durante as aulas, serão trabalhados questões teóricas, aquecimentos, brincadeiras e exercícios propostos para a evolução no aspecto teatral e social. Desenvolver peças de teatro para apresentar aos pares em datas comemorativas e ou ainda, em outros espaços e públicos.
RECURSOS MATERIAIS MÍNIMOS NECESSÁRIOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATADO: Materiais para construção de cenários e fantasias (quantidade solicita por UNIDADE): 15 folhas de EVA (diversas cores); 15 metros de TNT (diversas cores); 06 unidades Pincel Atômico (diversas cores); 15 folhas de Papel Laminado (diversas cores); 01 pacote com 100un de balões de látex (diversas cores); 01 litro de cola branca; 04 rolos de fita durex; 02 rolos de fita dupla face; 02 rolos de fita crepe 01 bobina de papel Kraft; Adereços diversos (chapéu, capa, tecidos, bengala, óculos, cintos, lenços, gravata, marabu, colares, xales, máscaras, etc); Materiais para pesquisa, produção de texto e apresentações: 200 Folhas de sulfite A4 por UNIDADE; 01 Notebook (para uso do professor); 01 Microfone (para uso do professor); Caixa de som (para uso do professor);

NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA: Mínimo de 10 (dez) e no máximo de 20 (vinte) alunos por turma.

3.5.9. OFICINA DE YOGA – JUSTIFICATIVA: A yoga traz diversos benefícios para a saúde, porque trabalha o corpo e a mente de forma interligada, a sua prática melhora, significativamente, a disposição, o bem-estar, o humor e a concentração do praticante. Segundo a filosofia oriental, promove o desenvolvimento integral do ser humano, a transformação espiritual, através do cuidado com a mente e o relaxamento físico, deverá ainda atuar no fortalecimento de vínculos sociais e comunitários.

OBJETIVO: A Oficina consiste na realização de práticas de yoga, com o objetivo de despertar a consciência corporal, dando aos usuários a possibilidade de resgatar seu equilíbrio físico e emocional, agindo na diminuição dos sintomas ansiosos, depressivos e pós traumáticos.
CONTEÚDO: Equilíbrio dos canais energéticos; Alongamentos e exercícios físicos; Técnicas de relaxamento corporal e meditação; Incentivo ao autoconhecimento; Percepção corporal e autoestima.

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

METODOLOGIA O curso tem uma metodologia única onde através da execução de exercícios físicos, alongamentos e técnicas de relaxamento, atuando no combate ao estresse, depressão, na melhoria da auto percepção corporal e da autoestima.
RECURSOS MATERIAIS MÍNIMOS NECESSÁRIOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATADO: Tapetinho de Yoga ou Yoga Mat; Bloco de Yoga; Bolster para Yoga; Cinto para Yoga; Almofada para meditação.
NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA: Mínimo de 10 (dez) e no máximo de 20 (vinte) alunos por turma.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é **de R$ 122.720,00** (Cento e vinte e doi mil setecentos e vinte reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O Contratado deverá apresentar a **NOTA FISCAL** através do portal do Fornecedor (www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-administracao/portal-do-fornecedor/)

6.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pelo mesmo estabelecimento (matriz ou filial) cujo CNPJ comprovou sua habilitação, a qual não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo nela constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
RUA PASSOS DE OLIVEIRA N.º 1101 - CENTRO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
CEP: 83.030-720
CNPJ N.º 76.105.543/0001-35
INSCRIÇÃO ESTADUAL – ISENTA
EMPENHO N.º _____/2025.

6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

6.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. A Administração deverá realizar consulta, conforme item anterior, para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

6.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, com base no fornecimento efetuado, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da fatura correta que deverá corresponder ao produto efetivamente fornecido.

6.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
6.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.15. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e na sua falta, aquele que vier a substituí-lo.

6.16. A liberação do pagamento fica vinculada à apresentação da NOTA FISCAL através do portal do Fornecedor (www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-administracao/portal-do-fornecedor/), juntamente com a comprovação da continuidade das condições de habilitação, em especial:

6.16.1. Prova de Regularidade (certidão) relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), em plena validade.

6.16.2. Certidão que comprove Regularidade de Tributos Municipais junto ao Município de São José dos Pinhais, em plena validade. (Art. 242 da Lei Municipal Complementar nº 01/2003).

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10.10.2024.

7.2. Após o interregno de um ano, ocorrendo pedido formal do contratado ao gestor responsável, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e na sua falta, aquele que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o Secretário da Unidade Requisitante/Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado. (Artigo nº 344 do Decreto Municipal nº 5.807/2023).

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II)e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
a) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
c) Certidão que comprove Regularidade de Tributos Municipais junto ao Município de São José dos Pinhais, em plena validade. (Art. 242 da Lei Municipal Complementar nº 01/2003)

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a incidência de 30% (trinta por cento). Após o 30º (trigésimo) dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; a partir do 31º (trigésimo primeiro) será cabível a multa compensatória. ;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

12.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021 e Art. 14 do Decreto Municipal nº 5807 de 29 de dezembro de 2023).

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Dotação n.º: 2709
II. Fonte de Recurso: .2.00494
III. Projeto/Atividade: 10.302.004.1393
IV. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00
V. Elemento analítico:3.3.90.39.48.01

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

18.1. A fiscalização contratual seguirá o Decreto Municipal nº. 5.807, de 2023.

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

18.2. Para a gestão e fiscalização deste Contrato pela Administração foram designados os seguintes servidores, conforme Portaria n.º 414/2024:

- **GESTORA:** Clareza Marluz Silva, Matrícula Funcional n.º 018600-01.
- **GESTORA SUPLENTE:** Aline Bastos da Silva Koppe, Matrícula Funcional n.º 020993-01.
- **FISCAL:** André Luiz da Rosa, Matrícula Funcional n.º 019971-01.
- **FISCAL SUPLENTE:** Laura Sacomani Marostica, Matrícula Funcional n.º 019712-01.

18.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

19.1. O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco. Em consequência desta política, o Banco:

a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

(iii) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(iv) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo;

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;
(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

20.1. Fica eleito o **Foro da Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São José dos Pinhais, 27 de Agosto de 2025.

TESTEMUNHAS:

CLAUDETE DE OLIVEIRA BOTTEGA:01756070954
Assinado de forma digital por CLAUDETE DE OLIVEIRA BOTTEGA:01756070954
Dados: 2025.08.29 14:49:09 -03'00'

ANDREZZA JORDANA LOPES BLOSS:02843244935
Assinado de forma digital por ANDREZZA JORDANA LOPES BLOSS:02843244935
Dados: 2025.08.29 15:47:55 -03'00'

MARGARIDA MARIA SINGER:56764553904
Assinado de forma digital por MARGARIDA MARIA SINGER:56764553904
Dados: 2025.08.29 15:30:34 -03'00'

MARGARIDA MARIA SINGER
PREFEITA MUNICIPAL

JOSE DALMI DISSENHA:69710120972
Assinado de forma digital por JOSE DALMI DISSENHA:69710120972
Dados: 2025.08.29 11:12:19 -03'00'

JOSÉ DALMI DISSENHA
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

LUIS FERNANDO MAZZA:22978118881
Assinado de forma digital por LUIS FERNANDO MAZZA:22978118881
Dados: 2025.08.29 10:42:05 -03'00'

LUIS FERNANDO MAZZA
L. FERNANDO MAZZA CURSOS E TREINAMENTO – ME
CONTRATADA

Rua Passos de Oliveira, 1101 - São José dos Pinhais - Paraná CEP 83030-720 **Fone: (41)3381-6800**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025.

Processo Administrativo n° 212/2025

Processo Licitatório Pregão n° 26/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA E A EMPRESA NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA**, com sede na Avenida do Rosário N°228, Bairro: Centro, na cidade de Santa lúcia -PR inscrito(a) no CNPJ 95.594.776/0001-93 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Silvano Tortelli** portador da Matrícula Funcional nº1139-1, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº. 55.988.235/0001-25, sediado(a) R Maria Nazareth Vilela Número 235 Complemento Bloco 300 Apt 352 Cep 16.022-030 Bairro/Distrito Morada Dos Nobres Município Araçatuba UF-SP, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **Luana Ellen Genegim Nunes**, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 212/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 26/2025** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de desenvolvimento e aplicação de oficinas de Artesanato, Ballet e Ginástica Rítmica para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CURSO DE ARTESANATO Oficina de Artesanato. Carga Horária Total de 624 horas e aplicação em 12 meses, sendo 12 horas semanais, conforme cronograma e planejamento das ações e/ou atividades do CRAS e da SEMAS.	SERVIÇO		H	624,00	52,23	32.591,52
2	1	CURSO DE BALLET Oficina de Ballet. Carga Horária Total de 416 horas e aplicação em 12 meses, sendo 08 horas semanais, conforme cronograma e planejamento das ações e/ou atividades do CRAS e da SEMAS.	SERVIÇO		H	416,00	67,16	27.938,56

TOTAL	**60.530,08**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R$ 60.530,08 reais (Sessenta mil, quinhentos e trinta reais e oito centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos dos serviços prestados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/06/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) pois é o e índice utilizado pela Administração para Atualização dos orçamentos e o mesmo se mostra mais vantajoso, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS | CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas | CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações

trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas Ï bÐ, Ï cÐ e Ï dÐ do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas Ï eÐ, Ï fÐ, Ï gÐ e Ï hÐ do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas Ï bÐ, Ï cÐ e Ï dÐ, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

a. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas Ï eÐ a Ï hÐ do subitem 12.1, de 30% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea Ï cÐ do subitem 12.1, de 20% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea Ï bÐ do subitem 12.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea Ï dÐ do subitem 12.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea Ï aÐ do subitem 12.1, a multa será de 5% do valor do Contrato

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.1.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 002;

II. Fonte de Recursos: 00934; 00954;

III. Programa de Trabalho: 08; 244;

IV. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00;

V. Plano Interno: 4120; 4121.

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 95.594.776/0001-93
Avenida do Rosário, 228 Fone 45-3288.1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011 c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

17.1. Caberá ao gestor do contrato, a Sr.(a) Silvania Aparecida Costa e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, conforme atribuições definidas do Termo de Referência e no Decreto Municipal nº 282/2023.

17.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, a Sra. Raquel de Oliveira da Silva ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), conforme atribuições definidas do Termo de Referência e no Decreto Municipal nº 282/2023.

17.3. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Capitão Leônidas Marques para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santa Lúcia PR, 17 de Julho de 2025.

SILVANO TORTELLI
PREFEITO

NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
1-
2-

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
Compras e Contratos
Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - Origem
Item Minuta(202) - Minuta Ano: 2025 Item Minuta(202) - Minuta Numero: 83 Item Minuta(202) - Código Cliente: 2179 Ano Minuta: 2025 Número Minuta: 83 Entidade: 2179 Ano: 2025 Seq. Ata Registro de Preço: 50 Código Cliente: 2179 Sequência Ata: 50 Código Único: 308 Ata Única: 0
Somente Vencedores: 1

78

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 50/2025

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco , o(a) **MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Dom Feliciano, nº 476, CENTRO, nesta cidade de Santa Helena - SC, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.140/0001-75, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, nos termos do artigo 40 e 82 da Lei Federal nº. 14.333/2021 e alterações posteriores e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas e de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº. 32/2025, Processo Licitatório nº. 83/2025, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA MINISTRAR AULAS NAS OFICINAS DE ARTESANATO, PARA PÚBLICO ATENDIDO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA/SC conforme consta no Anexo I do Edital do certame, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa	CPF/CNPJ	Itens
AUGUSTO GOMES DE OLIVEIRA FILHO 04099534901	15.003.805/0001-66	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 14133/2021, bem como pelo Decreto Municipal nº:2.394/2023 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA MINISTRAR AULAS NAS OFICINAS DE ARTESANATO, PARA PÚBLICO ATENDIDO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA/SC Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.
1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: AUGUSTO GOMES DE OLIVEIRA FILHO 04099534901(15.003.805/0001-66)						
Itens	Especificações	Unid.	Marca	Quant.	Preço Unitário	Preço Total

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 50/2025

Fornecedor: AUGUSTO GOMES DE OLIVEIRA FILHO 04099534901(15.003.805/0001-66)						
1	INSTRUTOR PARA OFICINAS DE ARTESANATO. - INSTRUTOR PARA OFICINAS DE ARTESANATO – CONTEMPLANDO OFICINAS DE: (BISCUIT, ARTESANATOS COM TECIDOS, MDF, PINTURA EM TELA, TECIDO, VIDROS, GUIRLANDAS, ARTESANATO COM MADEIRA, ARTESANATO COM JEANS, ARTESANATO EM EVA, RECICLADOS, BORDADOS, PATCHWORK, COSTURA E OUTROS).	H	N/C	300	R$ 62,00	R$ 18.600,00
					Total do Fornecedor:	R$ 18.600,00
					Total Geral dos Itens:	R$ 18.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.
2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.
2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.
2.3. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A vigência desta Ata de Registro de Preços inicia em 29/10/2025, encerrando-se em 29/10/2026
3.2. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14133/2021, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho dedespesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:
5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Departamento de Compras, Licitações e Contratos denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.
5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais/serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais/serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 50/2025

fornecidos.
5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
5.1.4. Emitir a Ordem de compra; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais/serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou, na omissão dessa informação, no prazo definido para entrega produtos e/ou serviços, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
5.3.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
5.3.7. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.
5.3.8. Demais obrigações já previstas no Edital e no Anexo I, Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:
6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
6.1.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços; 6.1.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
6.1.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
6.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
6.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
6.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.
6.1.2. Pelo fornecedor quando:
6.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no
6.1.1, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.
6.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a

partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.
6.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
6.5. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, contendo o número do Processo Licitatório e do Pregão Eletrônico e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados obedecida à ordem de classificação.
7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos e/ou serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao setor requisitante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Compra.
7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais e/ou serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
7.5.1. O local de entrega dos materiais/serviços será estabelecido em cada Ordem de Compra, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.
7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
7.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais/serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.
7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
7.8.1. Serão recusados os materiais/serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
7.10. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.
7.11. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será conforme definido no Anexo I, Termo de Referência do Edital, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
7.12. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.
7.13. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO
8.1. O pagamento será efetuado no prazo do Anexo I, Termo de Referência do Edital, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, em moeda corrente nacional.
8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.
8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e- mail: administracao@santahelena.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.
8.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.
8.6. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES
9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.2. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no artigo 83 da Lei n. 14.133/2021 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
10.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade o e constarão na Ordem de Compra emitida pela Administração Municipal.
10.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 11.1 da presente ata as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
11.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 11.2. da presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.
11.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 11.2. da presente ata.
11.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 50/2025

pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.
11.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso e tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da em razão da Lei Federal nº 13709/18.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA
12.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência/Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO
13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Descanso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.
13.2. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Helena - SC,29 de Outubro de 2025.

CLOVIS LAZAROTTO:56347359987
Assinado de forma digital por CLOVIS LAZAROTTO:56347359987
Dados: 2025.10.29 17:17:36 -03'00'

CLOVIS LAZAROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AUGUSTO GOMES DE OLIVEIRA FILHO 04099534901

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 364/2025
PROCESSO Nº 2.807/2025 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2025 (90.086/2025)

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preço de oficinas de artesanato, atividades esportivas e recreativas, dança, música, instrumental, técnica vocal e coordenação, para atendimento aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 086/2025 (90.086/2025) e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos inicialmente previstos serão automaticamente renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta ata é na importância de **R$ 176.480,00** (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais).

3.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: LUCCA E LUCCA EDUCACAO E TREINAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 33.746.531/0001-87, com sede social na Rua Manoel Ignácio de Loyola, nº 1205, Bairro Centro, CEP 85.555-000, Palmas-PR, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. ALEXSANDRO LUCCA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 026.536.979-71, com residência e domicílio na Travessa Javali, nº 73, Bairro Bortot, CEP 85.504-100, Pato Branco-PR, endereço eletrônico: lcca.pr@gmail.com.

Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
2	**OFICINA DE ARTESANATO:** A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decopagem, trabalhos com miçanga, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, bonecos, bolsas, patchwork, pinturas em telas, noções básicas de costura, customização de roupas, bordado em geral, tricô, crochê, amigurumi, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros, construção de brinquedos clássicos (pipas, marionetes, fantoches, dedoches, abayomi, bonecas de pano, giramundo) noções de costura, confecção de bolsas de tecido entre outras atividades relacionada ao artesanato.	H	1.500,00	35,00	52.500,00
3	**OFICINA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS:** A oficina deve abranger a importância da saúde, bem como, o bem estar físico e mental do indivíduo e também de trabalhar o fortalecimento e estabilização dos músculos, aumentando a resistência, flexibilidade, ajudando na concentração e respiração, melhorando o desempenho corporal prevenindo lesões, jogos/brincadeiras coletivas, alongamentos, musicoterapia, bingos, jogos de tabuleiro (xadrez, trilha, uno, dominó, quebra-cabeça, etc.). Também deve abranger regras de esporte para trabalhar com idosos, mulheres, adolescentes e crianças, como o handebol, futsal, basquete, queimada, vôlei, entre outros esportes que despertem o interesse dos usuários. A oficina de atividade física deve contemplar também o contexto teórico e práticos com os ritmos de dança gaúcha, danças tradicionais, zumba, dança circular, dança de rua entre outros, trabalhando com a linguagem corporal utilizando diferentes atividades com o corpo.	H	2.000,00	34,99	69.980,00
5	**OFICINA DE MÚSICA, INSTRUMENTAL E TÉCNICA VOCAL:** As aulas devem abranger os seguintes instrumentos: violão, baixo/guitarra, pandeiro, teclado, carrón, flautas, etc. As aulas de técnica vocal deverão abranger: Técnicas de relaxamento; Controle respiratório; Entrada (ataque) do som; Emissão e ressonância; Técnica do apoio; Staccato / Legatto; Afinação; Sustentação da voz; Extensão vocal e classificação das vozes; Definição das vogais e consoantes; Finalização do som; Articulação, pronúncia e dicção; voz; Escalas, intervalos e saltos; Timbres Vocais; Volume e Dinâmica.	HR	1.500,00	36,00	54.000,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.

4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Assistência Social

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes das atas de registro de preços terão vigência de 12 (doze) mês, sem possibilidade de prorrogação.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da eventual contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.780, de 19 de dezembro de 2024), em alguma das seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	2570	09.001.04.122.0006.2039	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2600	09.002.08.122.0006.2040	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2630	09.002.08.122.0006.2066	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2750	09.003.08.122.0006.2041	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2810	09.003.08.122.0006.2045	934	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	2810	09.003.08.122.0006.2045	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2850	09.003.08.244.0006.2043	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2880	09.003.08.244.0006.2046	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2970	09.003.08.245.0006.2042	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	2980	09.003.08.245.0006.2042	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

2025	3040	09.003.08.245.0006.2044	934	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3070	09.003.08.245.0006.2065	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3130	09.004.08.243.0006.2047	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3300	09.005.08.241.0006.2050	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3305	09.005.08.241.0006.2050	881	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	3305	09.005.08.241.0006.2050	881	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3330	09.006.08.244.0006.2067	0	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2025	3330	09.006.08.244.0006.2067	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2025	3335	09.006.08.244.0006.2067	916	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

10.2. Se a despesa não ocorrer no exercício de 2025, haverá dotações equivalentes na LOA do exercício correspondente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.

12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho**, como Representante legal do órgão gerenciador e pelo representante legal do fornecedor, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

PROTOCOLO Nº 2887/2026
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

1) OBJETIVO: Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

2) MODALIDADE: Pregão eletrônico para Registro de Preços.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 20.196,00 (vinte mil cento e noventa e seis reais).

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2026

Secretaria	Dotação Orçamentária
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.003.08.245.0012.2044.3.3.90.39.00.00 Fonte 834 e Fonte 934

6) RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
( ) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
(X) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
22/04/26

Claudinei de Siqueira
Tesouraria
Matrícula 7441
22/04/26

7) RECURSOS FINANCEIROS:
( ) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade .
( ) Não há previsão recursos financeiros.
(X) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.
8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 146/2025
22/04/26

92

PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2026

PROCESSO N° 2887/2026

TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS / SRP

1.1. O Município de Piên, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o n.º 76.002.666/0001-40, sediada na Rua Amazonas, Piên, Paraná, CEP: 83.860-000, por intermédio do Setor de Licitação e Compras, torna público que realizar-se-á licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, através da plataforma eletrônica "www.bnc.org.br", objetivando o **Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên**, conforme itens descritos no ANEXO I Termo de Referência desse edital.

1.2. Rege a presente licitação, a Lei Federal n° 14.133/21, a Lei Complementar 123/2006 observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

1.3. REPARTIÇÃO INTERESSADA: Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil.

1.4. O PREGÃO será realizado conforme datas abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Até às 09:29 do dia 09 de junho de 2026.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:30 horas do dia 09 de junho de 2026.**

1.5. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: www.bnc.org.br "Acesso Identificado no *link* - licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

1.7. Para participação na licitação, os interessados deverão providenciar o seu cadastramento, sua certificação e seu credenciamento no portal de licitações, sistema portal de licitações Bolsa Nacional de Compras - BNC, de acordo com a Licença de Uso de Software celebrado com o Município de Piên.

1.8. A proponente licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no **item 1.4** deste Edital.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

1.9. O edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico https://www.pien.pr.gov.br/licitacoes e www.bnc.org.br.

1.10. O PREGÃO será conduzido pela pregoeira, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, designados pelo Decreto nº 322/2025.

2. OBJETO DO PREGÃO:

2.1. Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên, conforme itens descritos no ANEXO I Termo de Referência desse edital.

3. TIPO DO PREGÃO:

3.1. Este PREGÃO ELETRÔNICO é do tipo **MENOR PREÇO – POR ITEM.**

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas provenientes da presente contratação serão pagas através das dotações abaixo:

Secretaria	Dotação Orçamentária
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.003.08.245.0012.2044-33.90.39.00.00 – Fonte 834 e Fonte 934.

5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da ***INTERNET,*** mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (Licitações) da Bolsa Nacional de Compras.**

5.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de Piên, denominada pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BNC Compras" constante da página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras (www.bnc.org.br).

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

6.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa previsto no item **1.4.**

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Complementar 147/2014 (Vide Lei nº 14.133, de 2021), a presente licitação é destinada à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que sejam do ramo pertinente ao objeto desta licitação, e atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS.

7.2. Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no parágrafo 4º do referido art. 3º.

7.2.1. Conforme o inciso I do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **microempresa**, aquela que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

7.2.2. Conforme o inciso II do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **empresa de pequeno porte**, aquela que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.3. O Microempreendedor Individual (MEI) é equiparado à microempresa, possui natureza jurídica de empresário individual e é optante pelo Simples Nacional, considera-se MEI aquele que aufira receita bruta anual de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa Nacional de Compras.

7.4. Não será admitida a participação, direta ou indiretamente, na licitação:
a) de servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên ou de pessoas jurídicas cujos sócios sejam servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên;
b) de empresas estrangeiras que não funcionem no País;
c) de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
d) de empresas com participação societária entre si e empresas do mesmo grupo econômico de direito e/ou de fato, exceto para propostas para itens ou lotes distintos;
e) de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

(quando for o caso);

f) também estão abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e ainda, aqueles declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, a ser verificado no momento do credenciamento dos interessados;

g) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação; Art. 14 inciso IV da lei 14.133/2021.

7.5. Para fins de verificação de atendimento à alínea "f" do item 7.4, após o credenciamento dos interessados será realizada consulta:

a) Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ;

d) Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

e) Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal.

7.5.1. A verificação do item 7.5 alíneas "a" a "e" será realizada após o licitante ser declarado vencedor, momento que será possível a identificação do mesmo.

7.6. No caso de constar Certidão Positiva em relação aos débitos e se tratando o licitante de Micro ou Pequena Empresa, enquadradas no disposto no **item 7.2.** Sagrando-se vencedor do certame, está fará jus ao prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a Certidão Negativa de Débitos ou a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, em atendimento ao disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, podendo ser prorrogado por igual período mediante autorização do agente de contratação e equipe.

7.7. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.7.1. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

a) Instrumento particular de mandato outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.

c) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

7.7.2. As MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL deverão declarar no campo INFORMAÇÕES ADICIONAIS, na oportunidade de credenciamento, a sua condição de ME ou EPP, para que possam ter o direito de participar, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

8.1. O certame será conduzido pela pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) declarar o vencedor;

i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;

k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

8.2 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

8.2.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **7.7.1. "a"**, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

em qualquer empresa associada à **Bolsa Nacional de Compras**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

8.2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.2.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BNC - Bolsa Nacional de Compras.**

8.2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BNC - Bolsa Nacional de Compras** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.2.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.2.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o andamento do processo, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

8.3.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou licitante direto) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

8.3.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

8.3.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelo telefone: (42) 3026-4550, ou pelo e-mail contato@bnc.org.br

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até as **09:29 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.1.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3. O licitante deverá dar oferta de forma clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

9.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
Valor unitário;
Valor total;

10.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/serviços.

10.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.4. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

10.5. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional deverão apresentar a proposta de preços com a carga tributária completa.

10.6. A pregoeira verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, especialmente no tocante ao preço máximo fixado.

10.7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.9. A proposta deverá ser anexada na plataforma da BNC sempre antes da sessão, não podendo ser anexada após o certame.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A partir das **09:30 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.bnc.org.br, será aberta por comando da pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas passando a pregoeira a avaliar a devida aceitabilidade.

11.2. A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, de plano, aqueles que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os outros requisitos estabelecidos neste Edital.

11.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. Também será desclassificada a proposta que não conste a marca dos produtos, se este for o caso.

11.5. A comunicação entre a pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.6. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste edital, desde que não haja comunicação da pregoeira em contrário.

12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

12.1. A partir das **09:30 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, será aberta a sessão pública de disputa de preços na internet, no sítio eletrônico www.bnc.org.br, por comando da pregoeira.

12.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pela pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

12.3. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

12.5. O licitante somente poderá oferecer **lance inferior** ao último que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

12.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R$ 0,01 (um centavo).**

12.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

12.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

12.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.15. Se ocorrer a desconexão da pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.16. Caso a desconexão da pregoeira persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será **suspensa automaticamente** e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.bnc.org.br.

12.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.18. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempates previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

12.18.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 12.18, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

12.19. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.20.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

12.21. Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.22. Os fornecedores, a qualquer momento, depois de finalizado o processo, poderão registrar questionamentos aa pregoeira via Sistema, acessando a sequência "Relatório de Disputa" / "Chat de Mensagens" / "Enviar Mensagens", para cada lote disputado. Esta opção estará disponível até o momento da declaração de vencedor no Sistema.

12.23. A pregoeira/equipe de apoio responderá os questionamentos formulados pelos licitantes, via Sistema, ficando registradas no Relatório da Disputa as mensagens tanto dos licitantes quanto as respostas da pregoeira.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

13.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

13.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final **superior** ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.6. A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

13.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.

13.7.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9. Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

13.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

14.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a pregoeira efetuará consulta aos cadastros descritos nos **subitens 7.5.** a fim de comprovar a regularidade de situação do autor da proposta.

14.2. Constatada a existência de sanção, a pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3. Após as consultas delineadas no item 14.1, a pregoeira examinará os documentos de habilitação exigidos abaixo que devem ser anexados antes da sessão, com tudo se não forem a pregoeira pode convocar via chat concedendo um prazo, conforme determina o inciso II do artigo 63 da Lei 14.133.

a) **Em hipótese alguma será aceito documento emitido após o prazo concedido.**
b) **A proposta deve sempre ser anexada antes da sessão sob pena de desclassificação.**
c) **Os demais casos não previstos nesse edital serão resolvidos via sistema, no chat, pela pregoeira, sempre respeitando as leis vigentes.**

14.3.1 Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (Caso esse documento

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

já tenha sido entregue no credenciamento fica dispensada sua entrega novamente);

b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação), com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data de abertura da licitação;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.3.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais);

d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;

e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais de sua sede;

14.3.3 Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Recuperação judicial e Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a (90) noventa dias da abertura do certame.

14.3.4 Qualificação Técnica:

a) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por órgãos públicos ou privados, comprovando aptidão para características técnicas similares às do objeto, quantidades e prazos;

a.1) A interessada devera comprovar atuar na área específica para a qual pretende prestar serviço.

a.2) Comprovação de experiência com turmas/oficina para crianças e adolescentes na faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos.

a.3) O Atestado fornecido por órgão privado deve ser preferencialmente assinado de forma digital, caso seja assinado manualmente o pregoeiro poderá solicitar o reconhecimento de firma se achar necessária a comprovação da autenticidade do documento.

a.4) O(s) Atestado(s) poderão ter sua autenticidade comprovada.

14.3.5 Documentação Complementar

a) Declaração, nos moldes do **ANEXO III** deste edital, sob as penas da Lei, que:

1) não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

2) nenhum dos sócios da proponente é servidor ou dirigente de órgão do Município de Piên;

3) nenhum dos sócios da proponente mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4) não está suspensa temporariamente de participar em licitação ou impedida de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

5) não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;

6) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) Declaração que cumpre os requisitos de habilitação conforme modelo ANEXO VI

c) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (quando for o caso) conforme modelo do ANEXO VII acompanhada de comprovante.

14.4. A participação nas condições previstas no item **14.3**, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

14.4.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.4.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 14.4.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

14.5. Todas as certidões exigidas deverão ser expedidas pela sede do domicílio da licitante.

14.6. Havendo licitante que possua matriz e filiais, toda documentação deverá ser apresentada para empresa que estiver apresentando a proposta, ou seja, se a proposta for da matriz, toda documentação deverá referir-se à matriz e se for a filial, toda documentação deverá referir-se à filial.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

14.7. Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões ou de quaisquer outros documentos em substituição daqueles exigidos no presente Edital e seus Anexos.

14.8. A falta ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados acarretará a inabilitação do concorrente.

14.9. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

14.9.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

14.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

15.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

a) apresentar o número do processo licitatório – PREGÃO;

b) apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;

c) especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação;

d) apresentar o prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação, sendo que a omissão do prazo de validade na proposta de preços da licitante importará no cumprimento da validade mínima de 60 (sessenta) dias;

e) apresentar preço unitário final após o percentual de desconto, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo, **com duas casas decimais (Ex.: R$ 1,12)** e irreajustável apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária; em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;

f) incluir nos preços propostos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, frete e entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, encargos sociais e comerciais etc.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

g) No caso de Micro ou Pequena Empresa ou Microempreendedor Individual conter declaração expressa de que a proponente se enquadra no regime tributário de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), desde que atenda aos preceitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

h) Indicar e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado. (A ausência desta declaração não gera desclassificação da proposta).

15.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO – POR ITEM.**

15.3. Serão **desclassificadas** as propostas que:

a) Contenham **mais de três casas decimais;**

b) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente incompatíveis com o mercado, por decisão da pregoeira;

c) Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

d) Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado.

16. DA GARANTIA:

16.1. Não será exigido seguro garantia para o objeto desse edital.

17. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

17.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

17.1.1. A pretensão referida no **subitem 17.1** pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço eletrônico BNC. Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhado por meio do *e-mail* licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br ou através do telefone (41) 3632-1136, este último apenas informal.

17.1.2. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

18. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

18.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até **03 (Três) dias úteis anteriores** à data fixada para recebimento das propostas.

18.1.1. As medidas referidas no **subitem 18.1** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do Edital, devidamente protocolado no endereço eletrônico BNC. Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do *e-mail* licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br.

18.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do PREGÃO. Além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

18.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, conforme Art. 55 §1° da Lei 14.133/2021.

19. RECURSO ADMINISTRATIVO E REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

19.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

19.2. Havendo quem se manifeste, caberá a pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

19.2.1. Nesse momento a pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

19.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

19.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no site da prefeitura municipal.

19.5. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.5.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.5.2. Quando houver erro na aceitação melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.5.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.5.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. Todas as sanções aplicáveis que cingem este processo estão referidas na minuta da ata constantes no **ANEXO II** desse edital.

21. ADJUDICAÇÃO:

21.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da proponente, importará na decadência do direito de recurso, competindo a pregoeira adjudicar o objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

21.2. Existindo recurso e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do mesmo, a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à(s) proponente(s)

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

vencedora(s).

22. HOMOLOGAÇÃO:

22.1. Cabe à Autoridade Competente homologar o PREGÃO.

22.2. A partir do ato de homologação será(ão) convocada(s) a(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta.

23. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO:

23.1. O resultado final do PREGÃO será comunicado às proponentes e publicado no site www.diariomunicipal.com.br/amp também no site oficial do Município de Piên, endereço www.pien.pr.gov.br.

24. CONTRATAÇÃO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

24.1. A Ata Registro de Preços é documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados os preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento Adjudicatório e nas respectivas propostas apresentadas. (XLVI art 6º lei 14133/2021).

24.2 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

24.3. Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, e convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata Registro de Preços, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

24.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

24.5. Será facultado ao contratante, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

24.6. A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou os contratos ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.

24.7. Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do orçamento estimativo que fundamentou a presente contratação.

24.7.1. O reajuste somente poderá ser aplicado após o decurso do prazo mínimo de um ano, contado da data-base referida no caput, vedada qualquer atualização monetária ou reajuste antes desse período.

24.7.2. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, o reajuste será aplicado com base no índice INPC, observando-se os critérios, fórmulas e periodicidade ali estabelecidos.

24.7.3. Considera-se data-base do orçamento estimativo a data em que foi elaborado o documento que serviu de base para a formação do preço de referência pela Administração.

24.8. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada nos termos do disposto "d" do inciso II do caput do art 124 da Lei 14.133/2021.
II – Em caso de criação, alteração e extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
III- na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados;

24.9. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência do comprovado desiquilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

24.10. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art 124 da Lei 14.133/2021.

24.11. Mesmo comprovada à ocorrência prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei Federal

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

14.133/2021, caberá a Administração se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

24.12. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definida novo preço máximo, a beneficiária será convocada pela Administração para alteração por aditivo e equilíbrio econômico-financeiro. (art130 e 134 lei 14133)

24.13. A Ata Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contados a partir da publicação podendo ser renovada de acordo com a legislação vigente.

25. LOCAL E ENTREGA DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO:

25.1. Conforme consta no Termo de Referência ANEXO I deste edital.

26. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

26.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência ANEXO I deste edital.

27. PAGAMENTO:

27.1. O pagamento será feito por crédito em conta bancária da licitante vencedora ou via boleto bancário no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/fatura, estando condicionado à aceitação e atesto da Secretaria solicitante.

27.1.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

27.2. O Município de Piên reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para pagamento se os bens/serviços fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

27.3. A Nota Fiscal deverá ser apresentada sem rasuras, em letra bem legível, em nome do Município de Piên, CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, indicando o número de conta corrente para pagamento, o nome do Banco e a respectiva Agência, e, ainda, os materiais/serviços fornecidos.

27.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura junto as secretarias, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente INPC, entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e efetivo pagamento.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

27.5. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

27.6. Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

27.7. Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

28. DISPOSIÇÕES FINAIS:

28.1. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e ao art. 34, § 1º, III da Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), estabelecendo-se, para o presente certame a licitação exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

28.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis. Serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente, conforme disposto no Art. 183 da Lei 14.133/2021, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

28.2.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

28.2.2. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação da pregoeira em sentido contrário.

28.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

28.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

28.5. A proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

28.6. Em qualquer fase do PREGÃO, caberá ao representante da licitante comprovar a exequibilidade da proposta ou lance, durante a própria sessão, implicando em desclassificação da proposta quando, inquirido, não comprovar por qualquer meio de prova admitida em direito.

28.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

28.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

28.9. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada contrato ou outro instrumento hábil derivado do Contrato salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

28.10. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pela pregoeira, com base na legislação federal e municipal incidentes, e nos princípios gerais de direito.

28.11. Será competente o foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO.

29. RELAÇÃO DE ANEXOS

29.1. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta da Ata de Registro
ANEXO III	Modelo de Declarações
ANEXO IV	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO V	Declaração de Ciência Sobre Custos de Uso da Plataforma Eletrônica
ANEXO VI	Modelo de Declaração que cumpre os requisitos de habilitação
ANEXO VII	Modelo de Declaração de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Piên/PR, 20 de maio de 2026.

Katia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
Secretária Municipal de Assistência Social e Defesa Civil
Decreto Municipal nº 143/2025

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên. - As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada. - A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.	HORA AULA	300	R$ 67,32	R$ 20.196,00

2.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 20.196,00 (vinte mil, cento e noventa e seis reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

3.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

3.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

3.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

3.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3.3.3. Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do orçamento estimativo que fundamentou a presente contratação.

3.3.4. O reajuste somente poderá ser aplicado após o decurso do prazo mínimo de um ano, contado da data-base referida no caput, vedada qualquer atualização monetária ou reajuste antes desse período.

3.3.5. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, o reajuste será aplicado com base no índice INPC, observando-se os critérios, fórmulas e periodicidade ali estabelecidos.

3.3.6. Considera-se data-base do orçamento estimativo a data em que foi elaborado o documento que serviu de base para a formação do preço de referência pela Administração.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005) explicitam as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e de responsabilidade do Estado. Nesse contexto, a Secretaria de Assistência Social e Defesa civil realiza a gestão da Política de Assistência Social no Município de Piên, sendo responsável por prover serviços, programas, projetos e benefícios, através dos dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidades) para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem.

A Proteção Social Básica apresenta caráter preventivo, tendo como objetivo prevenir situações de riscos através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, assim como fragilizações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras. (PNAS, 2004, p.27). Os serviços da proteção social básica são ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), principal porta de entrada do SUAS. As famílias são acompanhadas nos CRAS através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) estabelece diversos grupos que devem ser priorizados nos SCFV, como indivíduos pertencentes à famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, pessoas com deficiência, indivíduos atendidos pelos programas socioassistenciais do municípios. Bem como estabelece a organização dos grupos de atendimento conforme faixas etárias, estabelecendo objetivos e temas a serem trabalhados em cada ciclo da vida. Para atender as especificações dos serviços a serem desenvolvidos no contexto da proteção social básica, objetivamos através desta contratação oferecer as crianças e adolescentes oficinas socioeducativas.

As oficinas constituem-se em importante instrumento para o desenvolvimento dos objetivos propostos em cada programa e serviço. Com atividades culturais e pedagógicas, as oficinas caracterizam-se como espaços coletivos nos quais, de forma lúdica, os participantes podem refletir, compartilhar experiências e saberes, constituindo-se como contextos para novas vivências e para contato com as mais diversas formas de expressão. O objetivo das oficinas é promover processos que oportunizem, estimulem e incrementem a participação social. Dessa forma, representam um meio para ampliar o universo pessoal e cultural, desenvolver a sociabilidade, a expressão artística, fazeres, valores e habilidades exigidos na vida cotidiana.

Assim sendo, objetivamos, através da contratação de empresa especializada, oferecer a Oficina para o SCFV, pois as intervenções realizadas pela Proteção Social Básica devem ser pautadas em experiências lúdicas e culturais, bem como, em ações em diferentes áreas, para ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências aos usuários dos serviços socioassistenciais, restando evidente que a realização desta ação corrobora com o interesse público e é de importante relevância às ações voltadas à Política da Assistência Social.

6. FONTE ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.

6.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Secretaria	Dotação Orçamentária
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.003.08.245.0012.2044-33.90.39.00.00 – Fonte 834 e Fonte 934.

6.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação dos interessados em participar da presente licitação ocorrerá nos exatos termos do seu edital.

7.2. A interessada devera comprovar atuar na área específica para a qual pretende prestar serviço;

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

7.2.1. Comprovação de experiência com turmas/oficina para crianças e adolescentes na faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos.

8. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. LOCAL: Rua Campo Grande, nº 36 – Avencal – Piên/PR (Prédio do CRAS de Piên, ao lado do Ginásio de Esportes Cláudio de Oliveira Mendes).

8.2. PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, com início após a assinatura do contrato, conforme cronograma a ser estabelecido pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. As oficinas serão ministradas na sede do CRAS;

9.2. Os serviços serão prestados conforme cronograma, e de acordo com as instruções, e outras determinações emanadas pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS de Piên;

9.2.1. O cronograma das oficinas será definido assim que o contrato/ata for assinado e poderá sofrer alterações em decorrência das demandas do CRAS.

9.2.2. As datas e horários em que a oficina acontecerá vai ser determinado pelo CRAS em acordo com a contratada, priorizando as necessidades dos usuários do SCFV;

9.3. Os serviços serão contratados de acordo com cada demanda específica e necessidade do CRAS de Piên, pelo tempo que durar os respectivos prazos definidos no contrato, caso em que serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas, não sendo computados os dias de recesso, ponto facultativo e férias.

9.4. Carga horaria semanal de cada oficina será de (duas) horas, para cada turma, sendo previstas no mínimo 2 (duas) turmas por semana, com carga horário de duas horas cada.

9.4.2.1 Cada turma da oficina poderá ter no máximo 20 (vinte) alunos.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato/ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização,

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.6.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

10.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

10.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada obriga-se a:

11.1.1. Executar o objeto para o qual for contratado de acordo com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital e no contrato a ser firmado com o Município;

11.1.2. Comparecer com pontualidade de horários para ministrar a oficina, de modo que atrasos injustificados ou cumprimento da carga horária em quantidade inferior à contratada serão descontados do valor mensal a ser pago ao Contratado;

11.1.3. Comparecer às reuniões junto ao CRAS de Piên e à Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil quando solicitado;

11.1.4. Prever e solicitar ao CRAS de Piên, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, materiais necessários ao desenvolvimento da oficina;

11.1.5. Ter disponibilidade para acompanhar e orientar os alunos em dias/horários extras, a serem previamente combinados com a equipe do CRAS de Piên, assim como ter disponibilidade para participar de apresentações ou eventos referentes a oficina ao qual foi contratado quando necessário, sem custos extras para o Município;

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

11.1.6. Seguir as orientações do CRAS de Piên quanto aos temas, músicas e demais especificações da oficina a serem ensinadas aos alunos, não podendo o contratado decidir por uma sem a expressa autorização do CRAS de Piên.

11.1.7. Manter lista de presença atualizada de todos os alunos da oficina, comunicando a desistência ou faltas consecutivas a coordenação do CRAS de Piên;

11.1.8. A Entregar um relatório mensal das atividades desenvolvidas, bem como com as listas de presenças de todos os encontros realizados, sendo este um dos critérios para ser o serviço considerado como plenamente executado e o pagamento pelos serviços ser efetuado.

11.1.8.1. Caso o relatório mensal das atividades não for entregue nas datas estipuladas pela coordenação do CRAS de Piên, as notas fiscais referentes aos serviços naquele período não serão enviadas para pagamento.

11.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;

11.1.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11.1.12. Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.

11.1.12.1 No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A Contratante obriga-se a:

12.1.1. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para que o Contratado possa desempenhar bem suas funções;

12.1.2. Disponibilizar local, com data e horário definidos, para realização das oficinas;

12.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando minuciosamente a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da Proposta apresentada pelo contratado, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

12.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta apresentada pelo contratado;

12.1.5. Notificar, por escrito, a empresa contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços prestados ou outras irregularidades constatadas durante a execução do Contrato;

12.1.6. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições e preços pactuados no Contrato.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

13. LEGISLAÇÃO APLICADA

13.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/2021.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O prazo de validade é de 12 (doze) meses contando de sua publicação podendo ser prorrogado de acordo com a legislação vigente.

15. FONTES DE PESQUISA

15.1.

JH CURSOS E TREINAME. CNPJ: 11.392.410/0001-41

INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS EIRELI EPP. CNPJ: 05.501.153/0001-36

OBH PEREIRA E CIA LTDA. CNPJ:32.953.837/00012-41

ARTE MÃE E FILHA. CNPJ:43.191.416/0001-47

CONTRATO Nº 83/2025 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA – PR

CONTRATO Nº 148/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ – SC

CONTRATO Nº 227/2025 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR

ARP Nº 364/2025 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDÓI – PR

ARP Nº 50/2025 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - SC

Elaborado em 02 de abril de 2025.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

124

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO XX/2026

PROTOCOLO 2887/2026

No .... do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e seis, autorizado pelo **PREGÃO ELETRÔNICO XX/2026,** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Piên, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.002.6660001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Maicon Grosskopf,** portador da Carteira de Identidade RG nº 10.094.176-7- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.278.589-17, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque - OAB/PR 132.993 e em conjunto com a Secretária Municipal Finanças Sra. ----------, inscrita no CPF sob nº _____ e o DETENTOR DA ATA **.....,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº ....., com endereço na ....., ..., CEP ....., fone: .. .., e-mail .....; neste ato representado por ....., inscrito(a) no CPF sob nº .....

1. OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:

1.1. Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

1.2. Os itens adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme Tabela em anexo de Itens e valores extraídos a partir do sistema Equiplano.

1.3. O valor total estimado da ata é de R$ ----------

1.4. Integra e completa à presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026** e seus anexos, bem como o Termo de Referência, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a esta ata de registro, definir sua

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado.

2. DA ENTREGA E CONDIÇOES DE RECEBIMENTO:

2.1. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pela qual ocorrerá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive, na forma descrita no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026.**

2.2. LOCAL: Rua Campo Grande, nº 36 – Avencal – Piên/PR (Prédio do CRAS de Piên, ao lado do Ginásio de Esportes Cláudio de Oliveira Mendes)

2.3. PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, com início após a assinatura do contrato, conforme cronograma a ser estabelecido pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS.

2.4. As oficinas serão ministradas na sede do CRAS;

2.5. Os serviços serão prestados conforme cronograma, e de acordo com as instruções, e outras determinações emanadas pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS de Piên;

2.5.1. O cronograma das oficinas será definido assim que o contrato/ata for assinado e poderá sofrer alterações em decorrência das demandas do CRAS

2.5.2. As datas e horários em que a oficina acontecerá vai ser determinado pelo CRAS em acordo com a contratada, priorizando as necessidades dos usuários do SCFV;

2.6. Os serviços serão contratados de acordo com cada demanda específica e necessidade do CRAS de Piên, pelo tempo que durar os respectivos prazos definidos no contrato, caso em que serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas, não sendo computados os dias de recesso, ponto facultativo e férias.

2.7. Carga horaria semanal de cada oficina será de (duas) horas, para cada turma, sendo previstas no mínimo 2 (duas) turmas por semana, com carga horário de duas horas cada.

2.7.1 Cada turma da oficina poderá ter no máximo 20 (vinte) alunos.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

3. DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A Contratada obriga-se a:

a) Executar o objeto para o qual for contratado de acordo com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital e no contrato a ser firmado com o Município;

b) Comparecer com pontualidade de horários para ministrar a oficina, de modo que atrasos injustificados ou cumprimento da carga horária em quantidade inferior à contratada serão descontados do valor mensal a ser pago ao Contratado;

c) Comparecer às reuniões junto ao CRAS de Piên e à Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil quando solicitado;

d) Prever e solicitar ao CRAS de Piên, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, materiais necessários ao desenvolvimento da oficina;

e) Ter disponibilidade para acompanhar e orientar os alunos em dias/horários extras, a serem previamente combinados com a equipe do CRAS de Piên, assim como ter disponibilidade para participar de apresentações ou eventos referentes a oficina ao qual foi contratado quando necessário, sem custos extras para o Município;

f) Seguir as orientações do CRAS de Piên quanto aos temas, músicas e demais especificações da oficina a serem ensinadas aos alunos, não podendo o contratado decidir por uma sem a expressa autorização do CRAS de Piên.

g) Manter lista de presença atualizada de todos os alunos da oficina, comunicando a desistência ou faltas consecutivas a coordenação do CRAS de Piên;

h) A Entregar um relatório mensal das atividades desenvolvidas, bem como com as listas de presenças de todos os encontros realizados, sendo este um dos critérios para ser o serviço considerado como plenamente executado e o pagamento pelos serviços ser efetuado.

i) Caso o relatório mensal das atividades não for entregue nas datas estipuladas pela coordenação do CRAS de Piên, as notas fiscais referentes aos serviços naquele período não serão enviadas para pagamento.

j) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

k) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;

l) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

m) Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

n) No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.

3.2. A Contratante obriga-se a:

a) Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para que o Contratado possa desempenhar bem suas funções;

b) Disponibilizar local, com data e horário definidos, para realização das oficinas;

c) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando minuciosamente a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da Proposta apresentada pelo contratado, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta apresentada pelo contratado;

e) Notificar, por escrito, a empresa contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços prestados ou outras irregularidades constatadas durante a execução do Contrato;

f) Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;

g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

h) Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços.

4. DA FISCALIZAÇÃO:

4.1. São designados como fiscais da Ata de Registro de Preços conforme Portaria 124/2026.

4.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escritosempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

devam ser cumpridas de imediato.

4.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato,ou pelos respectivos substitutos.

4.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

4.9. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dosfuncionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.11. O fiscal do contrato ou ata de registro verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

4.14. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

4.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

4.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5. DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

5.1. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

5.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

5.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

5.6. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

5.7. Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

5.8. Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

6. DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

6.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato, podendo ser prorrogado pelo mesmo período desde que comprovado a vantajosidade, conforme Lei 14.133/21.

6.2 Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do orçamento estimativo que fundamentou a presente contratação.

6.2.1 O reajuste somente poderá ser aplicado após o decurso do prazo mínimo de um ano, contado da data-base referida, vedada qualquer atualização monetária ou reajuste antes desse período.

6.2.2. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, o reajuste será aplicado com base no índice INPC, observando-se os critérios, fórmulas e periodicidade ali estabelecidos.

6.2.3. Considera-se data-base do orçamento estimativo a data em que foi elaborado o documento que serviu de base para a formação do preço de referência pela Administração.

6.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada nos termos do disposto "d" do inciso II do caput do art 124 da Lei 14.133/2021.

II – Em caso de criação, alteração e extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III- na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados;

6.4. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência do comprovado desiquilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

6.5. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art 124 da Lei 14.133/2021.

6.6. Mesmo comprovada à ocorrência prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, caberá a Administração se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

6.7. Comprovado a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definido novo preço máximo, a beneficiária será convocada pela Administração para alteração por aditivo e equilíbrio econômico-financeiro. (art 130 e 134 lei 14133)

6.8. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE PIÊN – PR não será obrigado a firmar as aquisições/contratações que dela poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento dos itens/execução dos serviços em igualdade de condições, ou cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O reequilíbrio será realizado por apostilamento.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta dos códigos a seguir discriminados:

Secretaria	Dotação Orçamentária
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.003.08.245.0012.2044.3.3.90.39.00.00 Fonte 834 e Fonte 934

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) deixar de entregar a documentação exigido originalmente no certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" do item 8.1 dessa ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 8.1 dessa ata, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4. Multa:

I – **Moratória**:

a) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite de 10 (dez) dias;

b) Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite máximo de 20 (vinte) dias, e pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, e pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.

d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória**:

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

a) Para a infração descrita na alínea "a" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.
b) Para a infração descrita na alínea "b" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.
c) Para a infração descrita na alínea "c" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.
d) Para a infração descrita na alínea "d" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.
e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços.
f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da Ata de Registro de Preços.

8.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

8.8.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida.

II – as peculiaridades do caso concreto.

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV – os danos que dela provierem para o contratante.

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que comprovadas e justificadas, nas hipóteses previstas nos art 28 e 29 do decreto federal 11.462/23.

9.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, será formalizado pela autoridade competente, mediante registro em termo de cancelamento/revogação.

9.3. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

9.4. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.5. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.6. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026**.

11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026**, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

13. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado bem como também cumprir todas as obrigações do termo de referência do **Pregão Eletrônico xx/2026**.

Piên/PR, xx de xxxxxxxxx de 2026.

Maicon Grosskopf
Prefeito
Órgão Gerenciador

xxxxxxxxxx
Detentor da Ata de Registro de Preços

Wagner Albuquerque
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 132.993

xxxxxx
Secretário de xxxxx
Decreto nº xxxx

Testemunhas:

1. Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Assinatura: _____
2. Nome: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Assinatura: _____

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

138

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº xxx/2026.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) nenhum de nossos sócios mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
d) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
e) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
f) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2026.

_____

(Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente).
(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

139

ANEXO IV
PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

Ao Município de Piên
Sr. Pregoeiro,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2026.

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é .....

Item	Unid	Qtde	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total

O prazo de validade da proposta de preços é de ***(inserir o prazo de validade)*** (***(inserir o prazo de validade por extenso)***) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº. 123/2006. **[somente na hipótese de o licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP.)]**

Local, __ de ___ de 2026.

(nome legível, RG nº e assinatura do responsável legal)

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE CUSTOS DE USO DA PLATAFORMA ELETRÔNICA
Pregão xx/2026
Órgão/Entidade:
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:
CNPJ:
ENDEREÇO:
E-MAIL:
TELEFONE:

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do licitante identificado acima, **declaro**, para os fins de direito e sob as penas da lei, que a empresa:

1. **Tem plena ciência** de que **quaisquer custos, tarifas, mensalidades, taxas de intermediação, adesão, manutenção, credenciamento, habilitação de certificado digital, suporte técnico, ou quaisquer outras despesas** decorrentes do **uso da plataforma eletrônica** indicada no Edital (incluídos, se houver, serviços de terceiros necessários ao acesso/participação) **são de exclusiva responsabilidade do licitante/contratado, não** se constituindo **encargo da Administração Pública** e **não** compondo o **preço da proposta.**
2. **Reconhece** que tais despesas **não geram direito a reembolso, repasse ou ressarcimento** por parte da Administração, **em nenhuma fase** (sessão pública, adjudicação, homologação, contratação, execução contratual ou pagamento).
3. **Compromete-se** a manter, às suas expensas, as **condições técnicas e operacionais** necessárias ao uso da plataforma (acesso à internet, computador, navegador compatível, certificado digital, cadastro/credenciamento atualizado, bem como o adimplemento de eventuais taxas devidas à operadora da plataforma), responsabilizando-se por **qualquer indisponibilidade** que decorra de sua esfera de atuação.
4. **Declara** que a empresa **leu e concorda** com os **Termos de Uso** e **Políticas** da plataforma, quando aplicáveis, e que o **descumprimento** de obrigações assumidas junto à operadora da plataforma **não acarretará ônus** à Administração.
5. **Ratifica** que esta declaração **integra** a proposta apresentada e que a **sua falsidade** ou o **descumprimento** do aqui declarado sujeitam o licitante às **sanções administrativas** cabíveis previstas no edital e na legislação aplicável (inclusive a Lei nº 14.133/2021), **sem prejuízo** das demais responsabilidades civis e penais.

Local e data: , ___ de _____ de _____

[Nome do representante] – [Cargo]
[CPF]
Pela empresa [Razão Social] – CNPJ []

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2026

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que a empresa .....(indicação da razão social)..... cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 0XX/2026, cujo objeto é ... .

.....

(Local e data)

.....

Nome e Assinatura do Representante Legal

(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Aa pregoeira Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

D E C L A R A Ç Ã O

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º....., inscrito no CPF/MF sob o nº....., DECLARA, para fins do disposto no Edital de ..... **nº** ...../....., sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

3. **( ) MICROEMPREENDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(Local e data)

.....

(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karim Fernanda Pacheco
Código Identificador:3B13C5E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 290, DE 06 DE AGOSTO DE 2025.

DECRETO Nº 290, DE 06 DE AGOSTO DE 2025.

NOMEIA AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS DERIVADAS DA

LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia-se o servidor Marcos Aurelio Melenek com matrícula de nº 4766178 para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO do Município de Piên/PR, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, a agente responsável pela condução do certame é designada pregoeiro.

Art. 2º Nomeia-se os servidores abaixo para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021:

Bernadete Maguerovski dos Santos, com matrícula de nº 105401;
Igor Elias Telma, com matrícula de nº 4766020
Solange de Fatima Senn, com matrícula de nº 4765826

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão a Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro, o disposto no Decreto Municipal nº 309/2023, para a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º O agente deste decreto passa a responder por todos os processos licitatórios em andamento, mesmo que iniciados antes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto 047 de 04 de fevereiro de 2025 e demais disposições e contrário.

Piên/PR, 06 de agosto de 2025. 143

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:095987BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 291, DE 06 DE AGOSTO DE 2025

DECRETO Nº 291, DE 06 DE AGOSTO DE 2025.

EXONERA EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI DE ocupaNTE Do cargo de provimento em comissão DIRETOR DE AREA

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 1.151/2013, de 30 de janeiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o senhor **EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI,** portador da cédula de identidade civil RG/CPF nº 009.***.***-**, matrícula 4766168, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor de Área.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 06 de agosto de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretário De Administração E Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:5CA9DFA1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 292/2025

DECRETO N.º 292 DE 06 DE AGOSTO DE 2025

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2025 no total de R$ 42.561,20.

O Prefeito Municipal de Piên , Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1558 de 02 de dezembro de 2024 e 1559 de 16 de dezembro de 2024 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2025, na importância de R$ 42.561,20, mediante as seguintes providências:

- **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Piên/PR, 04 de setembro de 2025.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:2451492B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 321/2025

DECRETO N.º 321 DE 04 DE SETEMBRO DE 2025

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2025 no total de R$ 86.200,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1558 de 02 de dezembro de 2024 e 1559 de 16 de dezembro de 2024 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2025, na importância de R$ 86.200,00, mediante as seguintes providências:

Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
4.121.4.27	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO OBRAS E URBANISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1000	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	7.900,00
	SUBTOTAL	7.900,00
05	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
05.001	VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
15.452.5.210	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1310	01065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás	11.900,00
	SUBTOTAL	11.900,00
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
15.451.6.18	PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE INFRAESTRUTURA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1080	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	66.400,00
	SUBTOTAL	66.400,00
	TOTAL	86.200,00

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....86.200,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
4.121.4.27	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO OBRAS E URBANISMO	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
980	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	7.900,00
	SUBTOTAL	7.900,00
05	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
05.001	VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
15.452.5.210	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1280	01065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás	11.900,00
	SUBTOTAL	11.900,00
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
15.451.6.29	INFRA ESTRUTURA URBANA E RURAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1140	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	66.400,00
	SUBTOTAL	66.400,00
	TOTAL	86.200,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....86.200,00

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1446/2021 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1558/2024 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 04 de setembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:9204D396

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 322, DE 04 DE SETEMBRO DE 2025.

DECRETO Nº 322, DE 04 DE SETEMBRO DE 2025.

ALTERA DECRETO Nº 290, DE 06 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX, da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 290, de 06 de agosto de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021, fica nomeado:
I - Marcos Aurelio Melenek, matrícula nº 4766178, para exercer a função de Agente de Contratação;
II - Thais Becker de Souza, matrícula nº 4766333 , para exercer a função de Pregoeiro.

§ 1º Na ausência ou impedimento do Agente de Contratação, as funções serão exercidas pelo Pregoeiro.

§ 2º Na ausência ou impedimento do Pregoeiro, as funções serão exercidas pelo Agente de Contratação.

§ 3º Somente em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame é designado pregoeiro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 04 de setembro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:A0F51DE1

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 2887/2026
Assunto: "registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social – CRAS, do munícipio de Piên".
Requerente: Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil

Parecer Jurídico

I. Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria requerente para análise do Processo Licitatório na modalidade de **Pregão na forma eletrônica**, cuja ordem sequencial será providenciada pelo setor de licitações após a emissão do presente parecer, **tipo menor preço por item**, que tem por objeto "registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social – CRAS, do munícipio de Piên".

O processo veio acompanhado do requerimento da secretaria municipal justificando a necessidade da contratação, do estudo técnico preliminar, do termo de referência, cotações, pesquisa de mercado, mapa comparativo de preços, minuta do edital e anexos, informações orçamentárias e financeiras.

II. Passamos a análise jurídica.

As aquisições e contratações da Administração Pública somente podem ocorrer de acordo com os princípios e regras basilares dispostos no art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Na mesma toada, deve respeitar a Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre Licitação e Contratos Administrativos, prevendo em seu art. 28 as modalidades de licitação originalmente existentes, dando a cada uma delas particularidades bem definidas.

Sendo que uma das modalidades prevista é o pregão, o qual é cabível quando o objeto do contrato for aquisição de bens ou serviços classificados como "comuns".

E, no caso vertente, pressupõe-se correta a manifestação sobre a natureza comum dos produtos a serem adquiridos, o que viabiliza a adoção do pregão como modalidade licitatória.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

O tipo menor preço por item, também se mostra adequado ao objeto da contratação, em razão da natureza dos itens e suas especificidades, possibilitando mais vantagens e benefícios para a Municipalidade.

Ainda, importante destacar que o artigo 78, IV da Lei 14.133/2021 traz como procedimento auxiliar das licitações e contratações públicas o sistema de registro de preços. Sendo que a adoção do sistema de registro de preços se mostra adequada no presente caso, uma vez que, permite a Administração realizar compras futuras e fracionadas, conforme as requisições de demandas das secretarias municipais.

Nesse sentido, Edgar Guimarães e Joel de Menezes Niebuhr (2008, p,25), assinalam as vantagens do sistema de registro de preços, senão vejamos:

> A principal vantagem do registro de preços ocorre em relação aos objetos cujos quantitativos sejam de difícil previsibilidade, como ocorre com pneus, peças, combustíveis, material de expediente, medicamentos, insumos de informática, gêneros alimentícios etc.

Ainda, oportuno destacar que a presente licitação se destina exclusivamente para Micro e Pequenas empresas, nos moldes do disposto na Lei nº 123/06, (modificada pela LC 147/14) no inciso I do art. 48 que a Administração Pública "deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil Reais)".

Portanto, vemos que a limitação do certame a micro e pequenas empresas e empresários individuais em contratações em que os itens não atinjam o valor máximo de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) não se trata de mera faculdade mas, de obrigação imposta a Administração de forma imperativa pela Lei sendo que, esta ao pretender contratar deve conceder tratamento diferenciado a tais empresas, tendo o legislador optado por esta normativa claramente para fomentar o desenvolvimento de pequenos negócios, que não teriam chance de ser contratados na ampla concorrência por questões mercadológicas.

O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência consistem em um dos atos essenciais do procedimento licitatório e devem conter todos os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos e o cronograma físico-financeiro da execução. Em atendimento à exigência legal, foi juntado nos autos o documento intitulado Estudo Técnico Preliminar e o documento intitulado Termo de Referência, devidamente aprovado e assinado pela autoridade competente, os quais vislumbramos estarem satisfatórios.

Ademais, vislumbramos, que o edital para o registro de preços atende os requisitos previstos no artigo 82 da Lei 14.133/2021.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Para além disso, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, neste sentido, foi anexado ao processo o documento intitulado informações orçamentárias e financeiras, onde o setor de contabilidade e a Secretaria de Administração e Finanças informaram que: "quando se tratar se registro de preços o saldo orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/empenho".

Igualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, direciona o gestor público a obrigatoriedade de observar a lei orçamentária nos procedimentos licitatórios para que as contratações a serem realizadas estejam incluídas no Plano Plurianual e Lei Orçamentária, vejamos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Neste sentido, ressalta-se, estar presente a autorização expressa do responsável pela Secretaria de Administração e Finanças, para o início dos trabalhos licitatórios, atestando a existência de recursos e a regularidade orçamentária para contratação.

Ainda, analisando os autos, verifica-se que a Minuta do Edital segue todas as cautelas recomendadas pela Lei nº. 14.133/2021, que em seu art. 25 elenca os pressupostos que deverão constar do Edital de Licitação, possuindo indicação de número de ordem em série anual, órgão da Administração Pública interessado, modalidade de licitação e regime de execução.

Percebe-se, ainda, que há o indicativo expresso da regência do certame, nos termos da Lei de Licitações, com a designação do local, dia e hora para o recebimento das propostas, entre outros requisitos previstos na legislação vigente, cumprindo destacar que, após a emissão do presente parecer, deverá o pregoeiro observar os prazos mínimos previstos entre a disponibilização do edital e a abertura do certame, nos moldes do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

Por fim, a minuta do contrato está em consonância com a legislação que orienta a matéria, trazendo em seu bojo as cláusulas exigidas pela legislação, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, justifica-se a utilização do Pregão na forma eletrônica do tipo menor preço por item, para o referido procedimento licitatório, considerando a natureza do objeto a ser contratado, a estimativa da despesa e a fonte dos recursos que arcarão com a contratação.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

III. Conclusão

Pelo exposto, e pelos fundamentos apresentados, temos que o Procedimento Licitatório, cujo objeto é o "registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social – CRAS, do munícipio de Piên", atende aos princípios norteadores do processo de licitação e se encontra devidamente respaldado na Lei nº 14.133/2021, sendo adequada a modalidade e o tipo adotado, bem como, aprovado o edital de convocação.

Recomendo a área de contratos da secretaria de administração, para que se atente à vinculação da redação do contrato para com as especificações do edital de convocação, em estrito cumprimento ao que prescreve os artigos 5º; 11; e 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Anoto que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no Edital, bem como, as justificativas da secretaria requerente com seus anexos e que, não se incluem no âmbito de análise desta Procuradoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária.

O presente parecer possui caráter meramente opinativo, destinado a dar subsídios a decisão da autoridade a que se destina e cinge-se, exclusivamente, de estudo dos contornos jurídicos, da legislação e jurisprudência em torno do assunto em comento.

É o parecer. S.M.J.

Piên, 23 de abril de 2026.

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

Edital nº 33/2026

Última atualização 23/04/2026

Local: Piên/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE PIEN

Unidade compradora: 208 - SECRETARIA DE ACAO SOCIAL E DEFESA CIVIL

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Sim **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 23/04/2026. **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 27/04/2026 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 76002666000140-1-000124/2026 **Fonte:** Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Objeto:

Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 20.196,00	R$ 0,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Prestação de serviços, com profissionais para ministrar aulas de artesanato. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên. - As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada. - A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.	300	R$ 67,32

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido

RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença em razão de doença em pessoa da família, no período de 13 de abril a 19 de abril de 2026, à servidora pública **Rosilene Bineck** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 8.***.***.*/PR e matrícula funcional 476601, ocupante do cargo público de **Atendente de Creche.**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 22 de abril de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:ECF3908B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de ar-condicionado, bombas de drenagem e serviços de instalação conforme necessidades das Secretarias Municipais. **Entrega das propostas**: a partir 24/04/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 14/05/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 23 de abril de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:774278A2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên. **Entrega das propostas**: a partir 27/04/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 18/05/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 23 de abril de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:A5E32740

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Piên/PR, 22 de abril de 2026. 150

REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Eu, **BEATRIZ RAMOS DE GODOY** convocado (a) pelo Edital nº 013/2026, residente e domiciliado na Rua Rio Iriri, Bairro Alto, Curitiba/PR, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF 120.***.***-04 venho mui respeitosamente requerer final de lista da vaga de **MÉDICO TEMPORÁRIO** conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2025.

BEATRIZ RAMOS DE GODOY

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:7C83DC54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 018/2026

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2811/2026
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE 063/2026

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA NÃO TENHA MEDO DE RECOMEÇAR

CNPJ: 53.764.736/0001-00

OBJETO: Repasse de recursos a Associação Não Tenha Medo de Recomeçar, conforme emendas impositivas anexada ao Projeto de Lei nº 051/2025, das vereadas Seandra Cordeiro de Oliveira e Simone Aparecida Vieira Portela Rauen, para Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

VALOR TOTAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Fiscal Administrativo: Luciana Lubke - Matrícula 10861, e suplente Alaor Bittencourt – Matrícula 4765676.

Prazo de Vigência: Se inicia a partir de sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2026.

Data de assinatura: 17 de abril de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:0E86634F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 019/2026

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 019/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2807/2026
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE 064/2026

INSTITUIÇÃO: MOVIMENTO INDEPENDENTE DOS ANIMAIS - MIA

CNPJ: 43.406.722/0001-53

OBJETO: Repasse de recursos financeiros para Atendimento e assistência a animais de rua, cães e gatos abandonados e resgatados no perímetro do município de Piên, para posterior encaminhamento a adoção, vinculada ao Movimento Independente pelos Animais - MIA, em atendimento as emendas impositivas anexadas ao projeto de Lei nº051/2025 das Vereadoras Seandra Cordeiro de Oliveira e Simone Aparecida Vieira Portela Rauen.

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 0000033/2026
Nº PROC. ADM. 00000000000119

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN, de acordo com a regulamentação 14.133/2021 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por THAIS BECKER DE SOUZA e tendo como autoridade MAICON GROSSKOPF.

PUBLICAÇÃO: 20/05/2026 10:42
INÍCIO REC. PROPOSTA: 22/05/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 09/06/2026 09:29
INÍCIO DISPUTA: 09/06/2026 09:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: SIM

OBJETO DO PROCESSO

Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên

Para demais informações contato via e-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br, telefone: 4136321136 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5Du8yvBvo8n3ta_tH5Zmb67H7UsbRawvJaD9emqLxFoB16ubHDAU6avEJG0qLnJTZpMrvHyGzLozeayX_1zn1C_Js73_5OKrbMx0dqhzKp1yo%3D

THAIS BECKER DE SOUZA
PIÊN-PR - 20/05/2026

Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica.
Controlador: Pessoa natural física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
Dado Anonimizado: Dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento.
Dado Pessoal: Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal relacionado à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical, saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico, entre outros previstos em legislação.
Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais: Pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o Município, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.
Incidente de Segurança: Evento adverso confirmado ou sob suspeita relacionado à violação de dados pessoais, como acesso não autorizado, vazamento, perda, alteração ou destruição indevida de informações.
Operador: Pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
Órgão de Pesquisa: Órgão ou entidade pública ou privada sem fins lucrativos que realize atividades de pesquisa científica, histórica, tecnológica ou estatística, nos termos da LGPD.
Política de Proteção de Dados Pessoais: Conjunto de diretrizes, princípios, responsabilidades e procedimentos adotados para garantir a proteção de dados pessoais e a conformidade com a LGPD.
Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais: Documento elaborado pelo controlador contendo a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que possam gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais dos titulares, bem como medidas mitigadoras adotadas.
Titular dos Dados: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais objeto de tratamento.
Tratamento de Dados Pessoais: Toda operação realizada com dados pessoais, incluindo coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, processamento, armazenamento, eliminação, compartilhamento, entre outras atividades previstas na LGPD.
Uso Compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência ou compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos ou entre órgãos públicos e entidades privadas, observadas as hipóteses legais.

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:4F5F09AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2026

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2026**, o qual tem como objeto a "Registro de Preços para a aquisição parcelada, de gêneros alimentícios para o preparo da merenda escolar, em atendimento aos alunos matriculados na Rede Pública de Ensino do município de Piên, no ano de 2026, de acordo com a com a Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas:

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **07.634.816/0001-16**, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 240.596,10 (duzentos e quarenta mil e quinhentos e noventa e seis reais e dez centavos).

SUPERMERCADO NEGRELLI LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **00.462.400/0001-19**, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ **616.410,00 (seiscentos e dezesseis mil e quatrocentos e dez reais).**
PRO AGRO CONSULTORIA E PLANEJAMENTO RURAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **46.898.978/0001-13**, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ **202.824,50 (duzentos e dois mil e oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).**

Piên/PR, 20 de maio de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:0A07BAD6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

REPUBLICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên. **Entrega das propostas**: a partir 22/05/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 09/06/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 20 de maio de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:2A388FC5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ (UASG 985495)

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO REGIONAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia **08/06/2026, às 09:00 horas,** na Sala de Licitações, abertura da sessão pública do PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: "Aquisição de mudas de flores e plantas ornamentais e vasos para as secretarias do município de Pinhal de São Bento".

LOCAL: Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, localizada na Avenida São Roque, 178, Centro.

PRAZO PARA O CREDENCIAMENTO DO(A) REPRESENTANTE DA LICITANTE: Até às 09h00min (horário de Brasília) do dia 08/06/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000033/2026
Processo Administrativo Nº 00000000000119
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA
Data de Publicação: 20/05/2026 10:42:06

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 300 Unidade: HORA Val. Ref.: 67,32

Descrição: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.- As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada.- A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 383	Serviço	65,00
PARTICIPANTE 572	Serviço	67,32
PARTICIPANTE 982	Serviço	65,00
PARTICIPANTE 624	Serviço	67,32
PARTICIPANTE 564	Serviço	67,32
PARTICIPANTE 010	Serviço	67,32
PARTICIPANTE 652	Serviço	67,30
PARTICIPANTE 239	Serviço	67,32
PARTICIPANTE 789	Serviço	67,00

DOCUMENTOS ANEXADOS

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA CNPJ 33.044.384/0001-01

154

1

Pelo presente instrumento particular de alteração do Contrato Social, o titular:

MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS, brasileira, natural de Assai - PR nascida em 24-04-1974, viúva, empresária, residente e domiciliada na Rua Rio São Francisco, 2762, Conj. Res. Paulino Carlos Filho, no município de Maringá - PR, CEP 87.043-377, portadora do RG nº 6.015.274-8 SESP-PR, emitida em 25-05-2000 e do CPF n.° 015.685.549-66.

Única e legitima componente da Sociedade Empresária Limitada Unipessoal sob o nome **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA,** com sua sede na Rua Conselheiro Zacarias, 630 Vila Santana, município de Pitanga - PR, CEP 87.200-000, devidamente registrada na JUCEPAR, sob o NIRE 412.10981826 em 20-08-2022, inscrita no CNPJ sob o nº 33.044.384/0001-01, resolve alterar o seu contrato social e o faz mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – A sociedade passa a ter sua sede na Rua Gonçalves Dias, 411, residência 01 Vila Maria do Carmo município de Pitanga – PR, CEP 85.200-162.

CLAUSULA SESGUNDA - Para tanto, passa a transcrever, na integra, seu CONTRATO SOCIAL da referida empresa, com o teor seguinte:

MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA.
CNPJ 33.044.384/0001-01
CONTRATO SOCIAL
NIRE 412.10981826

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA.**

MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS, brasileira, natural de Assai - PR nascida em 24-04-1974, viúva, empresária, residente e domiciliada na Rua Rio São Francisco, 2762, Conj. Res. Paulino Carlos Filho, no município de Maringá - PR, CEP 87.043-377, portadora do RG nº 6.015.274-8 SESP-PR, emitida em 25-05-2000 e do CPF n.° 015.685.549-66.

Cláusula Primeira - DO NOME EMPRESARIAL - A sociedade adotará o seguinte nome empresarial: **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA.**

Cláusula Segunda - DA SEDE - A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: Rua Gonçalves Dias, 411, residência 01 Vila Maria do Carmo município de Pitanga – PR, CEP 85.200-162.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA
CNPJ 33.044.384/0001-01

155

2

Cláusula Terceira - DO OBJETO SOCIAL - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: A sociedade passa a ter o objeto social de Serviço de ensino de arte e cultura, de artes cênicas, de musicas, de idioma, de dança, de ensino de esportes, de treinamento e capacitação gerencial e profissional, de treinamento e preparação para concursos; aluguel de equipamentos recreativos e esportivos, de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico, pessoal e instrumentos musicais; comércio varejista de livros inclusive didáticos, inclusive didáticos, de brinquedos e artigos recreativos, de artigos esportivos, do vestuário e acessórios e confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas.

CNAE Fiscal

1412-6-02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
4761-0/01 - Comércio varejista de livros, inclusive didáticos
4763-6/01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
4763-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
4781-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
7721-7/00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
7729-2/02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
8591-1/00 - Ensino de esportes
8592-9/01 - Ensino de dança
8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança
8592-9/03 - Ensino de música
8592-9/99 - Serviço de ensino de arte e cultura
8593-7/00 - Serviço de ensino de idiomas
8599-6/04 - Serviço de treinamento e capacitação gerencial e profissional
8599-6/05 - Serviço de treinamento e preparação para concursos

Cláusula Quarta - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO - A empresa iniciará suas atividades a partir de 15-02-2019 e seu prazo de duração indeterminado.

Cláusula Quinta - DO CAPITAL SOCIAL - O capital é de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), divididos em R$ 5.000 (cinco mil) quotas, no valor nominal de 1,00 (hum real) cada uma, formado por R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em moeda corrente do País

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo sócio da seguinte forma:

Nome	%	Quotas	Valor R$
MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS	100	5.000	5.000,00
Total	100	5.000	5.000,00

Cláusula Sexta - DA ADMINISTRAÇÃO - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS**, que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL
MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA
CNPJ 33.044.384/0001-01

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

Cláusula Sétima - DO BALANÇO PATRIMONIAL - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo único: A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

Cláusula Oitava - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR - O administrador da empresa declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Nona - DAS FILIAIS – Sem prejuízo da possibilidade de abrir ou fechar filial, ou qualquer dependência, mediante alteração contratual assinada pelos sócios.

Cláusula Décima - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA: A empresa declara, sob as penas de Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

Cláusula Décima Primeira - DO PRO LABORE - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Segunda - DO FORO - As partes elegem o foro da sede para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

O instrumento do Ato Constitutivo da Sociedade Empresária Limitada Unipessoal, será assinado em 1 vias de igual forma teor e consistência.

Pitanga, 15 de julho de 2024.

Maria Sonia Francisco dos Santos

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01568554966	MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS

JUCEPAR
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/07/2024 16:06 SOB Nº 20244970181.
PROTOCOLO: 244970181 DE 12/07/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12410058249. CNPJ DA SEDE: 33044384000101.
NIRE: 41210981826. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/07/2024.
MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

158

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
33.044.384/0001-01 **MATRIZ**		**15/03/2019**

NOME EMPRESARIAL
MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MS CURSOS E TREINAMENTOS	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
14.12-6-02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
14.13-4-01 - Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
77.21-7-00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
85.91-1-00 - Ensino de esportes
85.92-9-01 - Ensino de dança
85.92-9-02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R GONCALVES DIAS	**411**	**CASA 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.200-162	**MARIA DO CARMO**	**PITANGA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MSCURSOSECAPACITACOES@OUTLOOK.COM	**(44) 9143-5760**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/03/2019**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **07/05/2026** às **16:46:03** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

159

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
33.044.384/0001-01 **MATRIZ**		**15/03/2019**

NOME EMPRESARIAL
MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.92-9-03 - Ensino de música
85.93-7-00 - Ensino de idiomas
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R GONCALVES DIAS	**411**	**CASA 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.200-162	**MARIA DO CARMO**	**PITANGA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MSCURSOSECAPACITACOES@OUTLOOK.COM	**(44) 9143-5760**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/03/2019**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **07/05/2026** às **16:46:03** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

MUNICIPIO DE PITANGA

Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

160

Certidão Negativa de Débitos Nº 2912 / 2026

Requerente: MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS **CPF/CNPJ:** 01568554966

Contribuinte:	MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA		
CPF/CNPJ:	33.044.384/0001-01		
Logradouro:	R GONCALVES DIAS, Nº: 411		
Bairro:	MARIA DO CARMO	**Cidade:**	PITANGA
Complemento:			
Observação:			

CÓDIGO VALIDAÇÃO: B7BFF5F57DD1733FEC1AFEE7DA4CA71D
Finalidade LICITACAO

O Municipio de Pitanga - PR, conforme preceitua na Lei Municipal nº. 08/2009 de 21 de dezembro de 2009 e disposto no artigo 205º da Lei Federal nº. 5.172 de 25 de outubro de 1996 - Código Tribtuário Nacional, CERTIFICA que o contribuinte acima identificado, em relação ao objeto da certidão encontra-se em **SITUAÇÃO REGULAR** perante a Fazenda Municipal.

A presente Certidão, não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referente a recolhimento que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados por esta Prefeitura, conforme prerrogativa do artigo 149 da Lei Federal nº. 5.172 de 25 de outubro de 1999 - Código Tributário Nacional.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente constatadas, mesmo referente aos períodos compreendidos nesta certidão.

Pitanga, 07 de maio de 2026.

Validade de 90 dias a partir da data de emissão.

OBS.1: Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - **LGPD (Lei nº13.709/2018).** Fica VEDADO o compartilhamento dos dados pessoais inseridos nesta CERTIDÃO, sem autorização expressa do (s) remetente(s) e destinatário(s), salvo existência de uma finalidade expressa e com base legal autorizativa. Essa certidão poderá conter informações confidencias com sigilo protegido por LEI, portanto, o compartilhamento de tais informações, nos termos acima especificados, ficará condicionada à finalidade para a qual fora emitida.

Atenção: Para verificar a autenticidade de sua certidão, utilize o código de validação do seu documento para autenticar. Acesse www.pitanga.pr.gov.br, PORTAL DO CONTRIBUINTE. Clique no Menu: DOCUMENTOS > AUTENTICAR DOCUMENTO.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

161

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 39669466-69

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **33.044.384/0001-01**
Nome: **MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 07/10/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Portal de Emissão de Certidões (09/06/2026 10:34:44)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA
CNPJ: 33.044.384/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:46:16 do dia 05/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/08/2026.
Código de controle da certidão: **2C36.E9D8.58A6.67A9**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 33.044.384/0001-01
Certidão nº: 8180145/2026
Expedição: 05/02/2026, às 15:47:37
Validade: 04/08/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **33.044.384/0001-01, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Certificado digitalmente por:
HELIO BARBOSA RIBAS

...

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PITANGA - PARANÁ

CARTORIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
Av. Manoel Ribas, 411 - Centro - Ed. do Fórum - CENTRO
PITANGA/PR - 85200154

TITULAR
HELIO BARBOSA RIBAS
JURAMENTADOS
FABRICIO BARBOSA RIBAS
ANTONIO MARCOS PEREIRA
GIOVANI LOCATELLE JUNIOR

Certidão Negativa

Para Fins Gerais

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL, FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA

CNPJ 33.044.384/0001-01, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

PITANGA/PR, 08 de Abril de 2026, 15:15:02

FABRICIO BARBOSA RIBAS

Certificação

Av. Manoel Ribas, 411 - Edifício do Fórum - CEP - 85.200-000 - Fone/Fax (42)3646-8054 - PITANGA/PR

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.° 2.200-2/2001, Lei n.° 11.419/2006 e Resolução n.° 09/2008, do TJPR/OE

165

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 33.044.384/0001-01

Razão social: MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA

Endereço: R GONCALVES DIAS 411 CASA 01/ MARIA DO CARMO / PITANGA / PR / 85200-162

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/06/2026 a 06/07/2026

Certificação Número: 2026060703415435358504

Informação obtida em 09/06/2026 10:33:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MUNICIPIO DE PITANGA

Estado do Paraná

SECRETARIA DA FAZENDA

166

ALVARÁ DE LICENÇA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Nº. 11893

O Município de Pitanga, na forma da Lei, por este título concede licença, localização e funcionamento para

Nome: MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA

CNPJ/CPF: 33.044.384/0001-01

Cadastro: 11893

Nome Fantasia: MS CURSOS E TREINAMENTOS

Localização

Endereço: R - GONCALVES DIAS, **Nº.** 411 **Bairro:** MARIA DO CARMO **CEP:** 85200-162

rea Utilizada: 30 **CASA 01**

Atividades

8592999 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente
8592902 - Ensino de artes cênicas, exceto dança
8592901 - Ensino de dança
8599605 - Cursos preparatórios para concursos
8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
8591100 - Ensino de esportes
7729202 - "Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais"
8593700 - Ensino de idiomas
4761001 - Comércio varejista de livros
4763602 - Comércio varejista de artigos esportivos
7721700 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
4781400 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4763601 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
1412602 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
8592903 - Ensino de música

Veículos:

Modelo:	*Cor*	*Ano*	*Renavam*	*Chassis*

Observação: APENAS DOMICILIO FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA - PR
FISCALIZAÇÃO GERAL

VALIDO ATÉ: 21/10/2026

1 - O presente alvará só tem efeito para o perído especificado, ficando sujeito a renovação anual.
2 - Será exigida renovação da licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramo de atividade, etc. o contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de Certidões para fins de aposentaria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Pitanga, 09 de fevereiro de 2026.

Josiane da Silva Santos Santiago
Diretora do Departamento de Receita e Fiscalização Tributária

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA - PR
PITANGA
FISCALIZAÇÃO GERAL

COLOCAR ESTE DOCUMENTO EM LUGAR VISIVEL - ART.1º $ 2º - LEI 2162/2004

MUNICÍPIO DE CONTENDA

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O MUNICÍPIO DE CONTENDA - Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 76.105.519/0001-04, com sede administrativa na Rua Av. João Franco, nº 400 – Centro, CEP: 84.350-000 na cidade de Contenda - Paraná, ATESTA para os devidos fins, que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 33.044.384/0001-01, localizada na Rua Conselheiro Zacarias, 630, bairro Vila Santana, CEP: 85.200-000, na cidade de Pitanga-PR, prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega estabelecido conforme Pregão Eletrônico nº 048/2021, processo administrativo 020/2021 e contrato administrativo nº 036/2021 e aditivos, **no período de agosto de 2021 à setembro de 2024**, referente a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MINISTRAR AULAS DE MÚSICA E REGÊNCIA SOB A COORDENAÇÃO DO DEPARTAMENTO DA CULTURA, conforme descrição abaixo:

Descrição dos serviços	Unidade	Quantidade
Aulas de música e Regência	Horas	2.160

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Contenda, 25 de Setembro de 2024.

ANA LUCIA FLORES DA CUNHA MARQUES:80492479968

Assinado de forma digital por ANA LUCIA FLORES DA CUNHA MARQUES:80492479968
Dados: 2024.09.25 09:08:34 -03'00'

Ana Lúcia Flores da Cunha Marques
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Decreto nº 002/2024

SMECE
Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA
DEPARTAMENTO DE ESPORTES

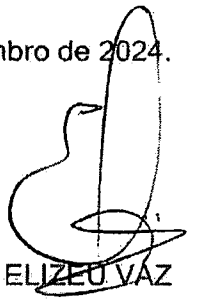
ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Prefeitura Municipal e Pitanga, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF nº 76.950.070/0001-72, com sede administrativa no centro administrativo 28 de Janeiro, 171, ATESTA para os devidos fins, que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 33.044.384/0001-01, localizada na Rua Conselheiro Zacarias, 630, bairro Vila Santana, CEP: 85.200-000, na cidade de Pitanga-PR, executou o contrato dos serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega estabelecido em atendimento conforme Pregão Eletrônico nº 020/2022, contrato administrativo nº 130/2022 e aditivos, **no período compreendido**, 17 de março de 2022 a 25/11/2024 (em vigência conforme aditivo 03) referente a CONTRATAÇÃO DE OFICINAS DE INICIAÇÃO ESPORTIVA E TREINAMENTOS ESPECIALIZADOS PARA SEREM UTILIZADOS EM PROJETOS ESPORTIVOS, FESTIVAIS, CAMPEONATOS E COMPETIÇOES, atendendo ao Departamento Municipal e Esportes, conforme as modalidades e quantitativos abaixo especificados:

Descrição dos serviços	Unidade	Quantidade
CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR – VOLEIBOL Oficina de Voleibol	Horas	4.476
CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR – FUTEBOL Oficina de Futebol	Horas	11.248
CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR – HANDEBOL Oficina de Handebol	Horas	2.242
CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR – FUTSAL Oficina de Futsal	Horas	8.787

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

PITANGA, 26 de Novembro de 2024.



ELIZEU VAZ

DIRETOR DPTO DE ESPORTES

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devido fins, a quem possa interessar que a empresa **MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS 01568554966** inscrita no CNPJ sob nº 33.044.384/0001-01, com sede à Rua Rio São Francisco, CEP: 87.043-377 – MARINGÁ/PR, efetuou os serviços abaixo discriminados à **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA**, CNPJ sob nº 77.721.363/0001-40, localizada Rua São Paulo, 80, Centro, na cidade de Ortigueira – Paraná, através do Processo:

Pregão Eletrônico n.º 165/2021 – Processo Administrativo N.º 213/2021.

LOTE	QUANTIDADE LICITADA	UNIDADE	DISCRIMINAÇÃO	QTD ENTREGUE
9	1.500	HORA	Oficina de Grafite, com turmas fechadas em media de 20 alunos, de 6 a 16 anos, jovens, adultos e idosos realizados no município de Ortigueira (centro ou interior).	72
11	4.000	HORA	OFICINA DE DESENHO. TURMAS FECHADAS COM A MÉDIA DE 20 ALUNOS. PARTICIPANTES: CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS; REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA (CENTRO OU INTERIOR).	2.350
12	4.000	HORA	OFICINA DE ARTESANATO. TURMAS FECHADAS COM A MÉDIA DE 20 ALUNOS. PARTICIPANTES: CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS; REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA (CENTRO OU INTERIOR).	3.916
14	1.500	HORA	OFICINA DE ECONOMIA FAMILIAR. TURMAS FECHADAS COM A MÉDIA DE 20 ALUNOS.	1.094

			PARTICIPANTES: CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS; REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA (CENTRO OU INTERIOR).	

Atestamos ainda que a empresa cumpriu satisfatoriamente com a pontualidade, qualidade e lisura, não havendo nenhum fato que desabone sua conduta e responsabilidade para com as obrigações assumidas.

Ortigueira/PR, 14 de Outubro de 2024.

Adeilton de Oliveira Souza
CPF: 548.739.839-91

ADEILTON DE OLIVEIRA SOUZA
Diretor Departamento de Compras

Município de
Campina da Lagoa

ADMIN. 2017/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA** - Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 76.950.070/0001-72, com sede administrativa na Avenida Juscelino Kubitschek, nº. 754 / Rua Vereador Homero Franco, nº 851, na cidade de Campina da Lagoa, Estado do Paraná, ATESTA para os devidos fins, que a **empresa MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.044.384/0001-01, com sede na Rua Conselheiro Zacarias, nº 630, Pitanga – PR, prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega estabelecido conforme contrato administrativo nº 39/2023, **no período de 28/03/2023 à 28/03/2024**, referente a Contratação de profissional para ministrar uma oficina de beleza sendo desenvolvido a auto maquiagem, designer de sobrancelhas com extensão de cílios e depilação, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme descrição abaixo:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CARGA HORÁRIA
Oficina de Beleza	64 horas

Atestamos que os serviços prestados foram realizados de maneira satisfatória. Até o momento presente, não há registro de eventos que comprometam sua conduta ou responsabilidade com as obrigações que foram assumidas.

Campina da Lagoa, 11 de junho de 2024.

Jane Meire Brasileiro Eduardo

CPF: 043.337.099-89

Secretária Municipal de Assistência Social

Município de
Campina da Lagoa

ADMIN. 2017/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA** - Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 76.950.070/0001-72, com sede administrativa na Avenida Juscelino Kubitschek, nº. 754 / Rua Vereador Homero Franco, nº 851, na cidade de Campina da Lagoa, Estado do Paraná, ATESTA para os devidos fins, que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.044.384/0001-01, com sede na Rua Conselheiro Zacarias, nº 630, Pitanga – PR, entregou os produtos abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega estabelecido conforme Contrato de Prestação de Serviços nº 224/2023, referente a aquisição de kimonos e kit de Ballet para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme descrição abaixo:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADES
KIMONO	30
KIT DE BALLET	40

Atestamos que os serviços prestados foram realizados de maneira satisfatória. Até o momento presente, não há registro de eventos que comprometam sua conduta ou responsabilidade com as obrigações que foram assumidas.

Campina da Lagoa, 11 de junho de 2024.

Jane Meire Brasileiro Eduardo

CPF: 043.337.099-89

Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA

Secretaria Municipal de Ação Social

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A prefeitura municipal de **ORTIGUEIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Rua São Paulo, Nº 80, centro , CEP: 84.350-000 na cidade de Ortigueira - Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº **77.721.363/0001-40,** atesta para os devidos fins, que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA ,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº **33.044.384/0001-01**, localizada na **Rua Conselheiro Zacarias, 630, bairro Vila Santana, CEP: 85.200-000,** na cidade de **Pitanga-PR**, executou entre **janeiro de 2023 até JULHO 2024**, os contrato, os serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega em atendimento conforme estabelecido no **Contrato nº 81/2021 Pregão Eletrônico nº 165-2021 e Contrato 108/2023 Pregão 67/2023.**

Oficinas	Unidade	Quantidade
OFICINA DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA: TURMAS FECHADAS COM A MÉDIA DE 20 ALUNOS. PARTICIPANTES: CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA CENTRO OU INTERIOR.	Horas	3.317
OFICINA DE ARTESANATO: TURMAS FECHADAS COM A MÉDIA DE 20 ALUNOS. PARTICIPANTES: CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA CENTRO OU INTERIOR.	Horas	96
OFICINA DE DESENHO: TURMAS FECHADAS COM A MÉDIA DE 20 ALUNOS. PARTICIPANTES: CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA CENTRO OU INTERIOR.	Horas	320
OFICINA DE CIDADANIA: TURMAS FECHADAS COM A MÉDIA DE 20 ALUNOS. PARTICIPANTES: CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA CENTRO OU INTERIOR.	Horas	48

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA

Secretaria Municipal de Ação Social

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Ortigueira, 26 de Setembro de 2024

Munique Thiara Alves Mattos
Secretaria Municipal de Ação Social

CAPITAL NACIONAL
DA MODA BEBÊ

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - PR
www.terraroxa.pr.gov.br
Av. Presidente Costa e Silva, 95
CEP: 85.990-000
TEL: (44) 3645-8300

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE TERRA ROXA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, situada à Avenida Presidente Costa e Silva, nº 95, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.587.204/0001-70, atesta para os devidos fins, que a empresa **MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS01568554966,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº **33.044.384/0001-01**, localizada na **Rua Rio São Francisco, 2752, Conjunto Habitacional Paulino Carlos Filho, CEP: 87.043-377,** na cidade de**Maringá-PR**, prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme estabelecido na no Contrato nº 396/2020, Pregão Presencial nº 19/2020, referente ao período de **09/12/2020** à **09/12/2021**:

Oficinas	Carga Horária Total
Pintura em tecido	307:00 horas
Teatro	381:30horas
Teclado	86 horas

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Terra Roxa, 14 de dezembro de 2021.

MÁRCIA MARIA SÔNEGO DE PÁDUA
Secretária Municipal de Assistência Social

Márcia Mª Sônego de Pádua
Secretária Municipal de Educação
e Cultura
Portaria 9935/2017
Terra Roxa-Pr

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa **NANDERSON BERGANTON SCOVOLI**, com sediada na Avenida Brasil, 523, Sala 03, Centro, Pitanga-PR, inscrito no CNPJ/MF nº 21.932.479/0001-29, atesta para os devidos fins, que a empresa **MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS01568554966, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº 33.044.384/0001-01, localizada na Rua São Francisco, 2752, Conjunto Residencial Paulino Carlos filho, na cidade de Maringá-PR**, prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega no município de Nova Tebas-PR, conforme estabelecido em contrato de prestação de serviços, referente ao período de **01/09/2020 à 31/10/2020**:

Oficinas	Carga Horária Total
Oficina de Violão	300h
Oficina de Teclado	300h
Oficina de Violino	300h
Oficina de Coral	300h

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Pitanga, 15 de outubro de 2020.

TAB. MESSIAS PITANGA PR.

Nanderson Berganton
Diretor

TABELIONATO DE NOTAS DE PITANGA - PR
Agente Delegado JURANDIR AVAHE MESSIAS JUNIOR
Selo 18153645VAA00000003238211
Consulte esse selo em ntt://funarpen.com.br
Reconheço por Semelhança a assinatura de
NANDERSON BERGANTON SCOVOLI. Dou fé.
Pitanga-PR, 14 de janeiro de 2021.
Em Test da Verdade
Carlos Henrique Parolo - Escrevente
Cod. Segurança: FEUEUWPVR-689693-14

MUNICIPIO DE PITANGA
CNPJ 76.172.907/0001-08
CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3640-8122 - FAX 3640-8172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Pitanga Pr, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no centro Adm 28 de janeiro n. 171, CNPJ sob º 76.950.070/0001-72, atesta para os devidos fins, que a empresa MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº 33.044.384/0001-01, localizada na Rua Conselheiro Zacarias, nº 630, Vila Santana, CEP: 85200-000 na cidade de Pitanga - PR, executou o contrato dos serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega em atendimento conforme estabelecido no Pregão nº 20/2022 e aditivo termo nº 01, número do contrato 130/2022, no período compreendido, Abril de 2022 a 30 de outubro de 2023, o fornecimento de serviço de oficinas de iniciação esportiva e treinamentos especializados para serem utilizados em projetos esportivos, festivais, campeonatos e competições, atendendo ao Departamento Municipal de Esportes, conforme as modalidades e quantitativos de horas abaixo especificadas:

MODALIDADE	HORAS
Voleibol	4.137
Futebol	4.935
handebol	1.920
Futsal	4.725

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem a conduta da empresa e responsabilidade com as obrigações assumidas.

PITANGA, 17 de Novembro de 2023.

Elizeu Vaz
Diretor de Esportes

Digitalizado com CamScanner

MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA

Estado do Paraná

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de **CAMPINA DA LAGOA,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado na Rua Vereador Homero Franco, Nº 851, CEP: 87345-000 na cidade de Campina da Lagoa - Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob º **76.950.070/0001-72,** atesta para os devidos fins, que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA** , pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº **33.044.384/0001-01**, localizada na **Rua Conselheiro Zacarias, n° 630, Vila Santana, CEP: 85200-000** na cidade de **Pitanga - PR**, executou em maio de 2022, o contrato dos serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega em atendimento conforme estabelecido na **Dispensa de Licitação nº 017/2022.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	PALESTRA DE CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CMDCA	**4 HRS**
2	PALESTRA CYBERBULLING E SEUS TEMAS RELACIONADOS	**3 HRS**

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Campina da Lagoa, 20 de junho de 2022.

Clinéia Aparecida Fávaro Pereira

Secretária Municipal de Assistência Social

Clinéia Apª Favaro Pereira
Secretária Ação Social
Decreto Nº 032/2020

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de **CAMPINA DA LAGOA,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado na Rua Vereador Homero Franco, Nº 851, CEP: 87345-000 na cidade de Campina da Lagoa - Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob º **76.950.070/0001-72,** atesta para os devidos fins, que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA** , pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº **33.044.384/0001-01**, localizada na **Rua Conselheiro Zacarias, n° 630, Vila Santana, CEP: 85200-000** na cidade de **Pitanga - PR**, executou em outubro de 2022, o contrato dos serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega em atendimento conforme estabelecido no **Pregão nº 82/2021, Pregão Eletrônico n° 31/2021, Contrato nº 378/2021.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	CONVÊNIO N° 858179/2017 – OBJETO: EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL PARA ENFRENTAMENTO DO AEDES AEGYPTI CIDADE LIMPA, MOSQUITO ZERO, OFICINA DE REUTILIZAÇÃO, REAPROVEITAMENTO E RECICLAGEM DE MATERIAIS E DESTINAÇÃO DE ÁGUAS SERVIDAS PARA ELIMINAÇÃO DE CRIADOUROS REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 2022.	**24 HRS**

Atestamos que tais prestações de serviços foram executadas satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Campina da Lagoa, 20 de dezembro de 2022.

Danielli Casarin Vilela Cansian
Secretária de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo

Prefeitura Municipal de Ramilândia
Av. Voluntários da Pátria, nº 1600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 - CEP: 85.888-970
Fone/Fax 3258 8000

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, situada à Avenida Voluntários da Pátria, nº 1600, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.725.024/0001-14, atesta para os devidos fins, que a empresa **MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS01568554966,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº **33.044.384/0001-01**, localizada na **Rua Rio São Francisco, 2752, Conjunto Habitacional Paulino Carlos Filho, CEP: 87.043-377,** na cidade de **Maringá-PR**, prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme estabelecido na no Contrato nº 10/2020, Pregão Presencial nº 02/2020, referente ao período de **21/01/2020 à 30/11/2020**:

Oficinas	Carga Horária Total
Oficina de Artes – pintura, desenhos, escultura e gravura.	606h

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Ramilândia, 23 de dezembro de 2020.

Alison Delziovo

ALISON DELZIOVO
Diretor de Departamento de Assistência ao Jovem

MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA

Estado do Paraná

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de **CAMPINA DA LAGOA,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado na Rua Vereador Homero Franco, Nº 851, CEP: 87345-000 na cidade de Campina da Lagoa - Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob ° **76.950.070/0001-72,** atesta para os devidos fins, que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA** , pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº **33.044.384/0001-01**, localizada na **Rua Conselheiro Zacarias, n° 630, Vila Santana, CEP: 85200-000** na cidade de **Pitanga - PR**, executou de agosto/2022 a março/2023, o contrato dos serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega em atendimento conforme estabelecido na **Dispensa de Licitação n° 48/2022, Contrato nº 157/2022.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	ARTES MARCIAIS	**256 HRS**

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Campina da Lagoa, 27 de abril de 2023.

Clinéia Aparecida Favaro Pereira
Secretária Municipal de Assistência Social

Clinéia Ap' Favaro Pereira
Secretária Ação Social
Decreto Nº 032/2020

MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA

Estado do Paraná

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de **CAMPINA DA LAGOA,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado na Rua Vereador Homero Franco, Nº 851, CEP: 87345-000 na cidade de Campina da Lagoa - Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob º **76.950.070/0001-72,** atesta para os devidos fins, que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA** , pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº **33.044.384/0001-01**, localizada na **Rua Conselheiro Zacarias, n° 630, Vila Santana, CEP: 85200-000** na cidade de **Pitanga - PR**, executou de março/2022 a março/2023, o contrato dos serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega em atendimento conforme estabelecido na **Dispensa de Licitação n° 08/2022, Contrato nº 16/2022.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	FANFARRA	**288 HRS**

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Campina da Lagoa, 27 de abril de 2023.

Clinéia Aparecida Favaro Pereira
Secretária Municipal de Assistência Social

Clinéia Apª Favaro Pereira
Secretária Ação Social
Decreto Nº 032/2020

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A prefeitura municipal de **CRUZMALTINA,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Av. Padre Guálter Farias Negrão, Nº 40, centro , CEP: 86.855--000 na cidade de Cruzmaltina - Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob ° **01.615.593/0001-00,** atesta para os devidos fins, que a empresa **MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS 01568554966 ,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº **33.044.384/0001-01**, localizada na **Rua São Francisco, 2752, bairro Conjunto Residencial Paulino Carlos Filho, CEP: 87.043-377,** na cidade de **Maringá-PR**, executou entre **agosto de 2020 até abril 2022**, o contrato os serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega em atendimento conforme estabelecido no **Pregão Presencial nº 7/2020,Contrato nº 34/2020 e aditivos.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OFICINA DE CORTE; COSTURA; MODELAGEM; PATCHWORK; PATCHAPLIQUE. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONSISTE EM ORGANIZAR, FACILITAR OFICINAS DE CORTE; COSTURA; MODELAGEM; PATCHWORK; PATCHAPLIQUE E DESENVOLVER ATIVIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS NA COMUNIDADE; A EMPRESA DEVERÁ ATENDER OS LOCAIS INDICADOS DO MUNICÍPIO, SENDO CIDADE E DISTRITO. O PROFISSIONAL DEVERÁ SER QUALIFICADO. AS DESPESAS COM DESLOCAMENTO E ALIMENTAÇÃO SERÃO POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. CARGA HORÁRIA: 16 HORAS SEMANAIS, PODENDO SER DISTRIBUÍDA 5 (CINCO) DIAS DA SEMANA, PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO CONFORME CRONOGRAMA.	**MESES**	**10**

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Cruzmaltina 30 de novembro de 2022.

Clara Moreira de Oliveira

CLARA MOREIRA DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO 003/2021

Cartório Distrital Cruzmaltina — Serventia Distrital de Cruzmaltina — Av. Padre Gualter Farias Negrão, 130 - Centro — Comarca de Paranavaí - PR - CEP: 87.925-000 — Fone: (43) 3454-2100 — Alcou Kiyoku Falleiros — TABELIÃO DE SIGNADO

1446XRqqtOszMa29dt3xIçDMt

Consulte em http://funarpen.com.br

Reconheço por Semelhança a assinatura de CLARA MOREIRA DE OLIVEIRA. *0003* 801667*. Dou fé. Emol.: R$5,35(VRC 21,73), Funrejus: R$1,34, Selo: R$1,02, FUNDEP: R$0,27. Total: R$7,98

Cruzmaltina -Paraná, 02 de dezembro de 2022.

Em Test° da Verdade

Marjori Okagawa Falleiros Kimura - Escrevente

Reg. Civil e Tabelionato
Marjori Okagawa Falleiros Kimura
Escrevente
Cruzmaltina - Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94
Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186
www.ranchoalegredoeste.pr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE- Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 95.640.132/0001-94, com sede administrativa à Avenida Paraná, nº 530, CEP: 87395-00 na cidade de RANCHO ALEGRE - Paraná, ATESTA para os devidos fins, que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 33.044.384/0001-01, localizada na Rua Conselheiro Zacarias, 630, bairro Vila Santana, CEP: 85.200-000, na cidade de Pitanga-PR, prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega estabelecido conforme Contrato de Prestação de Serviços Nº 070/21, resultado da Tomada de Preço nº02/2021, homologado em 29/07/2021, referente a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MINISTRAR AULAS DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, conforme descrição abaixo:

Descrição dos serviços	Unidade	Quantidade
AULAS DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, VIOLÃO, TECLADO, FLAUTA E BATERIA	Horas	192

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

RANCHO ALEGRE D'OESTE, 24 de setembro de 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
SUELI BATISTA ALVES
Data: 26/09/2024 16:16:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SUELI BATISTA ALVES
Agente de Contratação
Portaria nº 036/08/2024

ATESTADO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Sertaneja, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF nº 75.393.082/0001-80, com sede administrativa na Avenida Nossa Senhora do Rocio, 233, ATESTA para os devidos fins, que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 33.044.384/0001-01, localizada na Rua Conselheiro Zacarias, 630, bairro Vila Santana, CEP: 85.200-000, na cidade de Pitanga-PR, executou o contrato dos serviços abaixo especificados em plenas condições e no prazo de entrega estabelecido em atendimento conforme Pregão Eletrônico nº 53/2024, contrato administrativo nº 49/2024, **no período compreendido**, 16 de outubro de 2024 à 14 de novembro de 2024, referente a Contratação de Pessoa Jurídica para realização de cursos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme as modalidades e quantitativos abaixo especificados:

Descrição dos serviços	Unidade	Quantidade
Palestra com tema central: Controle social, discussão, análise, acompanhamento e aprovação de dois instrumentos de planejamento da política pública: os planos de assistência social e o orçamento correspondente, para capacitação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social. **Contratação de Assistente Social**	Horas	02
Palestra com tema central: Bolsa Família, beneficiário unipessoal, importância do Cadastro Único, mudanças no sistema, Programa Dignidade menstrual, para capacitação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social. **Contratação de Assistente Social**	Horas	02
Palestra com tema central: 03 tipos de envelhecimento: biológico: irreversível, sensível a agressões do ambiente; funcional: nível de adaptação no ambiente de acordo com a idade cronológica; social: modificações no comportamento e desempenho de papéis	Horas	04

sociais de acordo com sua idade. **Contratação de Psicólogo**		
Curso com o tema central: Como criar e utilizar as redes sociais pelo celular para vida particular/familiar e comercialização de produtos e serviços. **Contratação de Bacharel em Direito**	Horas	04
Palestra com tema central: Direitos, e os diversos tipos de violência e violação de direitos da pessoa idosa. **Contratação de Bacharel em Direito**	Horas	04
Palestra com o tema central: Estratégias eficazes de autocuidado no dia a dia, com assuntos relacionados aos desafios emocionais e mentais que afetam diretamente a qualidade de vida e os vínculos familiares, (responsabilidades múltiplas como mãe, tarefas domésticas, pressão social). **Contratação de Assistente Social**	Horas	02
Palestra com o tema central: Alimentação e nutrição na primeira infância para desenvolvimento neural. **Contratação de Nutricionista**	Horas	04
Palestra com o tema central: Estratégias e intervenções na rotina de crianças que apresentam TEA, TDAH e TOD. **Contratação de Pedagogo – Doutor em Educação**	Horas	03

Atestamos que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

MUNICIPAL DE SERTANEJA



Sertaneja, 14 de Dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br ROSIMEIRI CELESTINO CORREIA DA SILVA
Data: 15/04/2025 16:47:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ROSIMEIRI CELESTINO CORREIA DA SILVA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **Prefeitura Municipal de Pinhais**, inscrita sob CNPJ 95.423.000/0001-00, situada na Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, nº 12.162, CEP 83.323-410, Tel.: (41) 3912-5300, Centro, cidade de Pinhais/PR, por intermédio do Diretor do Departamento de Administração da Secretaria Municipal de Saúde, Sr. Raphael Batista Carnelocci, **ATESTA** para os devidos fins que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES**, Inscrita no CNPJ 33.044.384/0001-01, localizada na Rua Conselheiro Zacarias, 630, bairro Vila Santana, CEP: 85.200-000, na cidade de Pitanga-PR, fornece para esta Secretaria serviços de **Execução de Oficinas** do Pregão 11/2024 o qual é detentora do registro de preços 094/2024.

Descrição dos serviços	Unidade	Quantidade
OFICINA DE ARTESANATO	Horas	3.696
OFICINA DE HORTOTERAPIA	Horas	1.146
OFICINA DE JOGOS LÚDICOS	Horas	1.008

Informamos que a empresa executa satisfatoriamente todas as normas exigidas nos editais/contratos, demonstrando plena capacidade técnica, cumprindo com os compromissos contratuais.

CLEVERSON LUIZ FERREIRA
***.370.509-**
23/01/2026 14:04:57
Assinatura digital avançada.

Cleverson Luiz Ferreira
Fiscal do Contrato
Secretaria Municipal de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/01/2026 14:04 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p/d5306573
POR CLEVERSON LUIZ FERREIRA

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

191

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA **NIRE :** 41210981826 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2602179102
NIRE (Sede) 41210981826	**CNPJ** 33.044.384/0001-01	**Data de Ato Constitutivo** 15/03/2019	**Início de Atividade** 15/03/2019

Endereço Completo
Rua GONCALVES DIAS, Nº 411, CASA 01, MARIA DO CARMO - Pitanga/PR - CEP 85200-162

Objeto Social
SERVICO DE ENSINO DE ARTE E CULTURA, DE ARTES CENICAS, DE MUSICAS, DE IDIOMA, DE DANCA, DE ENSINO DE ESPORTES, DE TREINAMENTO E CAPACITACAO GERENCIAL E PROFISSIONAL, DE TREINAMENTO E PREPARACAO PARA CONCURSOS ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS, DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO, PESSOAL E INSTRUMENTOS MUSICAIS COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS INCLUSIVE DIDATICOS, INCLUSIVE DIDATICOS, DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS, DE ARTIGOS ESPORTIVOS, DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIOS CONFECCAO, SOB MEDIDA, DE PECAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS E DE ROUPAS PROFISSIONAIS, EXCETO SOB MEDIDA, COMERCIO VAREJISTA DE CESTA BASICAS, PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA, DE MATERIAL ELETRICO, DE VIDROS, DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS E DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL, DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR E INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO.

Capital Social R$ 5.000,00 (cinco mil reais) **Capital Integralizado** R$ 5.000,00 (cinco mil reais)	**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS	015.685.549-66	R$ 5.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS	015.685.549-66	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos	Situação / Status
28/08/2024	20246397438	002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	ATIVA / SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 14/05/2026, às 14:58:12 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **X3E2QSEL.**
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário-Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LICENÇA SANITÁRIA Nº 20250000010000269

LICENÇA SANITÁRIA EMITIDA DE FORMA SIMPLIFICADA

VENCIMENTO: 30 / 10 / 2026

Razão Social: MS CURSOS E CAPACITACOES LTDA
Nome Fantasia: MS CURSOS E TREINAMENTOS
CNPJ: 33.044.384/0001-01
Endereço: Goncalves Dias, 411 - Casa 01 - Maria Do Carmo - Pitanga/PR - 85200-162

ATIVIDADES LICENCIADAS:

7721-7/00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
7729-2/02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
4763-6/02 - Comércio varejista de artigos esportivos
4763-6/01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
4761-0/01 - Comércio varejista de livros
1412-6/02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos
8592-9/99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente
8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança
8592-9/01 - Ensino de dança
8591-1/00 - Ensino de esportes
8593-7/00 - Ensino de idiomas
8592-9/03 - Ensino de música
8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

OBSERVAÇÃO: Esta licença sanitária não isenta o estabelecimento de outras formas de contribuição. Documento expedido de acordo com o código de saúde do estado do Paraná.Demais CNAES presentes no cnpj e executados pela empresa, são considerados de baixo risco, portanto dispensados de licença sanitária. 14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida 14.13-4-01 - Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimenticios não especificados anteriormente 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios.

Vanderlei Neves
CPF 031 127 679-26
Diretor de Saneamento e
Vigilância Epidemiológica

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
ESTE DOCUMENTO DEVE SER FIXADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO (ART.166 – LEI 13.331/2001)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LOCAL E DATA: Pitanga, 30 de Outubro de 2025

Código de Autenticidade: 4DD7AE423354469D5E5468F20CD6DE3C
Endereço para Validação: https://www.sievisa.sesa.pr.gov.br/sievisa/validarLicenca

Vanderlei Neves
CPF 031 127 679-26
Diretor de Saneamento e
Vigilância Epidemiológica

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 036/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2021

O **MUNICÍPIO DE CONTENDA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.519/000104, com endereço a Rua Maria do Carmo Cordeiro Santos, nº 74, Barracão, Centro, Contenda, Paraná, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Antônio Adamir Digner, brasileiro, casado, CPF/MF sob o nº 660.952.049-68, portador da Carteira de Identidade sob o nº 4.638.701-5, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a empresa/ou Profissional **MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS** 01568554966, CNPJ 33.044.384/0001-01, com endereço na rua São Francisco, nº 2762, conjunto residencial Carlos Filho, cidade de Maringá, estado do Paraná, CEP 87.043-377, Telefone (44) 3017-0094, endereço eletrônico e-mail mscursosecapacitacoes@outlook.com, representada pelo(a) Senhor(a) Janete Francisco de Siqueira Oliveira, residente e domiciliado(a) na Rua Nicolau Assad, nº 84, Jardim Capricórnio, cidade de Campo Mourão, estado do Paraná, portador do RG sob o nº 3.104.128-7 SSP/PR e CPF sob o nº 362.632.579-20, a seguir denominado **CONTRATADA**, celebram entre si o presente contrato, decorrente do processo de licitação Pregão Eletrônico Nº 048/2021, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e cláusulas estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto **Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para Ministrar Aulas de música e regência**, conforme segue:

LOTE	DESCRIÇÃO	HORAS TRABALHADAS	VALOR HORA/AULA	VALOR MÊS	VALOR TOTAL PARA OS 12 MESES
01	**Contratação de pessoa física ou jurídica para ministrar Aulas de música e Regência. sob a coordenação do Departamento de Cultura.**	**12 horas semanais 48 horas mensais Total de 12 meses de 576 horas anuais**	**R$ 39,00**	**R$ 1.872,00**	**R$ 22.464,00**
				VALOR TOTAL	**R$ 22.464,00**
(Vinte e dois mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais)					

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução dos serviços, objeto ora contratado, a Contratante pagará a Contratada, o valor de **R$ 22.464,00** (Vinte e dois mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais) após a execução dos serviços.

2.1 CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto da presente, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, Pregão Eletrônico 048/2021 e a Proposta do Contratado.

3.2. Os documentos acima referidos são considerados suficientes para, em complemento a estes Contratos, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1 O contrato terá vigência de 13(treze) meses, contados a partir da assinatura do mesmo.

Ordem de Serviços.

4.4 Os serviços serão realizados no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, o qual será informado junto com a ordem de serviço.

4.5 Os prazos de execução dos serviços e vigência poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o artigo 57 e artigo 65 da Lei nº 8666/1993 e demais disposições aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal ou RPA, referente às execuções solicitadas e atestadas pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.

5.2 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3 O pagamento será efetuado por meio de deposito bancário.

5.4 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

6.1 Os pagamentos decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Contenda/Pr, dos recursos da dotação orçamentária nº:

SETOR/PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		FONTE	RECURSO
Departamento de Cultura	461	06.004.13.392.0017.2.038.	3.3.90.36.00.00	1000	Próprio
Departamento de Cultura	462	06.004.13.392.0017.2.038.	3.3.90.39.00.00	1000	Próprio

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

7.1 Os preços contratados são fixos, não estando sujeitos a qualquer reajuste, exceto os dispostos em legislação.

7.2 O contrato poderá ser reajustado após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

7.3 O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

CLÁUSULA OITAVA – TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

8.1 A Contratada não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte poderá subcontratar a prestação de serviços, se o expresso consentimento da **Contratante**, dado por escrito sob pena de rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADE DAS PARTES

9.1 Constituem direitos da Contratante receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

9.2 Constituem obrigações da **Contratante:**

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato

b) Efetuar o pagamento ajustado; e

c) Dar ao contratado as condições necessárias a regular execução do contrato.

9.3 Constituem obrigações da **Contratada:**

a) Entregar os produtos na forma ajustada.

b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

c) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA DECIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1 O atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação contratual, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, com as seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município de Contenda, por prazo não superior a 02 (dois anos); ou

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2 Poderá ser aplicada a sanção de advertência nas seguintes condições:

10.2.2 Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do objeto do CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

10.3 Poderá ser aplicada a sanção de multa nas seguintes condições:

197

10.3.1 Compensatória:

10.3.1.1 No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

10.3.1.1.1 No caso de reincidência, ou quando a inexecução parcial também caracterizar abandono da execução do contrato, será aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da parte inadimplida.

10.3.1.2 No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

10.3.2 Moratória: no caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir de quando será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

10.3.2.1 No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias.

10.3.3 A fixação das multas compensatórias referidas no subitem 10.3.1 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

10.3.4 O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida à CONTRATADA.

10.3.4.1 Se o valor da fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

10.3.4.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.4 Poderá ser aplicada a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Contenda, com fundamento no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, à CONTRATADA que incorrer em inexecução parcial contratual.

10.5 Poderá ser aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com base no artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8666/93, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dentre outros casos, quando:

10.5.1 Fraudar a execução do contrato;

10.5.2 Comportar-se de modo inidôneo;

10.5.3 Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.5.4 Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do Município de Contenda;

10.5.5 Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do Município de Contenda após a assinatura do Contrato;

10.5.6 Apresentação, ao Munícipio de Contenda, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

10.5.7 Inexecução total do objeto, conforme previsto no subitem *10.7* desta cláusula.

10.6 Será configurada a inexecução parcial do objeto quando, injustificadamente, a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do contrato, percentual inferior a 100% (cem por cento) e superior ou igual a 50% (cinquenta por cento) do objeto do contrato.

10.7 Será configurada a inexecução total do objeto quando, injustificadamente, a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do contrato, percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) do objeto do contrato.

10.8 As sanções previstas no subitem 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nos subitens 10.3.1 e 10.3.2.

10.9 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.10 Na hipótese do CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo à conclusão do CONTRATO, ficará a CONTRATADA sujeita, além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 A contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei n.º 8.666/93.

11.2 O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

11.3 A rescisão do presente contrato poderá se dar sob qualquer das formar delineadas no artigo 79, da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

13.1 A troca eventual de documentos e cartas, entre a Contratante e a Contratada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova da entrega de documentos ou cartas.

199

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e pelos princípios gerais de direito e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ANTICORRUPÇÃO

15.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 110/2019, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Lapa para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02 (dois) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito.

Contenda, 25 de agosto de 2021.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE CONTENDA

SERPRO
Assinado digitalmente por:
JANETE FRANCISCO DE SIQUEIRA OLIVEIRA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

CONTRATADA
MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS

GESTOR DO CONTRATO
Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Testemunhas:

1 – ASSINATURA
CPF 06364848907

2 - ASSINATURA
CPF 905 904 819-91

Livro: 00323-P

Folhas: 082/083

LIVRO nº 00323-P - PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO, FOLHAS nº 082/083 como segue:

1º - PREÂMBULO:

SAIBAM quantos este público instrumento virem que, aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove (26/11/2019), nesta cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, no Segundo Tabelionato de Notas, perante mim, Escrevente e o Tabelião, compareceu:

2º - DA OUTORGANTE:

MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS, brasileira, maior e capaz, **viúva**, sem convivência que configure união estável, confeiteira, nascida aos 24/04/1974, natural de Assaí/PR, filha de Eurosino Francisco e Maria Rodrigues Francisco, portadora da Cédula de Identidade nº **6.015.274-8/SESP/PR**, inscrita no CPF/MF sob nº **015.685.549-66**, residente e domiciliada na Rua Rio São Francisco II, nº 276, Conjunto Residencial Branca VI, na cidade de Maringá/PR, ora de passagem nesta cidade, na qualidade de microempreendedora individual, inscrita no CNPJ sob nº 33.044.384/0001-01, nome empresarial "MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS 01568554966", com sede na Rua Rio São Francisco, nº 2.762, Conjunto Residencial Paulino Carlos Filho, na cidade de Maringá/PR, nos termos do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual sob nº ME43878541, emitido em data de 05/09/2019, pela Junta Comercial do Estado do Paraná, sendo que até o presente momento, este é o último ato registrado, confirmado por estas Notas, através de consulta junto aos Serviços Online da Junta Comercial do Estado do Paraná, em data de 26/11/2019, cujos documentos ficam arquivados às folhas 138/139 do Livro 90-CSPJ, nestas Notas. A presente reconhecida como a própria, por mim, Escrevente e o Tabelião, através dos documentos exibidos, do que dou fé.

3º - DA PROCURADORA:

Então pela outorgante, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui sua procuradora, **JANETE FRANCISCO DE SIQUEIRA OLIVEIRA**, brasileira, maior e capaz, casada, professora, nascida aos 01/04/1959, natural de Assaí/PR, filha de Eufosino Francisco e Maria Rodrigues Francisco, portadora da Cédula de Identidade nº **3.104.128-7/SSP/PR**, inscrita no CPF/MF sob nº **362.632.579-20**, residente e domiciliada na Rua Nicolau Assad, nº 84, Jardim Capricórnio, na cidade de Campo Mourão/PR.

4º - DOS PODERES:

À quem confere poderes especiais, para em nome da outorgante, assinar contratos de serviços e execução, representá-la em licitações, concorrências e pregões em geral; podendo para tanto a procuradora constituída, assinar e renovar cadastro em nome da empresa; participar de concorrências, licitações e pregões, públicos ou de qualquer outra espécie, seja na esfera municipal, estadual ou federal; assinar planilhas de preço; propostas de preços; credencial; participar da entrega, recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e das Propostas de Preços, podendo examinar e rubricar documentos, assinar Atas, apresentar impugnações e recursos, inclusive renúncia expressa a

Selo: hf4Rn.pfdAP.5n7CC-2eVJI.Q5JUw Consulte em http://funarpen.com.br
Continua na Página 2

recurso nas fases de habilitação e classificação, se for o caso; assinar processos licitatórios, propostas, recursos administrativos, contratos, documentos e todos os atos pertinentes aos diversos procedimentos relacionados aos poderes públicos nas esferas municipais, estaduais e/ou federais; poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do pregão presencial, inclusive apresentar declaração de que a outorgante cumpre os requisitos de habilitação, entregar os envelopes proposta de preços e documentos de habilitação em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a Ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO; enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante, podendo inclusive substabelecer, com ou sem reserva de iguais poderes.

201

5ª - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E ASSINATURA DA PARTE

Recolhida taxa do Funrejus nº 14000000005280729-6, de acordo com o artigo 2º, inciso XXV, da Lei Estadual nº 18.415 de 29/12/2014. Assim disse, do que dou fé. A pedido, lhe lavrei o presente instrumento, que sendo-lhe lido em voz alta e clara, em tudo achou conforme, outorgou, aceitou e assina, dispensando a presença de testemunhas instrumentárias, nos termos do artigo 676, Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado. Ato devidamente protocolado sob nº 2124, em 26/11/2019. Eu, (a.), Gislaine da Silva Figueiredo Marmontel, Escrevente, que a digitei. Eu, (a.), Antonio Carlos de Mello Pacheco Filho, Tabelião que a fiz digitar, subscrevi, dou fé e assino. Emolumentos: R$74,23 - VRC 384,62, Funrejus: R$18,56, Selo Funarpen: R$0,80,FADEP: R$3,71. Selo Digital hf4Rn.pfdAP.5n7CC, Controle: 2eVJI.Q5JUw. Campo Mourão-PR, 26 de novembro de 2019. (aa.) MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS, Outorgante. Antonio Carlos de Mello Pacheco Filho, Tabelião.. Nada mais. Trasladada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, Antonio Carlos de Mello Pacheco Filho, Tabelião, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testº da Verdade

Campo Mourão-PR, 26 de novembro de 2019

Antonio Carlos de Mello Pacheco Filho
Tabelião

Paula Guimarães
Escrevente Juramentada

2º SERVIÇO NOTARIAL
ANTONIO C. M. PACHECO Fº - Tabelião
PAULA GUIMARÃES - Escrevente
VALENTIM CARLOS ULIANA - Tabelião Substituto
GISLAINE DA S. F. MARMONTEL - Escrevente
FONE/FAX: (44) 3523-3823
RUA SÃO PAULO, 1255 - CENTRO
CEP 87300-390 - CAMPO MOURÃO - PR

FUNARPEN
SELO DIGITAL
hf4Rn.pfdAP.5n7CC
2eVJI.Q5JUw
http://funarpen.com.br

202
000124

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 036/2021

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 036/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2021
OBJETO: Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para Ministrar Aulas de música e regência
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.004.13.392.0017.2.038. 3.3.90.36.00.00 fonte 1000
06.004.13.392.0017.2.038. 3.3.90.39.00.00 fonte 1000
VALOR TOTAL: R$ 22.464,00 (Vinte e dois mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais)
CONTRATADA: MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS 01568554966, CNPJ 33.044.384/0001-01
DATA: 25/08/2021

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helena Gawlak
Código Identificador:EF213D22

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 03/09/2021. Edição 2342
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

ANEXO III

DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 33/2026.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:
não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
nenhum de nossos sócios mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Pitanga, 8 de June de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS
Data: 08/06/2026 17:07:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maria Sonia Francisco dos Santos
Representante Legal
CPF: 015.685.549-66.
RG: 6.015.274-8

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE CUSTOS DE USO DA PLATAFORMA ELETRÔNICA

Pregão 033/2026
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Piên

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE: MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA
CNPJ: 33.044.384/00001-01
ENDEREÇO: Rua Conselheiro Zacarias, 630 – Vila Santana – CEP: 85200-000
E-MAIL: mscursosecapacitacoes@outlook.com
TELEFONE: 44 9 9995 8970

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do licitante identificado acima, declaro, para os fins de direito e sob as penas da lei, que a empresa:

1. Tem plena ciência de que quaisquer custos, tarifas, mensalidades, taxas de intermediação, adesão, manutenção, credenciamento, habilitação de certificado digital, suporte técnico, ou quaisquer outras despesas decorrentes do uso da plataforma eletrônica indicada no Edital (incluídos, se houver, serviços de terceiros necessários ao acesso/participação) são de exclusiva responsabilidade do licitante/contratado, não se constituindo encargo da Administração Pública e não compondo o preço da proposta.
2. Reconhece que tais despesas não geram direito a reembolso, repasse ou ressarcimento por parte da Administração, em nenhuma fase (sessão pública, adjudicação, homologação, contratação, execução contratual ou pagamento).
3. Compromete-se a manter, às suas expensas, as condições técnicas e operacionais necessárias ao uso da plataforma (acesso à internet, computador, navegador compatível, certificado digital, cadastro/credenciamento atualizado, bem como o adimplemento de eventuais taxas devidas à operadora da plataforma), responsabilizando-se por qualquer indisponibilidade que decorra de sua esfera de atuação.
4. Declara que a empresa leu e concorda com os Termos de Uso e Políticas da plataforma, quando aplicáveis, e que o descumprimento de obrigações assumidas junto à operadora da plataforma não acarretará ônus à Administração.
5. Ratifica que esta declaração integra a proposta apresentada e que a sua falsidade ou o descumprimento do aqui declarado sujeitam o licitante às sanções administrativas cabíveis previstas no edital e na legislação aplicável (inclusive a Lei nº 14.133/2021), sem prejuízo das demais responsabilidades civis e penais.

Pitanga, 8 de June de 2026

Maria Sonia Francisco dos Santos
Representante Legal
CPF: 015.685.549-66.
RG: 6.015.274-8

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS
Data: 08/06/2026 17:11:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que a empresa **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA,** cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 033/2026, cujo objeto é **Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.**

Pitanga, 8 de June de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS
Data: 08/06/2026 17:13:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maria Sonia Francisco dos Santos
Representante Legal
CPF: 015.685.549-66.
RG: 6.015.274-8

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A pregoeira Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

D E C L A R A Ç Ã O

MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.044.384/0001-01, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a)MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 6.015.274-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.685.549-66, DECLARA, para fins do disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2026, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

1. (X) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
2. ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
3. ( ) MICROEMPREENDOR INDIVIDUAL, conforme § 1º do artigo 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Importante:
1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.
2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

Pitanga, 8 de June de 2026

Maria Sonia Francisco dos Santos
Representante Legal
CPF: 015.685.549-66.
RG: 6.015.274-8

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS
Data: 08/06/2026 17:14:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ANEXO IV

PROPOSTA AJUSTADA PARA FORNECIMENTO

Ao Município de Piên
Sr. Pregoeiro,
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026.

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é **Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.**

Item	Unid	Qtde	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	Hora Aula	300	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên. - As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada. - A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.	Própria	R$ 47,48	14.244,00

O prazo de validade da proposta de preços é de **60 (sessenta)** dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº. 123/2006.

Pitanga, 9 de June de 2026

Maria Sonia Francisco dos Santos
Representante Legal
CPF: 015.685.549-66.
RG: 6.015.274-8

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS
Data: 09/06/2026 11:18:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000033/2026
Processo Administrativo Nº 00000000000119
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA
Data de Publicação: 20/05/2026 10:42:06

MOVIMENTOS DO PROCESSO

25/05/2026 08:59:17	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor alterou o intervalo mínimo entre lances de todo o processo para 0,01.		
31/05/2026 22:17:28	**CADASTRO DE PROPOSTA**	MAIS SAÚDE MAIS RENTABILIDADE LTDA
31/05/2026 22:18:38	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	MAIS SAÚDE MAIS RENTABILIDADE LTDA
05/06/2026 13:40:25	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP
05/06/2026 13:46:15	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP
05/06/2026 21:55:18	**CADASTRO DE PROPOSTA**	BENEDICTUS INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA
08/06/2026 15:19:21	**CADASTRO DE PROPOSTA**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA
08/06/2026 15:32:50	**CADASTRO DE PROPOSTA**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA
08/06/2026 17:33:02	**CADASTRO DE PROPOSTA**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME
08/06/2026 19:00:25	**CADASTRO DE PROPOSTA**	TAURUS SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CURSOS PROFISSIONALIZANTES
09/06/2026 01:14:55	**CADASTRO DE PROPOSTA**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA
09/06/2026 09:17:29	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ANDREIA DE SOUZA R. ALVES EVENTOS
09/06/2026 09:30:35	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Bom di		
09/06/2026 10:48:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 09/06/2026 12:50		
09/06/2026 10:49:05	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Conforme previsto em edital, a empresa vencedora terá o prazo de 02 (duas) horas para enviar a proposta atualizada.		
09/06/2026 13:09:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Encerrado o prazo para envio dos documentos, irei analisar os documentos. Retorno ás 14:00 h para manifestações recursais.		
09/06/2026 14:01:50	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Conforme informado, daremos inicio a fase de manifestações recursais.		

LOTE 1 - ADJUDICADO
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: HORA Marca: Serviço Modelo:

Descrição: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.- As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada.- A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.

Quantidade: 300 **Valor Unit.:** 47,48 **Valor Total:** 14.244,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA	564	33.044.384/0001-01	67,32	47,48		Sim
2	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA	572	32.953.837/0001-41	67,32	47,49	0,02	Sim
3	ANDREIA DE SOUZA R. ALVES EVENTOS	383	25.237.379/0001-89	65,00	61,42	29,33	Sim

Gerado em: 09/06/2026 14:44:09

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

4	MAIS SAÚDE MAIS RENTABILIDADE	789	47.879.547/0001-72	67,00	61,43	0,02	Sim
5	NOVO SABER CURSOS E	010	55.988.235/0001-25	67,32	64,68	5,29	Sim
6	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO	624	21.496.430/0001-16	67,32	64,70	0,03	Sim
7	TAURUS SERVIÇOS EDUCACIONAIS E	982	33.249.276/0001-67	65,00	65,00	0,46	Sim
8	BENEDICTUS INTERMEDIAÇÃO DE	652	66.886.140/0001-17	67,30	67,30	3,54	Sim
9	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP	239	27.022.704/0001-11	67,32	67,32	0,03	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

20/05/2026 10:42:06	**PUBLICADO**		
22/05/2026 08:00:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
09/06/2026 09:29:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
09/06/2026 09:30:23	**DISPUTA**		
09/06/2026 09:30:23	**LANCE**	MAIS SAÚDE MAIS RENTABILIDADE LTDA (PARTICIPANTE 789)	**67,00**
09/06/2026 09:30:23	**LANCE**	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP (PARTICIPANTE 239)	**67,32**
09/06/2026 09:30:23	**LANCE**	BENEDICTUS INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA (PARTICIPANTE 652)	**67,30**
09/06/2026 09:30:23	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 010)	**67,32**
09/06/2026 09:30:23	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**67,32**
09/06/2026 09:30:23	**LANCE**	ANDREIA DE SOUZA R. ALVES EVENTOS (PARTICIPANTE 383)	**65,00**
09/06/2026 09:30:23	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**67,32**
09/06/2026 09:30:23	**LANCE**	TAURUS SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CURSOS PROFISSIONALIZANTES	**65,00**
09/06/2026 09:30:23	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**67,32**
09/06/2026 09:30:50	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**64,99**
09/06/2026 09:32:21	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**64,98**
09/06/2026 09:33:23	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**64,97**
09/06/2026 09:34:52	**LANCE**	ANDREIA DE SOUZA R. ALVES EVENTOS (PARTICIPANTE 383)	**64,99**
09/06/2026 09:39:17	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**64,96**
09/06/2026 09:39:17	**PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA**		
09/06/2026 09:39:32	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**64,95**
09/06/2026 09:39:48	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**64,94**
09/06/2026 09:39:55	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**64,93**
09/06/2026 09:40:03	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**64,92**
09/06/2026 09:40:13	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**64,91**
09/06/2026 09:40:24	**LANCE**	MAIS SAÚDE MAIS RENTABILIDADE LTDA (PARTICIPANTE 789)	**64,89**
09/06/2026 09:40:39	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**64,88**
09/06/2026 09:40:54	**LANCE**	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	**64,85**
09/06/2026 09:40:54	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**64,87**
09/06/2026 09:41:01	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**64,84**
09/06/2026 09:41:07	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**64,83**
09/06/2026 09:41:20	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**64,82**
09/06/2026 09:41:28	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**64,81**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

09/06/2026 09:41:37	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	64,80
09/06/2026 09:41:46	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	64,79
09/06/2026 09:41:54	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	64,78
09/06/2026 09:41:55	LANCE	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	64,75
09/06/2026 09:41:59	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	64,00
09/06/2026 09:42:02	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	64,74
09/06/2026 09:42:08	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	63,90
09/06/2026 09:42:13	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	63,80
09/06/2026 09:42:20	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	63,50
09/06/2026 09:42:28	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	63,40
09/06/2026 09:42:47	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	63,38
09/06/2026 09:42:54	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	63,35
09/06/2026 09:43:01	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	63,34
09/06/2026 09:43:05	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	63,33
09/06/2026 09:43:12	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	63,32
09/06/2026 09:43:13	LANCE	ANDREIA DE SOUZA R. ALVES EVENTOS (PARTICIPANTE 383)	64,74
09/06/2026 09:43:17	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	63,31
09/06/2026 09:43:35	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	63,30
09/06/2026 09:43:43	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	63,00
09/06/2026 09:44:11	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	62,98
09/06/2026 09:44:26	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	62,95
09/06/2026 09:44:37	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	62,94
09/06/2026 09:44:45	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	62,90
09/06/2026 09:44:56	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	62,88
09/06/2026 09:45:06	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	62,00
09/06/2026 09:45:19	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	61,99
09/06/2026 09:45:20	LANCE	MAIS SAÚDE MAIS RENTABILIDADE LTDA (PARTICIPANTE 789)	61,89
09/06/2026 09:45:24	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	61,50
09/06/2026 09:45:35	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	61,49
09/06/2026 09:45:43	LANCE	MAIS SAÚDE MAIS RENTABILIDADE LTDA (PARTICIPANTE 789)	61,43
09/06/2026 09:45:45	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	61,40
09/06/2026 09:45:59	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	61,39
09/06/2026 09:46:16	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	61,35
09/06/2026 09:46:27	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	61,34
09/06/2026 09:46:39	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	61,00
09/06/2026 09:46:46	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	60,99
09/06/2026 09:46:54	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	60,50
09/06/2026 09:47:04	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	60,49
09/06/2026 09:47:18	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	60,40
09/06/2026 09:47:28	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	60,30
09/06/2026 09:47:36	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	60,20
09/06/2026 09:48:01	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	60,15
09/06/2026 09:48:09	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	60,10
09/06/2026 09:48:19	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	60,08

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

09/06/2026 09:48:27	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	60,07
09/06/2026 09:48:36	LANCE	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME	64,70
09/06/2026 09:48:57	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	60,06
09/06/2026 09:49:11	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	60,05
09/06/2026 09:49:32	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	60,04
09/06/2026 09:49:48	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	60,03
09/06/2026 09:49:56	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	60,02
09/06/2026 09:50:09	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	60,00
09/06/2026 09:51:01	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	59,99
09/06/2026 09:51:06	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	59,98
09/06/2026 09:51:14	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	59,97
09/06/2026 09:51:18	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	59,96
09/06/2026 09:51:31	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	59,95
09/06/2026 09:51:39	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	59,94
09/06/2026 09:51:46	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	59,90
09/06/2026 09:51:52	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	59,00
09/06/2026 09:52:05	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	58,90
09/06/2026 09:52:13	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	58,89
09/06/2026 09:52:28	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	58,50
09/06/2026 09:52:34	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	58,49
09/06/2026 09:52:41	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	58,00
09/06/2026 09:52:47	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	57,99
09/06/2026 09:52:55	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	57,50
09/06/2026 09:53:15	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	57,49
09/06/2026 09:53:25	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	57,00
09/06/2026 09:53:38	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,99
09/06/2026 09:53:47	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,90
09/06/2026 09:53:54	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,89
09/06/2026 09:54:03	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,88
09/06/2026 09:54:14	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,87
09/06/2026 09:54:53	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,86
09/06/2026 09:55:04	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,85
09/06/2026 09:55:13	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,84
09/06/2026 09:55:26	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,83
09/06/2026 09:55:36	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,82
09/06/2026 09:55:46	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,80
09/06/2026 09:56:04	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,79
09/06/2026 09:56:23	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,78
09/06/2026 09:56:33	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,77
09/06/2026 09:56:45	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,76
09/06/2026 09:56:57	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,75
09/06/2026 09:57:01	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,74
09/06/2026 09:57:08	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,73
09/06/2026 09:57:10	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

09/06/2026 09:57:19	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,70
09/06/2026 09:57:22	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,71
09/06/2026 09:57:29	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,69
09/06/2026 09:57:34	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,68
09/06/2026 09:57:40	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,67
09/06/2026 09:57:49	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,66
09/06/2026 09:57:58	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,65
09/06/2026 09:58:04	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,64
09/06/2026 09:58:15	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,63
09/06/2026 09:58:25	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,62
09/06/2026 09:58:47	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,61
09/06/2026 09:58:52	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,60
09/06/2026 09:59:01	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,59
09/06/2026 09:59:10	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,58
09/06/2026 09:59:32	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,57
09/06/2026 09:59:49	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,56
09/06/2026 10:00:02	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,55
09/06/2026 10:00:08	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,54
09/06/2026 10:00:19	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,53
09/06/2026 10:00:28	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,52
09/06/2026 10:00:39	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	56,51
09/06/2026 10:00:48	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	56,00
09/06/2026 10:01:05	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	55,99
09/06/2026 10:01:12	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	55,50
09/06/2026 10:01:20	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	55,00
09/06/2026 10:01:26	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	54,95
09/06/2026 10:01:35	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	54,94
09/06/2026 10:01:39	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	54,90
09/06/2026 10:02:04	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	54,89
09/06/2026 10:02:10	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	54,80
09/06/2026 10:02:23	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	54,79
09/06/2026 10:02:29	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	54,75
09/06/2026 10:03:00	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	54,70
09/06/2026 10:03:19	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	54,65
09/06/2026 10:03:35	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	54,64
09/06/2026 10:03:41	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	54,60
09/06/2026 10:03:52	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	54,59
09/06/2026 10:03:58	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	54,58
09/06/2026 10:04:10	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	54,57
09/06/2026 10:04:16	LANCE	ANDREIA DE SOUZA R. ALVES EVENTOS (PARTICIPANTE 383)	64,69
09/06/2026 10:04:20	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	54,56
09/06/2026 10:04:35	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	54,55
09/06/2026 10:04:56	LANCE	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	54,54
09/06/2026 10:05:13	LANCE	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	54,53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

09/06/2026 10:05:24	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**54,52**
09/06/2026 10:05:34	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**54,50**
09/06/2026 10:05:41	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**54,40**
09/06/2026 10:05:50	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**54,39**
09/06/2026 10:05:55	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**54,30**
09/06/2026 10:06:03	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**54,20**
09/06/2026 10:06:12	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**54,15**
09/06/2026 10:06:22	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**54,00**
09/06/2026 10:06:35	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**53,99**
09/06/2026 10:06:48	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**53,90**
09/06/2026 10:06:55	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**53,80**
09/06/2026 10:07:11	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**53,79**
09/06/2026 10:07:19	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**53,70**
09/06/2026 10:07:32	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**53,65**
09/06/2026 10:07:39	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**53,60**
09/06/2026 10:07:54	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**53,58**
09/06/2026 10:08:00	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**53,50**
09/06/2026 10:08:15	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**53,45**
09/06/2026 10:08:37	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**53,40**
09/06/2026 10:08:53	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**53,38**
09/06/2026 10:09:02	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**53,30**
09/06/2026 10:09:12	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**53,28**
09/06/2026 10:09:25	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**53,25**
09/06/2026 10:09:41	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**53,24**
09/06/2026 10:10:01	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**53,20**
09/06/2026 10:10:16	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**53,19**
09/06/2026 10:10:22	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**53,00**
09/06/2026 10:10:34	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**52,99**
09/06/2026 10:10:46	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**52,90**
09/06/2026 10:11:11	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**52,89**
09/06/2026 10:11:17	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**52,88**
09/06/2026 10:11:34	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**52,87**
09/06/2026 10:11:47	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**52,00**
09/06/2026 10:12:07	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**51,89**
09/06/2026 10:12:16	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**51,80**
09/06/2026 10:12:38	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**51,79**
09/06/2026 10:12:49	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**51,70**
09/06/2026 10:13:05	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**51,69**
09/06/2026 10:13:17	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**51,60**
09/06/2026 10:13:38	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**51,59**
09/06/2026 10:13:48	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**51,50**
09/06/2026 10:14:01	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**51,49**
09/06/2026 10:14:16	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**51,40**
09/06/2026 10:14:25	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**51,39**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

09/06/2026 10:14:31	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**51,35**
09/06/2026 10:15:01	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**51,34**
09/06/2026 10:15:09	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**51,30**
09/06/2026 10:15:24	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**51,29**
09/06/2026 10:15:30	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**51,20**
09/06/2026 10:15:46	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**51,19**
09/06/2026 10:15:55	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**51,10**
09/06/2026 10:16:06	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**51,09**
09/06/2026 10:16:19	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**51,00**
09/06/2026 10:16:46	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**50,99**
09/06/2026 10:16:52	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**50,00**
09/06/2026 10:17:17	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**49,90**
09/06/2026 10:17:26	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**49,50**
09/06/2026 10:18:28	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**49,40**
09/06/2026 10:18:30	**LANCE**	NOVO SABER CURSOS E TREINAMENTOS LTDA (PARTICIPANTE 010)	**64,68**
09/06/2026 10:18:37	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**49,30**
09/06/2026 10:18:40	**LANCE**	ANDREIA DE SOUZA R. ALVES EVENTOS (PARTICIPANTE 383)	**61,42**
09/06/2026 10:18:50	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**49,00**
09/06/2026 10:19:02	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**48,50**
09/06/2026 10:19:27	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**48,49**
09/06/2026 10:19:38	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**48,48**
09/06/2026 10:19:48	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**48,45**
09/06/2026 10:19:57	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**48,40**
09/06/2026 10:20:08	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**48,35**
09/06/2026 10:20:16	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**48,30**
09/06/2026 10:20:41	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**48,25**
09/06/2026 10:20:59	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**48,20**
09/06/2026 10:21:34	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**48,18**
09/06/2026 10:21:43	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**48,16**
09/06/2026 10:21:54	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**48,15**
09/06/2026 10:22:03	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**48,10**
09/06/2026 10:22:24	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**48,09**
09/06/2026 10:22:37	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**48,05**
09/06/2026 10:22:47	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**48,04**
09/06/2026 10:22:56	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**48,00**
09/06/2026 10:23:24	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**47,75**
09/06/2026 10:23:36	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**47,50**
09/06/2026 10:25:15	**LANCE**	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA (PARTICIPANTE 572)	**47,49**
09/06/2026 10:25:25	**LANCE**	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 564)	**47,48**
09/06/2026 10:27:25	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA			
09/06/2026 10:27:26	**JULGAMENTO**		
09/06/2026 10:48:09	**HABILITAÇÃO**		
09/06/2026 14:01:54	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

09/06/2026 14:31:55 EM ADJUDICAÇÃO

09/06/2026 14:44:08 ADJUDICADO

PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA

APOIO/MEMBRO BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS

APOIO/MEMBRO IGOR ELIAS TELMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000033/2026
Processo Administrativo Nº 00000000000119
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA
Data de Publicação: 20/05/2026 10:42:06

TOTAL DO PROCESSO: **14.244,00**

MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA **33.044.384/0001-01** **14.244,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 564 Lance: 47,48 **Total: 14.244,00**

Item: 1 Unidade: HORA Marca: Serviço Modelo:

Descrição: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.- As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada.- A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.

Quantidade: 300 Val. Ref.: 67,32 **Valor Unit.: 47,48** Total Item: 14.244,00

PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA

APOIO/MEMBRO BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS

APOIO/MEMBRO IGOR ELIAS TELMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
PIÊN-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000033/2026
Processo Administrativo Nº 00000000000119
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA
Data de Publicação: 20/05/2026 10:42:06

LOTE 1 - ADJUDICADO - 09/06/2026 14:44:08
Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: HORA Marca: Serviço Modelo:

Descrição: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.- As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada.- A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.

Quantidade: 300 **Valor Unit.:** 47,48 **Valor Total:** 14.244,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA	564	33.044.384/0001-01	67,32	47,48		Sim
2	O.B.H PEREIRA & CIA LTDA	572	32.953.837/0001-41	67,32	47,49	0,02	Sim
3	ANDREIA DE SOUZA R. ALVES EVENTOS	383	25.237.379/0001-89	65,00	61,42	29,33	Sim
4	MAIS SAÚDE MAIS RENTABILIDADE	789	47.879.547/0001-72	67,00	61,43	0,02	Sim
5	NOVO SABER CURSOS E	010	55.988.235/0001-25	67,32	64,68	5,29	Sim
6	MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO	624	21.496.430/0001-16	67,32	64,70	0,03	Sim
7	TAURUS SERVIÇOS EDUCACIONAIS E	982	33.249.276/0001-67	65,00	65,00	0,46	Sim
8	BENEDICTUS INTERMEDIAÇÃO DE	652	66.886.140/0001-17	67,30	67,30	3,54	Sim
9	ULISSES RIBEIRO DA SILVA-EPP	239	27.022.704/0001-11	67,32	67,32	0,03	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

PREGOEIRO: THAIS BECKER DE SOUZA

Protocolo Nº 2887/2026

Requerente: Licitações e compras.

Requisitante: Secretaria municipal de Assistência Social e Defesa Civil.

Objetivo: Homologação de licitação.

Ao Jurídico,

Encaminho ao departamento, os documentos de habilitação, ata da disputa e demais documentos juntados neste processo para verificação e parecer para homologação, considerando que não houve recursos.

Piên, 09 de junho de 2026.

Thais Becker de Souza

Licitações e compras

PIÊN
PREFEITURA
PROCURADORIA
JURÍDICA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 2887/2026
Objeto: "registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social – CRAS, do munícipio de Piên".
Modalidade: Pregão eletrônico nº 033/2026
Requerente: Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil

Parecer Jurídico

1. Relatório

Apresenta-se para parecer derradeiro desta procuradoria jurídica, o processo licitatório na modalidade **pregão na forma eletrônica nº 033/2026**, cujo objeto é "registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social – CRAS, do munícipio de Piên", conforme requerimento da secretaria municipal, estudo técnico preliminar, termo de referência, declaração de existência de dotação orçamentária e recursos financeiros.

O Decreto de n.º 290/2025 efetuou a nomeação da Pregoeira e Equipe de Apoio e, na fase externa, constatou-se que a divulgação da licitação se deu em estrita obediência à legislação pertinente quanto à forma e os prazos para a realização do certame.

Realizado a sessão do pregão na forma eletrônica em 18 de maio de 2026, através da plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC, conforme ata anexada.

Não houve interesse na apresentação de recurso, e, por isso o objeto da licitação foi adjudicado pelo Pregoeiro aos vencedores do certame.

Recebo o processo para análise de cumprimento de requisitos legais.

2. Parecer Jurídico

Inicialmente vislumbramos que a modalidade licitatória utilizada no presente processo pela Comissão de Licitações é a mesma que foi orientada no parecer jurídico.

Vislumbra-se o atendimento à obrigatoriedade da publicação de aviso do certame licitatório em Diário Oficial, igualmente, houve ainda a obediência ao prazo mínimo de publicação entre a disponibilização do edital e a abertura do certame (mínimo de 10 dias úteis, como estabelecido na alínea "a", inciso II do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Ademais, cumpre ressaltar que, cabe tão somente a Comissão de Licitações a condução do procedimento licitatório em todos os seus atos, tendo os seus membros a responsabilidade de examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes e análise de certidões quanto a veracidade e vigência.

Também compete à Comissão de Licitações o julgamento das propostas conforme a regra do edital de convocação, a verificação da adequação do preço ao valor praticado no mercado, o registro de todos os acontecimentos em ata, a desclassificação de propostas desconformes ou incompatíveis, bem como, coibir qualquer conduta antijurídica ou ilegal no processo, conforme o art. 8 da Lei 14.133/2021, podendo a qualquer tempo realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar o processo.

Nesta toada, não houve apresentação de recurso, e, não havendo a Comissão de Licitações noticiado qualquer irregularidade no decorrer de seus trabalhos nesta licitação, não resta outra providência senão opinar pela regularidade do processo em apreço, podendo o mesmo ser encaminhado para os atos de homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Recomendo, apenas, a fiscalização designada para acompanhar os trabalhos contratados que se atente para o recebimento dos itens conforme dispõe o edital de licitação, a fim de cumprir com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos da Lei 14.133/2021.

No que tangencia a emissão de parecer proferido por advogado no processo administrativo, cabe destacar que possui natureza apenas opinativa, verdadeiro controle preventivo de legalidade, sendo o Administrador/gestor, destinatário da consulta jurídica, responsável pela edição do ato decisório final.

É o parecer. S.M.J

Piên, 10 de junho de 2026.

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

221

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 033/2026**, o qual tem como objeto a "Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên", e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa:

MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 33.044.384/0001-01, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 14.244,00 (quatorze mil e duzentos e quarenta e quatro reais)

Piên/PR, 11 de junho de 2026.

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°195 DE 09 DE JUNHO DE 2026

DECRETO N.° 195 DE 09 DE JUNHO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 133.000,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.° 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.° 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:
DECRETAR

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 133.000,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2251	0107 Salário-Educação	11.000,00
2252	0102 Fundeb 40%	61.000,00
12.365.9.2.22	GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2482	0102 Fundeb 40%	61.000,00
	SUBTOTAL	133.000,00
	TOTAL	133.000,00

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....133.000,00

Artigo 2.° - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.° serão utilizados:

1. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3° do artigo 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	122.000,00
	TOTAL	122.000,00

2. O Superavit do exercício anterior por Fonte de Recurso, de acordo com o inciso I e § 2° do artigo 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Fonte de Recurso		
Fonte	Descrição	Valor
107	Salário-Educação	11.000,00
	TOTAL	11.000,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....133.000,00
Artigo 3° - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.° 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.° 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4° - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 09 de junho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

222

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:F7FC52E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N° 198, DE 11 DE JUNHO DE 2026

DECRETO N° 198, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

Nomeia os Membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Piên.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, item IX, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 4° do Decreto n° 40, de 23 de março de 2012,

DECRETA:

Art. 1° Ficam nomeados para integrar a Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Piên, os seguintes membros:
I - Gabriela Tambosi (titular) e Suzane Cristofolini de Oliveira (suplente);
II – João Paulo de Oliveira Silva (titular) e Douglas Horevitch Pitz (suplente);
III – Mariana Indio de Souza Ramalho (titular) e Tatiana Cubas Ribas Malchovski (suplente);
IV – Patrícia Moreira Icker (titular) e Leila Gertler (suplente);
V – Ricardo Polidoro Reda (titular) e Ana Maria Sura (suplente).

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Fica revogado o Decreto n° 93, de 06 de junho de 2023.

Piên/PR, 11 de junho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:D11E6E78

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO N° 033/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO N° 033/2026**, o qual tem como objeto a "Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên", e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa:

MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o n° 33.044.384/0001-01, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 14.244,00 (quatorze mil e duzentos e quarenta e quatro reais)

Piên/PR, 11 de junho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:EC09B4D9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEILÃO 001/2026

LEILÃO ELETRÔNICO 001/2026
PROCESSO Nº 3168/2026
TIPO: MAIOR LANCE – POR LOTE
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN, CNPJ 76.002.666/0001-40, com sede na Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, em conformidade com a lei 14.133/21, que realizará **LEILÃO** de bens móveis (máquinas, equipamentos, veículos), considerados inservíveis pela Administração Pública, devidamente avaliado pela Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis. O leilão será realizado no dia 07 de Julho de 2026, a partir das 09:30h, na plataforma BNC Compras, www.bnc.org.br.

O edital completo estará à disposição dos interessados a partir de 12 de junho de 2026, no endereço eletrônico http://www.pien.pr.gov.br/ e www.bnc.org.br
Republicado por incorreção, pois o correto é Leilão Eletronico

Piên/PR, 09 de junho de 2026.

MARCOS AURÉLIO MELENEK
Leiloeiro

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:CBC6D27D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 732, DE 11 DE JUNHO DE 2026

PORTARIA Nº 732, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO APURATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo administrativo apuratório a fim de apurar os fatos comunicados pela Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º Nomear as pessoas abaixo relacionadas para comporem a Comissão Processante:
I – Claudinei de Siqueira;
II – Cristiano Quadros;
III – José Luiz de Barros;
IV – Mirian Balan de Oliveira;
V - Katia Rejane Nenevê.

Art. 3º A escolha do Presidente e do Secretário da Comissão observará o disposto no Art. 3º da Portaria nº 008/2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 11 de junho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:BEBBB2E3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 733, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

PORTARIA Nº 733, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

NOMEIA OS SERVIDORES PÚBLICOS PARA COMISSÃO DE ANÁLISE DE AMOSTRA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas.
CONSIDERANDO QUE:

Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/21, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante procedimento de pré-qualificação.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para a comporem a Comissão de Análise de Amostra de materiais de expediente para o ano de 2026.

Alex Junior dos Anjos, Larissa do Carmo Honório, Marina do Carmo Stracke, Daiane dos Santos, Maikeli Thaiane Knutz Senn.

Art. 2º O objetivo da amostra é aferir, qualidade, tamanho, funcionalidade, atendimento as especificações do edital, verificação se o produto atende com eficácia ao fim a que se destina.

Art. 3º Cabe a Comissão analisar e avaliar as amostras a serem apresentadas pelas empresas ganhadoras dos itens do certame licitatório em epígrafe, promover a desclassificação das referidas amostras incompatíveis com as descrições do Edital e promover a listagem da empresa cujas amostras tenham sido aprovadas.

Art. 4º A Comissão deverá apresentar a ata de avaliação através de relatório a Comissão de Licitação a qual deverá informar o resultado através de documento, caso a amostra seja reprovada a mesma deverá convocar os próximos colocados para apresentação da amostra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Piên/PR, 11 de junho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:02C2F214

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 742, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

PORTARIA Nº 742, DE 11 DE JUNHO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidor público **LIDAIR OSMAR ZAPPE**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 710.***.***-** matrícula funcional 4766338, ocupante do cargo público de

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 033/2026
PROTOCOLO 2887/2026

No dia onze do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, autorizado pelo **PREGÃO ELETRÔNICO 033/2026,** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Piên, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.002.6660001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Maicon Grosskopf**, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.094.176-7- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque - OAB/PR 132.993 e em conjunto com a Secretária Municipal de Assistência Social Sra. Katia Regina Rudnick Cavalheiro, portadora do CPF nº 003.xxx.769-xx e o DETENTOR DA ATA **MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.044.384/0001-01, com endereço na Rua Conselheiro Zacarias, 630, Vila Santana, em Pitanga/PR, CEP 85200-000, fone: (44) 99995-8970, e-mail: mscursosecapacitacoes@outlook.com; neste ato representado por Maria Sonia Francisco dos Santos, inscrito(a) no CPF sob nº 015.xxx.549-xx.

1. OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:

1.1. Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

1.2. Os itens adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme Tabela em anexo de Itens e valores extraídos a partir do sistema Equiplano.

1.3. O valor total estimado da ata é de R$ 14.244,00 (quatorze mil e duzentos e quarenta e quatro reais)

1.4. Integra e completa à presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026** e seus anexos, bem como o Termo de Referência, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a esta ata de registro, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado.

2. DA ENTREGA E CONDIÇOES DE RECEBIMENTO:
2.1. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pela qual ocorrerá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive, na forma descrita no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026.**

2.2. LOCAL: Rua Campo Grande, nº 36 – Avencal – Piên/PR (Prédio do CRAS de Piên, ao lado do Ginásio de Esportes Cláudio de Oliveira Mendes)

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Patrícia

2.3. PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, com início após a assinatura do contrato, conforme cronograma a ser estabelecido pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS.

2.4. As oficinas serão ministradas na sede do CRAS;

2.5. Os serviços serão prestados conforme cronograma, e de acordo com as instruções, e outras determinações emanadas pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS de Piên;

2.5.1. O cronograma das oficinas será definido assim que o contrato/ata for assinado e poderá sofrer alterações em decorrência das demandas do CRAS

2.5.2. As datas e horários em que a oficina acontecerá vai ser determinado pelo CRAS em acordo com a contratada, priorizando as necessidades dos usuários do SCFV;

2.6. Os serviços serão contratados de acordo com cada demanda específica e necessidade do CRAS de Piên, pelo tempo que durar os respectivos prazos definidos no contrato, caso em que serão pagas somente as horas efetivamente trabalhadas, não sendo computados os dias de recesso, ponto facultativo e férias.

2.7. Carga horaria semanal de cada oficina será de (duas) horas, para cada turma, sendo previstas no mínimo 2 (duas) turmas por semana, com carga horário de duas horas cada.

2.7.1 Cada turma da oficina poderá ter no máximo 20 (vinte) alunos.

3. DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A Contratada obriga-se a:

a) Executar o objeto para o qual for contratado de acordo com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital e no contrato a ser firmado com o Município;

b) Comparecer com pontualidade de horários para ministrar a oficina, de modo que atrasos injustificados ou cumprimento da carga horária em quantidade inferior à contratada serão descontados do valor mensal a ser pago ao Contratado;

c) Comparecer às reuniões junto ao CRAS de Piên e à Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil quando solicitado;

d) Prever e solicitar ao CRAS de Piên, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, materiais necessários ao desenvolvimento da oficina;

e) Ter disponibilidade para acompanhar e orientar os alunos em dias/horários extras, a serem previamente combinados com a equipe do CRAS de Piên, assim como ter disponibilidade para participar de apresentações ou eventos referentes a oficina ao qual foi contratado quando necessário, sem custos extras para o Município;

f) Seguir as orientações do CRAS de Piên quanto aos temas, músicas e demais especificações da oficina a serem ensinadas aos alunos, não podendo o contratado decidir por uma sem a expressa autorização do CRAS de Piên.

g) Manter lista de presença atualizada de todos os alunos da oficina, comunicando a desistência ou faltas consecutivas a coordenação do CRAS de Piên;

h) A Entregar um relatório mensal das atividades desenvolvidas, bem como com as listas de presenças de todos os encontros realizados, sendo este um dos critérios para ser o serviço considerado como plenamente executado e o pagamento pelos serviços ser efetuado.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Patricia

i) Caso o relatório mensal das atividades não for entregue nas datas estipuladas pela coordenação do CRAS de Piên, as notas fiscais referentes aos serviços naquele período não serão enviadas para pagamento.
j) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
k) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;
l) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
m) Apresentar todos os documentos necessários durante a execução do contrato/Ata, mantendo em dia suas obrigações fiscais.
n) No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.

3.2. A Contratante obriga-se a:
a) Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para que o Contratado possa desempenhar bem suas funções;
b) Disponibilizar local, com data e horário definidos, para realização das oficinas;
c) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando minuciosamente a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da Proposta apresentada pelo contratado, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta apresentada pelo contratado;
e) Notificar, por escrito, a empresa contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços prestados ou outras irregularidades constatadas durante a execução do Contrato;
f) Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;
g) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
h) Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços.

4. DA FISCALIZAÇÃO:
4.1. São designados como fiscais da Ata de Registro de Preços a servidora Leticia Inez Schroth Gabardo.

4.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escritosempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Leticia

4.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato,ou pelos respectivos substitutos.

4.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

4.9. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dosfuncionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.11. O fiscal do contrato ou ata de registro verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

4.14. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

4.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Patrícia

contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5. DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

5.1. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

5.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Laeticia

5.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

5.6. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

5.7. Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

5.8. Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

6. DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

6.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato, podendo ser prorrogado pelo mesmo período desde que comprovado a vantajosidade, conforme Lei 14.133/21.

6.2 Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do orçamento estimativo que fundamentou a presente contratação.

6.2.1 O reajuste somente poderá ser aplicado após o decurso do prazo mínimo de um ano, contado da data-base referida, vedada qualquer atualização monetária ou reajuste antes desse período.

6.2.2. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, o reajuste será aplicado com base no índice INPC, observando-se os critérios, fórmulas e periodicidade ali estabelecidos.

6.2.3. Considera-se data-base do orçamento estimativo a data em que foi elaborado o documento que serviu de base para a formação do preço de referência pela Administração.

6.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada nos termos do disposto "d" do inciso II do caput do art 124 da Lei 14.133/2021.
II – Em caso de criação, alteração e extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
III- na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados;

6.4. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência do comprovado desiquilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Leticia

6.5. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art 124 da Lei 14.133/2021.

6.6. Mesmo comprovada à ocorrência prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, caberá a Administração se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

6.7. Comprovado a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definido novo preço máximo, a beneficiária será convocada pela Administração para alteração por aditivo e equilíbrio econômico-financeiro. (art 130 e 134 lei 14133)

6.8. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE PIÊN – PR não será obrigado a firmar as aquisições/contratações que dela poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento dos itens/execução dos serviços em igualdade de condições, ou cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
6.9. O reequilíbrio será realizado por apostilamento.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta dos códigos a seguir discriminados:

Secretaria	Dotação Orçamentária
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	10.003.08.245.0012.2044.3.3.90.39.00.00 Fonte 834 e Fonte 934

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
d) deixar de entregar a documentação exigido originalmente no certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
8.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Patrícia

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" do item 8.1 dessa ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 8.1 dessa ata, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4. Multa:

I – **Moratória**:

a) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite de 10 (dez) dias;

b) Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite máximo de 20 (vinte) dias, e pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da nota de empenho, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, e pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.

d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória**:

a) Para a infração descrita na alínea "a" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.

b) Para a infração descrita na alínea "b" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.

c) Para a infração descrita na alínea "c" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.

d) Para a infração descrita na alínea "d" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da(s) nota(s) de empenho em aberto.

e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços.

f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" do item 8.1, a multa compensatória será de 30% (trinta por cento) da Ata de Registro de Preços.

8.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Roberticia

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado em determinada ata de registro de

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Patrícia

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

preços, total ou parcialmente, desde que comprovadas e justificadas, nas hipóteses previstas nos art 28 e 29 do decreto federal 11.462/23.

9.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, será formalizado pela autoridade competente, mediante registro em termo de cancelamento/revogação.

9.3. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

9.4. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.5. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.6. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026**.

11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026**, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.

13. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado bem como também cumprir todas as obrigações do termo de referência do **Pregão Eletrônico 033/2026**.

Piên/PR, 11 de junho de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS
Data: 15/06/2026 15:48:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maicon Grosskopf
Prefeito
Órgão Gerenciador

MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA
Detentor da Ata de Registro de Preços

Wagner Albuquerque
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 132.993

KATIA REGINA RUDNICK CAVALHEIRO
Secretária de Assist. Social e Defesa Civil
Decreto nº154/2026

Testemunhas:

Nome: Letícia Inez Schroth Gabardo — Assinatura: Letícia Inez Schroth Gabardo

Nome: Scheila Fuerst Schroth — Assinatura: Scheila F. Schroth

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

equiplano

Prefeitura Municipal de Piên - 2026

Classificação por Fornecedor

Pregão - Uso até 30/04/26 33/2026

Item	Produto/Serviço	UN	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor 49128-8 MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA			CNPJ: 33.044.384/0001-01		Telefone: 4499995697			Status: Classificado	
Email: priscilla@robervanipradoadvogados.com.br									
Representante: 48127-0 MARIA SONIA FRANCISCO DOS SANTOS								14.244,00	
Lote 1								14.244,00	
1	29696 Prestação de serviços, com profissionais para ministrar aulas de artesanato	HR	300.0000	Classificado	Serviço		47,4800	14.244,00	*

Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.
- As oficinas serão realizadas uma vez por semana, sendo compostas por duas turmas, uma pela manhã e outra a tarde, com duração de duas horas cada.
- A oficina deve desenvolver atividades práticas e teóricas na área de artesanato, como: decupagem, trabalhos com miçanga, biscuit, pinturas em panos de prato, trabalhos com recicláveis, trabalhos com EVA, enfeites decorativos entre outros.

VALOR TOTAL: **14.244,00**

§ 4º Caberá ao Setor Operativo organizar as atividades de socorro às populações em risco, assistência aos habitantes afetados e reabilitação dos cenários dos desastres; bem como pelo restabelecimento dos serviços públicos essenciais, reconstrução e/ou recuperação das edificações e infraestrutura, serviços básicos necessários a restabelecer a normalidade.

Art. 2º O Conselho Municipal de Defesa Civil fica composto dos seguintes membros:
I - Presidente: Maicon Grosskopf;
II - Vice-Presidente: David Gabriel Tschoke;
III - Representando a Secretaria de Planejamento, Obras e Urbanismo: Sandrieli Aparecida Ludvinski
IV - Representando a Secretaria de Administração e Finanças: Vitória Cieslinski de Oliveira;
V - Representando a Secretaria de Saúde:Gilmar Fabiano Nogueira
VI - Representando a Secretaria de Ação Social de Defesa Civil: Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso;
VII - Representando a Secretaria de Educação:Noili Forteski Gassner;
VIII - Representando a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer: Suzana Lirian Liebl;
IX -Representando a Secretaria de Governo: Guilherme Cruz;
X - Representando o Corpo de Bombeiros do Paraná: Joel Dutka;
XI - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piên: Pedro Campos Braga Filho;
XII - Representando a Polícia Militar do Paraná: Edgard Afonso Klaumann.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Defesa Civil atuará como órgão consultivo e deliberativo, podendo ser convocado pelo Presidente sempre que necessário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 135, de 28 de julho de 2022.

Piên/PR, 15 de junho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:1A09D3D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 202 DE 15 DE JUNHO DE 2026.

DECRETO Nº 202 DE 15 DE JUNHO DE 2026.

NOMEIA ALEXSANDRA MARIA MALINOVSKI para ocupar O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILAR ADMINISTRATIVO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023 e os procedimentos preliminares adotados pela Área de Recursos Humanos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **ALEXSANDRA MARIA MALINOVSKI** portadora do CPF 107.***.***-** classificada em 51º lugar, para ocupar o cargo de **Auxiliar Administrativo** a contar de 16 de junho de 2026, segundo as normas estabelecidas nas Leis Municipais 960/2007 e 1.078/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 15 de junho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária De Administração e Finanças

235

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:AB2C2A1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 035/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

TESTE SELETIVO Nº 01/2024
PRAZO DETERMINADO – Lei nº 965/2007 e Lei 1198/2014

EDITAL 035/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2024 - Edital nº 001/2024, homologado pelo Edital 014.1/2024 de 27 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Convocar os (as) candidatos (as) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **16 de junho de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Motorista – Segunda chamada

Classificação	Nome do Candidato
06º	Gilmar Schroth

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 15 de junho de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:E9C35DB7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATA 185/2026

EXTRATO DE ATA

ATA 185/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 033/2026
Objeto: Registro de preço para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissionais capacitados para ministrar aulas nas oficinas de artesanato, para os grupos atendidos no SCFV do centro de referência de assistência social - CRAS, do município de Piên.

Ata nº 185/2026 - MS CURSOS E CAPACITAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 33.044.384/0001-01, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 14.244,00 (quatorze mil e duzentos e quarenta e quatro reais)

Fiscal Administrativo:
Leticia Inez Schroth Gabardo

Prazo de Vigência: 12 (Doze) meses a partir da publicação, podendo ser prorrogado conforme Lei 14.133/2021.

Data de assinatura: 11 de junho de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:317D10FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 749, DE 12 DE JUNHO DE 2026.

PORTARIA Nº 749, DE 12 DE JUNHO DE 2026.

CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA DO FESTIVAL DA CUCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Organizadora do Festival da Cuca 2026, com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar e executar as ações necessárias para a realização do evento, promovido pelo Município de Piên.

Art. 2º A Comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:
I – Joice Becker deSouza;
II – Estefany Kauany de Lima Moreira;
III – Suzana Lirian Liebl.

Art. 3º Compete à Comissão Organizadora:
I – Elaborar e acompanhar o planejamento do Festival da Cuca;
II – Coordenar as atividades relacionadas à organização, divulgação e execução do evento;
III – propor medidas necessárias para garantir a segurança, infraestrutura e o bom funcionamento do festival;

Art. 4º A Comissão permanecerá constituída até a conclusão de todas as atividades relacionadas ao Festival da Cuca 2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 12 de junho de 2026

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:A7D09F7E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de materiais de expediente a fim de suprir as necessidades das Secretárias Municipais. **Entrega das propostas:** a partir 17/06/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas:** 01/07/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 15 de junho de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:88CDD5EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Piên/PR, 15 de junho de 2026.

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, **Jackson Jean Senn** convocado (a) pelo Edital nº 34/2026, residente e domiciliado na Vermelhinho, Piên/PR, portador da cédula de identidade civil com RG nº 10***** /PR e CPF 108.***.***-**, venho mui respeitosamente requerer desistência da vaga de **MOTORISTA TEMPORÁRIO** conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2024.

JACKSON JEAN SENN

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:C0A35F63

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 14, DE 15 DE JUNHO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 15 DE JUNHO DE 2026.

A Secretaria Municipal de Educação de Piên, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Artigos 58 a 60 da Lei Municipal nº 1070, de 09 de setembro de 2010,

Resolve:

Art. 1° Tornar público o resultado da seleção para formação de cadastro de professor com disponibilidade para atuar em Turno Suplementar, para o ano letivo de 2026, conforme segue:

Estabelecimento de Ensino	Turno	Classificação	Nome
Escola Municipal do Campo Frei Demétrio	Tarde	1º	Maria Aparecida Ribas Rocha

Piên, 15 de junho de 2026.

CLARICE DE FÁTIMA FRAGOSO
Secretária de Educação

Publicado por:
Noili Fortescki Gassner
Código Identificador:08AE03AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 86/2026
LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico n.º 27/2026.
OBJETO: Aquisição de artefatos de cimento para serem utilizados pela Secretaria de viação, obras e urbanismo do município.
CONTRATADO: EMPREMAC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP.
DATA DA ASSINATURA: 15 de junho de 2026.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	02830	07.003.15.451.1501.2054	00000	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	02510	07.002.15.451.2601.2051	00000	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente

FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
VALOR TOTAL: R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses após a assinatura do contrato.